



EDITORA
ANTROPUS



O papel da avaliação escolar na aprendizagem



SEVERINA DO RÊGO CRUZ

**O PAPEL DA AVALIAÇÃO
ESCOLAR NA APRENDIZAGEM**

SEVERINA DO RÊGO CRUZ



Conselho Editorial

Cleverton Lopes de Oliveira
Déborah Gomes Oliveira
Fábio Alves Gomes
Juliana Nascimento de Almeida
Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Matusalém Alves Oliveira
Raphael Bispo Milhomens

Conselho Científico

Fábio Alves Gomes (UFCG)
Juliana Nascimento de Almeida (FUST)
Matheus Gleydson do Nascimento Sales (UEPB)
Matusalém Alves Oliveira (UEPB)
Washington Luiz Martins da Silva (UFPE)

Expediente

Diretora Geral	Déborah Gomes Oliveira
Editor Chefe	Matheus Gleydson do N. Sales
Revisora Geral	Juliana Nascimento de Almeida
Capa	Lucinara de Souza Xavier

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C957p Cruz, Severina do Régio.
O papel da avaliação escolar na aprendizagem [recurso eletrônico] / Severina do Régio Cruz – 1. ed. – Campina Grande : Editora Antropus, 2024.
127 p ; 90 Kb.

Bibliografia
ISBN: 978-65-01-30686-5 (e-book)

1. Educação. 2. Avaliação educacional. 3. Metodologia de ensino. 4. Formação docente. I. Título.
21. ed. CDD 371.26

Elaborado por Estela F. P. Santos, Bibliotecária - CRB 15/841

Todos os direitos da obra
Editora Antropus
www.antropuseducacional.com.br
Copyright da obra © EDITORA ANTROPUS, 2025.
Arte da capa - Lucinara de Souza Xavier

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai superior, que me guia a cada instante, dando-me força e coragem para não desanimar diante dos obstáculos que a vida traz, pela doação da inteligência, que nos torna capazes de criar tudo aquilo que supre nossas necessidades, como expressão de amor ao próximo e por ter me iluminado sempre, dando-me força e coragem para concretizar meu ideal.

A minha família, que soube compreender meus momentos difíceis, abdicando de direitos que eram seus em meu benefício.

E em especial, a todos aqueles que muitas vezes em minha fragilidade humana me impediu a parar, lutaram em sentido contrário, demonstrando um sólido amor, incentivo e dedicação, que foram a maior sustentação para a realização deste trabalho.

A todos vocês, meu mais profundo carinho e reconhecimento e minha eterna gratidão!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
Capítulo I.....	11
1. Marco teórico.....	11
1.1 A avaliação: um instrumento a serviço da aprendizagem dos alunos.....	11
1.2 Tipos de avaliação.....	13
1.3 Avaliação investigativa.....	14
1.4 Avaliação diagnóstica.....	15
1.5 Avaliação formativa.....	18
1.6 Avaliação somativa.....	20
1.7 Avaliação mediadora.....	21
1.8 Avaliação cooperativa.....	26
1.9 O que é avaliação escolar?.....	30
1.9.1 Segundo a BNCC a avaliação.....	31
1.9.2 Avaliação na Educação Infantil conforme a BNCC	35
Capítulo II.....	37
2. Marco metodológico.....	37
2.1 A influência da avaliação escolar na aprendizagem.....	37
2.1.1 Critérios de avaliação escolar.....	40
2.1.2 Decisões associadas aos resultados de avaliação.	46

2.1.3	Avaliação como compromisso com a aprendizagem.	50
2.1.4	Relação avaliação-medida.....	55
2.1.5	Procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação escolar.....	56
2.1.6	Prova escrita de questões objetivas.....	63
2.1.7	Questões, certo ou errado (C ou E), verdadeiro ou falso (V ou F).....	65
2.1.8	Questões de lacunas.....	65
2.1.9	Questões de correspondência.....	65
2.2	Questões de interpretação de texto.....	65
2.2.1	Questões de identificação.....	66
2.2.2	Questões de ordenação.....	66
2.2.3	Questões de múltipla escolha.....	66
2.2.4	Análise das produções.....	66
2.2.5	Agenda escolar.....	66
2.2.6	Debates.....	67
2.2.7	Planilhas.....	67
2.2.8	Conselho de classe.....	68
2.2.9	Anedotário.....	69
2.3	Diários de aula.....	70
2.3.1	Trabalho livre.....	70
2.3.2	Trabalhos em grupo.....	70
2.3.3	Notas quantitativas ou conceitos qualitativos...	70
2.3.4	Ficha de controle.....	71
2.3.5	Lista de checagem.....	71
2.3.6	O auxílio da avaliação para a aprendizagem significativa.....	71
	Capítulo III.....	89
3.	Análise e discussão dos resultados.....	89
3.1.	Faixa etária dos professores entrevistados.....	90
3.2.	Faixa etária dos alunos entrevista.....	90
3.3.	Nível de escolaridade dos professores entrevistados.....	90
3.4.	Nível de escolaridade dos alunos entrevistados.....	90
3.5.	Questionário aplicado aos professores.....	91
3.6.	Questionário aplicado aos alunos.....	96

3.7 A avaliação nas Leis Educacionais Brasileiras.....	108
3.8. A avaliação segundo a LDB.....	110
3.9. Os PCN's e sua concepção de avaliação.....	115
Considerações finais.....	122
Referências bibliográficas.....	123
Sobre a autora.....	127

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação tem ganhado reconhecimento significativo em diversos contextos e aspectos educacionais, e sua importância é cada vez mais enfatizada. É essencial compreender que a avaliação não deve mais ser usada apenas para promover os alunos, mas sim para garantir uma experiência de aprendizagem significativa.

Ele deve servir de ponte para fazer os ajustes necessários, permitindo que os professores adaptem seus métodos e organização de conteúdos para melhor atender às necessidades de seus alunos.

Para isso, a escola deve proporcionar aos discentes, condições diversas de conhecimentos, rever e melhorar os currículos, criar oportunidades de recuperação e promover a integração entre eles. Ao fazê-lo, a escola pode desenvolver abordagens alternativas que promovam melhores resultados de ensino e aprendizagem para toda a comunidade escolar.

A escola desempenha um papel crucial na promoção da aprendizagem entre os seus estudantes, sendo fundamental que cumpra as suas responsabilidades coletivas. Isto envolve ensinar o valor do trabalho individual e em grupo, encorajando a diversidade nas suas abordagens e responsabilizando todos pela sua ética de trabalho. Ao fazer isso, a instituição de ensino pode criar um ambiente que promove experiências de conhecimentos significativos e a excelência acadêmica.

A importância da avaliação no processo educativo deve ser reconhecida e priorizada pela escola, pois pode promover um ambiente de aprendizagem significativo, sucesso acadêmico e crescimento pessoal.

A noção de colaboração na educação tem o potencial de criar um sentimento que pertença a um grupo e um contexto social mais amplo entre os alunos. Nos quadros pedagógicos tradicionais, a educação é muitas vezes como um meio de transmitir conhecimentos e memorizar informações com o educando a agir como um receptor passivo. O foco da avaliação neste contexto está na capacidade do discente de recordar e reproduzir informações, e não na sua forma de aplicar ou criar conhecimento.

Contudo, ao incorporar a avaliação na aprendizagem, torna-se uma oportunidade para o professor e aluno analisarem e aperfeiçoarem a experiência educativa. Em vez de apenas julgar o progresso

dos estudantes, pode ser vista como uma ferramenta que aprimora o processo de aprendizagem.

Ao incluir uma série de métodos de avaliação, incluindo avaliações formativas e somativas, os professores podem obter uma compreensão mais abrangente da aprendizagem e identificar áreas de melhoria.

Além disso, é crucial que a avaliação esteja homologada com o processo de aprendizagem para garantir que os alunos possam mostrar o que sabem e o que são capazes de fazer. Ao incluí-la no processo de ensino, os educadores podem acompanhar o avanço dos estudantes e modificar sua abordagem para atender as necessidades, seja alterando a matéria, os métodos de ensino ou oferecendo suporte extra aos que estão com dificuldades.

A integração da avaliação no processo de aprendizagem tem o potencial de melhorar e promover uma compreensão mais profunda do assunto. A arte integrante da experiência educativa, em vez de uma entidade separada, os professores podem criar um ambiente de conhecimento mais envolvente e eficaz.

Com base no exposto, podemos inferir que a avaliação no ensino é crucial para fornecer dados sobre o progresso dos alunos e adaptar as estratégias de ensino. Métodos adequados possibilitam detectar áreas que requerem suporte ou prática extra, melhorando o processo de aprendizagem.

A abordagem pedagógica atual valoriza a participação dos alunos na avaliação e destaca a importância da experiência prática para a aprendizagem, em vez de apenas focar em notas. Erros são vistos como parte do processo de aprendizagem, beneficiando alunos e professores.

A avaliação em forma de diálogo estimula a interação entre alunos e professores, incentivando a participação e reflexão dos estudantes, ressaltando a importância de cometer erros e refletir sobre eles para uma aprendizagem mais profunda e engajada. Esse método possibilita uma compreensão aprimorada do desempenho, permitindo configurações necessárias tanto para os alunos quanto para os professores.

A relevância da avaliação está em sua habilidade de apresentar uma visão completa do aprendizado do aluno e orientar as decisões de ensino. Ao utilizar uma abordagem mais participativa e de diálogo

na avaliação, os professores podem estimular a aprendizagem ativa, a reflexão e o aprimoramento constante desse processo.

Atualmente, a avaliação na aprendizagem é essencial ao progresso tecnológico e às mudanças na educação. Avaliar os alunos é destacado como crucial para a obtenção de um desenvolvimento positivo, porém é necessário ter cautela ao utilizar alguns métodos de avaliação para não prejudicar a aprendizagem dos mesmos.

À luz disto, conduzimos uma revisão abrangente da literatura para identificar os métodos de avaliação mais eficazes e eficientes que podem ser usados para avaliar a aprendizagem dos alunos sem causar estresse ou danos indevidos.

Nesta investigação revelou que existem diversas ferramentas e técnicas que podem ser empregadas para avaliar, incluindo avaliações formativas e somativas, testes padronizados e avaliações baseadas em projetos.

Além disso, descobrimos que o processo de avaliação pode ter um impacto profundo na aprendizagem, pois pode servir como um motivador para que os alunos se envolvam e melhorem o seu desempenho.

No entanto, é essencial garantir que o processo de avaliativo seja concebido e implementado de uma forma que promova uma mentalidade construtiva e um ambiente de aprendizagem positivo.

A importância de considerar o papel da escola e do professor faz total diferença nesse contexto. O educador desempenha um papel crucial na avaliação da aprendizagem dos alunos, sendo essencial proporcionar-lhes o apoio e os recursos necessários para realizarem esta tarefa de forma eficaz.

É importante também sublinhar em relação a avaliação e destacar a necessidade de um processo abrangente e bem concebido que promova a aprendizagem e o crescimento dos alunos.

Utilizando técnicas de avaliação mais eficientes, os educadores podem estabelecer um ambiente de aprendizagem positivo que estimule o crescimento dos alunos e colabore para o sucesso geral da educação.

Para construção da presente pesquisa foram consultados diversos autores que escreveram sobre avaliação da aprendizagem dos quais destaque: Antunes (2002), Cury (2003), Hoffmann (1998; 2003; 2004), Luckesi (2003), Libâneo (2001), Hadji (2001), Perrenoud (1999).

Neste estudo, nossos objetivos principais foram elucidar a importância do processo avaliativo na promoção da aprendizagem significativa e preparatória; observar e documentar o processo de ensino e aprendizagem; conceber estratégias para o avanço gradual dos alunos; identificar ferramentas e métodos apropriados para avaliação e utilizar avaliações como ferramenta de diagnóstico para identificar desafios de aprendizagem.

Devido à complexidade e continuidade da aprendizagem, apenas colocar os alunos na escola não é suficiente; é fundamental maximizar os doze anos de escolaridade obrigatória, exigindo um envolvimento dos professores na prática reflexiva para garantir um investimento significativo da sociedade.

De forma específica, nosso objetivo é:

1. Questionar o paradoxo das salas de aula tradicionais, onde os professores têm mais trabalho do que os alunos, envolvendo os alunos ativos na construção de suas experiências de aprendizagem.

2. Transformar os erros em chances de melhorar, não como formas de esperança, promovendo uma mentalidade construtiva entre os alunos.

3. Reconhecer e valorizar as realizações dos alunos, em vez de apenas concentrar nas vagas.

Este estudo é composto por três capítulos, o primeiro “Referencial Teórico” apresenta uma visão geral do contexto da investigação e da sua relevância, bem como das questões e objetivos da investigação. O segundo “Enquadramento Metodológico” aprofunda os fundamentos da avaliação, começando pela clarificação da sua natureza e finalidades, seguindo-se uma distinção entre os aspectos da avaliação formativa e somativa.

Enfatizar os fundamentos teóricos e metodológicos do estudo, bem como a importância do processo avaliativo na promoção de experiências de aprendizagem significativas. A linguagem é mais complexa e técnica, com foco nos conceitos e frameworks utilizados para orientar a pesquisa.

As avaliações são um processo eminentemente pedagógico de suma importância, exigindo maior transparência e articulação com o ensino e a aprendizagem, apresentando a necessidade de garantir a sua qualidade. Isso certamente contribuirá para as pesquisas sobre avalia-

ção realizadas em sala de aula.

No terceiro capítulo, conhecido como “Análise de Dados”, realizamos uma análise abrangente de todos os resultados da pesquisa e discussões apresentadas ao longo do trabalho.

CAPÍTULO I: MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO I

1. MARCO TEÓRICO

1.1 A avaliação: um instrumento a serviço da aprendizagem dos alunos

O processo de avaliação tem encontrado historicamente resistência significativa devido à sua tradicional associação com indivíduos controladores para se adequar às suas características, situações ou circunstâncias. No entanto, a questão não está na avaliação em si, mas sim na sua utilização. Na verdade, a avaliação é um aspecto essencial de qualquer ação intencional.

A avaliação é fundamental para verificar se a escola está atingindo seu objetivo de oferecer uma educação de excelência, sendo essencial para os professores planejados e realizados em atividades educacionais. Deve ser um recurso para superar desafios, não para ameaçar ou punir alunos e professores.

O aumento da importância da avaliação está diretamente relacionado ao crescimento da importância da educação na sociedade de hoje. Há várias teorias e abordagens para entender a avaliação, sendo cruciais para uma compreensão clara do seu significado, metas e objetivos.

Avaliamos para melhorar nossa compreensão do sistema educacional, das abordagens nossas pedagógicas, das habilidades e limitações dos alunos, e das áreas que envolvem maior atenção. Isso nos possibilita uma avaliação consciente de nosso desempenho e facilita as adaptações necessárias.

A dificuldade em avaliar produtos individuais quando são resultado de um trabalho coletivo evidencia a tensão entre o processo de avaliação e o conceito de alienação. Embora a escola contribua para a separação dos indivíduos, o processo de avaliação pode perpetuar a alienação dos alunos ao reduzir o seu trabalho a uma mercadoria que pode ser comercializada e comparada com a de outros.

Através da avaliação, o trabalho dos alunos pode ser entendido ou representado como tendo características mercantis, sendo o valor do seu trabalho determinado pelo potencial de cada indivíduo em atender aos padrões estabelecidos pelo avaliador. Isto pode criar

um sentimento de alienação entre os discentes, pois sentem que o seu trabalho não o pertence, mas sim uma mercadoria a ser trocada e avaliada por outros.

Contudo, o processo de avaliação não é um mecanismo simples que socializa mecanicamente. Pelo contrário, é um processo pedagógico complexo que molda a forma como os alunos compreendem a si próprios e ao seu trabalho. Através da avaliação, eles aprendem a valorizar o seu com base nos padrões estabelecidos pelo avaliador, o que pode perpetuar a alienação do seu trabalho.

No entanto, a avaliação pode ser usada para desafiar a alienação, promovendo uma compreensão mais detalhada do valor do trabalho dos alunos e do seu papel na educação. Reconhecendo as contribuições individuais, a avaliação pode reforçar a mercantilização da educação e o incentivo a uma abordagem mais democrática e inclusiva.

Alunos e professor devem assumir nas aulas uma atitude descontraída (descontração não implica má-criação), que afaste tanto quanto possível do espírito dos alunos a ideia da nota que irão ter no fim do período (lembrando que o seu interesse principal é aprender) e modere no espírito do professor a ideia de que é juiz (lembrando que a sua missão é, acima de tudo, ensinar). (Sebastião; Silva, 1975, p.13).

Diferentes modalidades de avaliação terão cada uma, seus próprios impactos na socialização dos indivíduos no ambiente educacional e nem todas serão igualmente funcionais no local de trabalho.

A inadequação das formas tradicionais de avaliação escolar para atender às demandas de produção, bem como a necessidade de estarem alinhadas com o contexto educacional, destaca a importância de explorar formas alternativas que possam melhor apoiar o desenvolvimento das competências dos alunos e conhecimento.

O professor deve abandonar, tanto quanto possível, o método expositivo tradicional, em que o papel do aluno é quase cem por cento passivo, e procurar, pelo contrário, seguir o método ativo, estabelecendo diálogo com os alunos e estimulando a imaginação destes, de modo a conduzi-los, sempre que possível, à redescoberta. ” (Sebastião; Silva, 1975, p.11).

A forma como as escolas avaliam os seus alunos é um reflexo dos valores e prioridades do sistema educativo. Serve como uma jane-

la para a experiência educacional mais ampla, lançando luz sobre os benefícios e interesses da educação. Ao examinar o processo de avaliação, descobrimos a filosofia de ensino e os valores que ela defende.

Em uma abordagem positivista e tecnocrática, a ênfase recai em resultados mensuráveis como notas e testes, não no desenvolvimento integral do sujeito. Essa visão valoriza a obtenção de resultados padronizados em detrimento do aprofundamento do conhecimento. No fundo, trata-se de um modelo educacional que enfatiza a mera memorização de conteúdos, em vez de estimular o pensamento crítico e a habilidade de resolver problemas.

Para Luckesi, “A avaliação só nos propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida se estiver assentada sobre a disposição para acolher, pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja”. Como professor é fundamental estar disposto a transformar a realidade do seu aluno, mas antes é preciso aceitá-lo como ele é. Ao acolher esse indivíduo, eles estão proporcionando uma oportunidade de mudança e de construção conjunta de uma nova realidade.

1.2 Tipos de avaliação

Dentro de uma compreensão mais progressista da educação, está a desenvolver-se um tipo de avaliação baseada em padrões internos de pensamento crítico. Esses padrões referem-se à exatidão do trabalho, coerência, precisão lógica e ausência de erros.

As concepções de avaliação variam de autor para autor, dependendo da sua perspectiva e interpretação do conceito. Como resultado, na literatura sobre o tema, são inúmeros os significados atribuídos à avaliação do ensino e da aprendizagem.

Segundo Piletti (1986), algumas dessas concepções enfatizam a dimensão medida, outras estão mais voltadas para o aspecto julgamento ou juízo de valores. Há ainda aquelas que permeiam as duas dimensões.

A avaliação pode ser classificada com base no seu modo ou forma de organização, tipo ou espécie. Portanto, a avaliação pode ser classificada como: avaliação diagnóstica inicial, avaliação diagnóstica, avaliação prognóstica, avaliação formativa ou regulatória, ou avaliação normativa ou categórica (tradicional).

De acordo com Benjamin Bloom, um importante pesquisador da área da aprendizagem, em especial da avaliação da aprendizagem, ela pode ser classificada em três categorias: somativa, diagnóstica e formativa (Bloom; Hastings; Madaus, 1983, p. 8).

Por causa da relevância do autor para o assunto, seguiremos a proposta de classificação para avaliar e refletir sobre os diversos tipos de avaliação. Essa abordagem nos ajuda a entender melhor cada tipo de avaliação e sua importância para o campo de estudo. Ao utilizar esse método, compreender e analisar os diferentes tipos de avaliação e suas aplicações de maneira mais eficiente, o que contribui para o progresso do conhecimento na área.

1.3 Avaliação investigativa

O professor utilizará a avaliação inicial como uma ferramenta para adaptar seu ensino às necessidades e características específicas de seus alunos. Isso envolve coletar informações dos alunos sobre o conhecimento existente sobre um determinado tópico e, em seguida, estruturar o currículo de acordo.

A avaliação serve como um meio de informar o ensino e de promover a conscientização dos alunos sobre seu nível atual de compreensão e áreas para desenvolvimento adicional.

É importante reconhecer que a avaliação inicial não implica uma fase de diagnóstico prolongada que possa dificultar o processo de aprendizagem em curso. Pelo contrário, é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os alunos inevitavelmente desenvolvem o seu conhecimento existente em resposta às atividades da sala de aula.

Para utilizar efetivamente a avaliação como ferramenta de desenvolvimento de atividades educativas, é fundamental encará-la como um processo dinâmico e não linear de construção de conhecimento.

A avaliação deve ser vista como um processo contínuo de desenvolvimento e ensino, não como um evento estático. Por meio dessa de ensino e aprendizagem, uma vez que os alunos inevitavelmente desenvolvem o seu conhecimento existente em resposta às atividades da sala de aula.

Para utilizar efetivamente a avaliação como ferramenta de

desenvolvimento de atividades educativas, é fundamental encará-la como um processo dinâmico e não linear de construção de conhecimento.

A avaliação deve ser vista como um processo contínuo de desenvolvimento e ensino, não como um evento estático. Por meio dessa abordagem, os professores podem utilizar a avaliação para melhorar a trajetória de aprendizagem dos alunos.

A avaliação é um processo complexo, nem tanto pelas dificuldades instrumentais ou pelos tecnocratismos, nem pela eventual dificuldade de obtenção de respostas claras e pretensamente definitivas, mas, sobretudo pelo valor das questões levantadas no debate público, ou seja, pelo impacto das perguntas que o processo deve suscitar discutir e avaliar (Sobrinho, 2000, p. 106)

A partir disso, o profissional terá apoio para iniciar uma intervenção eficaz. É crucial reconhecer que uma compreensão profunda da etiologia é essencial não só para determinar prioridades de tratamento e selecionar metodologias específicas, mas também para planejar soluções abrangentes e sociais que abordem as causas profundas do problema.

1.4 Avaliação diagnóstica

De acordo com Sant'Anna (1995), ao planejar, o professor não deve pensar no ideal, mas sim no contexto real de sua sala de aula. Para obter uma compreensão abrangente de cada aluno, é crucial realizar uma avaliação diagnóstica ou prognóstica. Esta avaliação fornecerá informações valiosas sobre as perspectivas históricas e cognitivas do aluno, permitindo uma determinação mais precisa de suas habilidades e necessidades de aprendizagem.

A avaliação diagnóstica analisa de forma sistemática o comportamento, pontos fortes e pontos fracos do aluno, assim como seus estilos de aprendizagem. O objetivo é classificar o aluno de acordo com sua proficiência em competências e áreas de conhecimento, além de avaliar seu domínio dos requisitos necessários para iniciar o ensino em uma turma específica ou determinar sua colocação em um ambiente de aprendizagem personalizado.

A avaliação diagnóstica visa em primeiro lugar, verificar as competências básicas e em segundo lugar, determinar o nível de alcance dessas competências pelos alunos. Alcançando esses objetivos, os educadores podem adaptar seu ensino de acordo com as necessidades individuais de cada estudante, com base na imagem completa do perfil cognitivo e histórico fornecido pela avaliação.

Segundo a perspectiva de Haydit (2000, p. 20):

Não é apenas no início do período letivo que se realiza a avaliação diagnóstica. No início de cada unidade de ensino, é recomendável que o professor verifique quais as informações que seus alunos já têm sobre o assunto, e que habilidades apresentam para dominar o conteúdo. Isso facilita o desenvolvimento da unidade e ajuda a garantir a eficácia do processo ensino – aprendizagem.

A necessidade de agrupar os alunos com base em suas características individuais, direcionar os alunos para estratégias e programas de ensino alternativos, identificar as causas não pedagógicas de repetidas falhas de aprendizagem, avaliar a situação de desenvolvimento do aluno e servir como meio de identificar a aprendizagem do aluno, caminhos e trajetórias.

Ao empregar essas técnicas, os professores fornecem direcionamentos mais personalizados e práticos, adequados às necessidades e habilidades únicas de cada estudante. Essa abordagem considera as especificidades de cada aluno, abordando as raízes dos desafios de aprendizagem ao invés de seguir um método genérico. Como esse foco no aluno, os educadores podem auxiliá-los a vencer obstáculos e atingir seu pleno desenvolvimento.

Machado (1995, p. 33), observa que “A avaliação diagnóstica possibilita ao educador e educando detectarem, ao longo do processo de aprendizagem, suas falhas, desvios, suas dificuldades, a tempo de redirecionarem os meios, os recursos, as estratégias e procedimentos na direção desejada” (Machado, 1995, p. 33).

Segundo Machado (1995), uma das funções da avaliação é garantir que todos os indivíduos tenham oportunidade de aprender e crescer, proporcionando:

1. Estímulo ao crescimento e fortalecimento da dinâmica entre professor e aluno;

2. Um processo que promove o equilíbrio sem censura, repressão ou punição;
3. Garantia de segurança no percurso pedagógico;
4. Garantia dos direitos e interesses dos indivíduos e das instituições;
5. Uma forma de superar limites sem causar traumas;
6. Uma ferramenta para ajudar os alunos a tomar decisões e aprender a aprender devido à transitoriedade do conhecimento.

Além do mais, a avaliação é utilizada para adequar o nível de compreensão das aulas às propostas educacionais, ou vice-versa. Em resumo, a avaliação garante que os programas de ensino estejam alinhados com as necessidades e habilidades dos alunos, possibilitando a eficácia na aplicação de seus conhecimentos e habilidades.

O professor pode detectar que está ensinando com base num programa muito fácil para o nível de determinados alunos e alterar o programa ou, da mesma forma, perceber as dificuldades dos estudantes em relação a um programa e ajudá-los a compreender melhor o que está sendo ensinado (HADJI, 2001, p. 19).

Em um ambiente médico, ele não categoriza os pacientes com base na gravidade da doença, de leve a grave, nem fornece o mesmo tratamento a todos os pacientes. Em vez disso, o mesmo adapta a sua abordagem a cada paciente individual, utilizando o diagnóstico para obter uma compreensão abrangente das suas necessidades únicas. No entanto, o mero diagnóstico por si só é inútil sem a ação adequada. O diagnóstico é essencial, mas de pouco valor sem que sejam tomadas ações concretas subsequentes. (PERRENOUD, 2008, p. 15)

Nessa passagem, o autor destaca a importância do atendimento individualizado na medicina, onde o médico não trata todos os pacientes da mesma forma. Em vez disso, adota uma abordagem holística usando o diagnóstico para compreender as necessidades únicas de cada paciente.

Essa abordagem é enfatizada pelo autor como essencial para proporcionar um tratamento eficaz. Contudo, também observa que o diagnóstico por si só é insuficiente e que ações concretas devem ser tomadas para alcançar resultados significativos.

Isso destaca a importância do diagnóstico e do tratamento na área médica.

1.5 Avaliação formativa

Esse tipo de avaliação, de acordo com Sant' Anna (1986), tem por objetivo verificar se o aluno aprendeu conceito, procedimento e atitudes que constam no planejamento, conscientizá-lo acerca da aprendizagem conquistada e da maneira pela qual poderá realizar sua autoestima.

A avaliação formativa visa identificar deficiências iniciais, orientando a instrução e a organização das etapas corretivas. Deve ser feito com frequência para garantir que a maioria atinja os objetivos de aprendizagem.

Para realizar uma avaliação formativa são necessários os seguintes passos:

1. Selecionar os objetivos e conteúdo de aprendizagem e distribuí-los em pequenas unidades de ensino;
2. Formular estes objetivos em comportamentos observáveis para fins de avaliação;
3. Utilizar um quadro teórico ou esquema para identificar as áreas precisas de dificuldade ou insuficiência;
4. Fornecer feedback frequente, utilizando a informação obtida para corrigir erros e insuficiências, ou para reformar comportamentos bem-sucedidos;
5. Selecionar alternativas de ensino adequadas e terapêuticas.

A avaliação contínua do programa mostra o avanço do aluno e as adaptações possíveis para atingir os objetivos de aprendizagem. Ela é crucial para identificar o progresso e fazer ajustes para nivelar o desempenho com o restante do grupo.

A avaliação formativa desempenha papel essencial no ensino ao fornecer feedback para alunos e professores, identificar pontos fortes e fracos e ajustar estratégias de ensino.

Observando constantemente o avanço dos alunos, os professores podem adaptar suas táticas de ensino para garantir que sigam na direção das metas de aprendizagem, fazendo recomendações individuais para aprimorar seu desempenho.

A avaliação formativa pode auxiliar na detecção de dificuldades ou lacunas de conhecimento que necessitem de instrução ou suporte extra. Identificando essas questões desde cedo, os professores

podem oferecer instruções específicas para auxiliar os estudantes a superar obstáculos e alcançar metas de aprendizagem.

Em conclusão, a avaliação formativa é um aspecto crucial do processo de ensino-aprendizagem, pois permite aos docentes monitorizar o progresso dos alunos, fornece feedback atempado e fazer ajustes nas suas estratégias de ensino para melhor apoiar a aprendizagem deles. Ao avaliar regularmente o progresso da equipe escolar podem garantir que os educandos estão a fazer progressos adequados na sua aprendizagem.

Em geral, para implementar a avaliação formativa é necessário abandonar certas ações associadas à avaliação somativa, que tem sido estigmatizada pelo senso comum, com o objetivo de desenvolver uma abordagem mais ética, responsável e comprometida na avaliação da aprendizagem.

Como observa Ferreira (2009, p. 53), os professores devem:

1. Abster-se de ridicularizar as respostas pessoais dos alunos em situações de teste ou outros instrumentos de avaliação.
2. Forneça justificações para os seus julgamentos, pois os alunos têm o direito de compreender as razões dos seus erros.
3. Evite fazer correções que criem ambiguidades.
4. Abster-se de punir alunos com notas baixas, insinuando que o processo de aprendizagem é baseado apenas em notas.
5. Respeitar os direitos dos alunos e informá-los quando e como serão avaliados.
6. Em nenhuma hipótese os professores deverão deduzir pontos da nota dos alunos (pois é um direito adquirido por eles).

Ao adotar estes princípios, os professores podem ir além da abordagem tradicional de avaliação somativa e criar um processo de avaliação mais abrangente e ético que promova verdadeiramente a aprendizagem dos alunos.

[...] A avaliação formativa pode também ajudar a ação discente, porque oferece ao aluno informações sobre seu progresso na aprendizagem, fazendo-o conhecer seus avanços, bem como suas dificuldades, para poder superá-las. É através da modalidade

formativa que a avaliação assume sua dimensão orientadora, fornecendo dados para o replanejamento da prática docente e orientando o estudo contínuo e sistemático do aluno, para que sua aprendizagem possa avançar em direção aos objetivos estabelecidos [...] (Haydt, 2011, p. 220).

Se o maior objetivo da escola é que os educandos aprendam e com isso se desenvolvam, a avaliação deve estar a serviço desse pressuposto. Deve então constituir-se como um ato de investigação da qualidade das aprendizagens dos alunos, configurando-se como avaliação diagnóstica e, a partir desta, motivar a proposta de ações que aproximem o desempenho real dos estudantes daquele que se deseja que eles alcancem (Luckesi, 2011, p. 175).

1.6 Avaliação somativa

A avaliação somativa, também conhecida como avaliação tradicional ou classificatória, visa quantificar a qualidade do objeto avaliado, um período pedagógico pré-determinado, e constitui uma perspectiva de avaliação formativa que busca acompanhar o processo de ensino.

Neste método de avaliação, há uma avaliação sistemática e estruturada do conteúdo, dos métodos de ensino e dos resultados da aprendizagem, seguindo um calendário específico para garantir uma avaliação abrangente do processo educativo.

A avaliação formativa enfatiza a necessidade de acompanhar constantemente o avanço dos estudantes para oferecer orientação e melhoria na educação. Os professores podem avaliar a eficácia de suas abordagens e realizar alterações para melhorar a aprendizagem.

É um processo de descrição e julgamento para classificar ao final de uma unidade, semestre ou curso, segundo níveis de aproveitamento expressos em notas e conceitos, indicando assim ao aluno, o que foi conseguido por ele e pelo grupo (Sant' Anna, 1986).

É fundamental destacar que, embora a avaliação formativa possa ser empregada tanto como diagnóstica quanto somativa, a principal diferença reside no fato de que a primeira observa o domínio gradual e hierárquico do aluno em cada etapa do ensino, enquanto a avaliação diagnóstica contribui para a avaliação formativa, facilitando a discriminação das dificuldades do aluno e do grupo. Portanto, serve

como etapa inicial da avaliação formativa.

Além disso, tanto a avaliação formativa como a diagnóstica podem contribuir para a avaliação somativa, uma vez que o professor pode utilizar os recursos da primeira durante o desenvolvimento do processo de aprendizagem e empregar a avaliação somativa no final do processo.

O objetivo da avaliação somativa é classificar o aluno para determinar se ele será aprovado ou rejeitado e está ligado à noção de medição (ou seja, avaliar os resultados de aprendizagem do aluno), conforme afirma Haydt (2000, p. 9):

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso em números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo do fenômeno a ser descrito.

O incentivo tem grande importância para estimular a motivação, pois proporciona um meio de informar os alunos sobre seu desempenho nas atividades, elogiar as conquistas e demonstrar interesse pelas áreas em que o mesmo enfrentou desafios. Ao fornecer a eles as ferramentas para explorar soluções alternativas, o incentivo promove uma mentalidade construtiva e incentiva a aprendizagem contínua.

1.7 Avaliação mediadora

Os educadores geralmente envolvem-se em extensas discussões sobre o processo de avaliação e propõem diversas metodologias num esforço para verdadeiramente impregnar o sentido de avaliação nas escolas, um sentido que é único e distinto da interpretação comum do termo. A objetividade e a subjetividade da avaliação são muitas vezes entendidas em relação à maneira como as questões são formuladas em um teste.

A objetividade é caracterizada pela ênfase do professor nos resultados da avaliação, sem permitir qualquer interpretação do processo de aprendizagem. Em contrapartida, a subjetividade envolve a interpretação sistemática do professor sobre o significado atribuído a

cada questão colocada pelo aluno.

De acordo com Hoffmann (1993), na visão tradicional da avaliação, a classificação do aluno se dá a partir do processo corretivo. Já na avaliação mediadora exige a observação individual de cada aluno, focalizando a atenção em processo de construção do conhecimento interpretando a subjetividade, refletindo e investigando teoricamente razões para as soluções apresentadas em termos de estágios evolutivos do pensamento da área de conhecimento em questão e das experiências de vida do aluno.

Neste contexto, a intervenção do professor deve ser verdadeiramente desafiante e nunca coerciva. Trata-se de um processo gradativo, lento, que exige paciência e compreensão do estágio de desenvolvimento do aluno, servindo como gatilho para o pensamento reflexivo sobre as propostas pedagógicas elaboradas ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Teoricamente, o docente analisa as diversas expressões dos discentes na situação de aprendizagem, monitorando as hipóteses que formulam a respeito de determinado assunto ou área do conhecimento, com o objetivo de exercer uma ação educativa que favoreça a descoberta de melhores soluções ou reformulações de hipóteses iniciais.

Nesse caso, o acompanhamento do professor visa proporcionar ao aluno o livre acesso ao conhecimento competente na escola, promovendo assim o seu desenvolvimento social no processo de ensino-aprendizagem e fomentando uma compreensão mais profunda do próprio processo de aprendizagem, ao invés de focar apenas no imediato.

Avalia-se para se conhecer e só conhecendo o que o aluno sabe ou não sabe é que é possível realizar intervenções pedagógicas apropriadas, que tendam a gerar melhorias nas suas aprendizagens. Por isso, consideramos Avaliação como medida normativa Medir as prestações dos alunos Avaliação como juízo de valor Concluir se um aluno é bom ou é mau Avaliação como auxiliar à tomada de decisões Interpretar as informações, permitindo atribuir uma classificação, reconhecer um exame, declarar um êxito, decidir uma orientação Avaliação como comunicação entre os atores da educação Fornecer aos alunos, pais e outros professores informações sobre o nível e o trabalho dos alunos Avaliação

como verificação de congruência com o objetivo
Verificar se um objetivo foi atingido Avaliação
como acompanhamento da aprendizagem Elucidar
o aluno sobre a evolução da sua aprendizagem,
confirmando sucessos e identificando melhorias a
introduzir Avaliação como promoção da aprendiza-
gem Tornar o aluno o elemento de ligação entre a
avaliação e a construção da sua própria aprendiza-
gem que o ponto de partida do ensino tem que ser
a avaliação, e não os conteúdos curriculares. (Bog-
gino, 2009, p. 79)

O papel do professor exige uma reflexão teórica que lhe permita planejar situações desafiantes para os alunos, fomentando as suas descobertas e aprofundando a sua compreensão num determinado domínio do conhecimento. Esta abordagem visa subverter a hierarquia tradicional, onde a precisão é valorizada e os erros são punidos em todas as circunstâncias, ao mesmo tempo que transcende a noção de correção, isto marca o ponto de partida para uma ação avaliativa mediadora.

O aspecto mais importante a influenciar a aprendizagem do aluno é o professor... A implicação clara e imediata a retirar desta evidência é que, aparentemente, é possível melhorar a educação se aumentarmos a eficácia dos professores. (Wright; Horn; Sandres, 1997, p. 63)

Segundo Hoffmann (1993), a perspectiva da avaliação mediadora é totalmente contrária ao modelo de transmitir, verificar, registrar e evoluir, pois se pauta em uma ação reflexiva e desafiadora do educando, que visa contribuir, elucidar e favorecer a troca de ideias entre docentes e discentes, num momento de superação em que se ascende de um processo em que o saber é meramente transmitido para outro cuja produção é o saber, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados e da ação ou movimento realizado na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa.

O processo de avaliação exige agora que o professor se envolva numa compreensão mais profunda da relação epistemológica com o aluno, como um ciclo mediador de ação-reflexão-ação que promove uma discussão e uma abordagem pedagógica mais abrangentes.

Esta mudança no paradigma da avaliação está enraizada no re-

conhecimento de que o ser humano, como único ser racional, é capaz de refletir sobre as suas ações e agir de forma diferente dos outros. Esta compreensão constitui a base para a abordagem de avaliação mediadora, que se desenvolve no interesse do aluno e é principalmente facilitada pela proximidade entre o educador e o indivíduo educado.

Nesta perspectiva, o papel do professor não se limita a avaliar o conhecimento do alunado, mas envolve uma compreensão profunda da relação epistemológica entre as duas partes. Isto exige que o ele se envolva num processo reflexivo que examine as formas como o conhecimento é construído e comunicado e como esse processo pode ser otimizado para promover uma compreensão mais profunda do assunto.

Ao fazer isso, o docente pode facilitar um processo de avaliação mais mediado que leva em conta as necessidades e perspectivas únicas de cada aluno, levando a uma experiência de aprendizagem mais abrangente e eficaz.

Essencialmente, a avaliação mediadora representa uma alteração relevante na compreensão e execução da relação entre professor e aluno. Priorizando uma conexão epistemológica mais profunda entre eles, a avaliação se torna uma ferramenta para facilitar a aprendizagem e o crescimento significativo, ao invés de apenas avaliar o conhecimento.

Por meio desse método, é possível para o professor estabelecer um ambiente educacional interativo e dinâmico, no qual o estudante participe ativamente do seu progresso acadêmico.

Os testes estandardizados e as provas psicométricas deixam de lado tudo aquilo que é mais difícil medir: aprender a pensar, aprender a respeitar, aprender a viver com os outros, aprender a fazer perguntas relevantes e a resolvê-las, a procurar a evidência do conhecimento, a determinar o que é importante e válido, a aprender com o contexto. Ou seja, tudo aquilo que parece estar no âmago de uma educação de qualidade. (Casassus, 2009, p. 77).

Segundo o autor, as crianças não conseguem descobrir o mundo sozinhas e necessitam da orientação de outras pessoas para vivenciar coisas novas, o que significa que dentro do ambiente educacional escolar é o professor quem deve facilitar esse desenvolvimento.

Nos métodos tradicionais de avaliação, a classificação dos alunos ocorre por meio de um processo corretivo, eliminando a subjetividade e evitando injustiças na contagem de erros e acertos. Porém, muitas vezes, avaliação é confundida com medição. Nessa concepção, como argumenta Paulo Freire (1987), o professor é aquele que sabe, enquanto o aluno é aquele que não sabe. Essa abordagem avalia a fração do conhecimento desconectando o que o aluno lembra do que foi ensinado e o que pode fazer com o que aprendeu.

Avaliação Mediadora, de acordo com Jussara Hoffmann (2009), exige prestar muita atenção no aluno, conhecê-lo, ouvir seus argumentos, propor-lhe questões novas e desafiadoras, guiando-o por um caminho voltado à autonomia moral e intelectual, pois estamos vivendo um momento caracterizado por uma infinidade de fontes de informação.

Nessa concepção a subjetividade na elaboração das perguntas é positiva, uma vez que, permite no momento da correção uma reflexão sobre as hipóteses construídas pelos alunos, pois de acordo com Daniella Martins Barros em sua entrevista à Educação em Revista (Abril/Maio 2012) “quanto maior a empatia entre professor e aluno, maior será o aprendizado”.

Para Cipriano Luckesi, existem duas práticas completamente diferentes a saber: examinar e avaliar. Para ele avaliar, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa.

Os testes são fundamentais na educação, já que permitem avaliar de maneira constante e sistemática os conhecimentos e habilidades dos estudantes. Além dos exames tradicionais, a avaliação mediada também é essencial para uma avaliação completa da aprendizagem dos alunos, ressaltando a necessidade de utilizar diversas abordagens.

Cipriano Luckesi assevera em entrevista concedida ao Jornal do Brasil que essa nova abordagem sobre a avaliação, nasceu da insatisfação com os tratamentos somente técnicos da avaliação tradicional e que a escola hoje não avalia a aprendizagem do aluno, mas examina ainda dentro da modalidade jesuíticocomeniana. Sendo assim, os exames são pontuais, classificatórios e seletivos ou excludentes, uma vez que excluem grande parte dos alunos e complementa suas afirmações dizendo que o pecado da escola ao avaliar o aluno é examiná-lo em vez de avaliá-lo.

Nesse sentido, temos o auxílio da Neurociência que é a ciência que aborda como o cérebro aprende. E de acordo com a reportagem “Toda a atenção para a Neurociência” da Revista Nova Escola (Junho/Julho 2012):

Aprender não é só memorizar informações. É preciso saber relacioná-las, significá-las e refletir sobre elas. É tarefa do professor, então, apresentar bons pontos de ancoragem, para que os conteúdos sejam aprendidos e fiquem na memória, e dar condições para que o aluno construa sentido sobre o que está vendo em sala de aula. (Revista Nova Escola, p. 55, 2012).

Tanto Hoffmann (2009) como a Neurociência concordam que o aluno deve ser instigado, provocado, ativo em sua aprendizagem e que cabe ao professor propor, orientar e oferecer condições para que o mesmo desenvolva suas potencialidades.

Segundo Hoffmann (1993), a perspectiva da avaliação mediadora é totalmente contrária ao modelo de transmitir, verificar, registrar e evoluir, pois se pauta em uma ação reflexiva e desafiadora do educando, que visa contribuir, elucidar e favorecer a troca de ideias entre docentes e discentes, em um momento de superação em que se ascende de um processo em que o saber é meramente transmitido para outro, cuja produção é o saber, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados e da ação ou movimento realizado na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa.

1.8 Avaliação cooperativa

De acordo com Sant’ Anna (1995), estimular o aluno e coletar evidências concretas de trabalhar e propiciar condições para que ele analise juntamente com o grupo, o processo obtido e aperfeiçoá-lo para uma convivência democrática no grupo e na sociedade.

A discussão em grupo serve como uma atividade colaborativa de desenvolvimento de competências mentais, onde os participantes se envolvem numa reflexão sistemática e oferecem reconhecimento individual e coletivo das suas contribuições para a comunidade da sala de aula. Este esforço colaborativo promove a consciência do valor da atividade partilhada e promove o desenvolvimento de capacidades

cognitivas.

Neste contexto, a natureza subjetiva da discussão, através da observação e análise do comportamento do servidor por vários professores, contribui para a qualidade da avaliação. Essa abordagem tradicional enfatiza a responsabilidade do professor em planejar e ensinar o conteúdo aos alunos, que por sua vez demonstram sua responsabilidade por meio de avaliações. A análise combinada do comportamento do servidor e a avaliação resultante do aprendizado dos alunos ressaltam a relevância da colaboração no contexto educacional.

Para Afonso (2014, p. 491), “[...] consequências, dificilmente isentas de tensões e contradições, que se desenvolvem ou podem desenvolver, de modo intencional ou não intencional, entre os diferentes modelos, formas ou dispositivos de avaliação [...]”.

Em contrapartida, no novo contexto, a avaliação na modalidade on-line exige adaptação do currículo, respeito ao cotidiano dos alunos, flexibilidade na realização das atividades, levando em consideração o ritmo individual de cada aluno. Esses deixam de ser avaliados de forma única e passam a ser avaliados durante todo o processo, como por exemplo, durante a participação e trocas ocorridas durante uma aula on-line (André, 1996, p. 19).

Para Miller (2014, p. 2048), “[...] com subjetividades incorporadas, conflitantes e em conflito, [...] dão forma ao que é “oficialmente” construído, experimentado e “compreendido” como currículo e ensino”. A reorganização das estruturas curriculares na modalidade de ensino remoto exigiu não apenas a utilização de novas ferramentas e metodologias, mas também uma reconceitualização do conhecimento teórico e prático.

Neste contexto, o processo de reorganização exigiu uma reavaliação dos quadros teóricos e das aplicações práticas do ensino e da aprendizagem em ambiente remoto. Isto envolveu um exame minucioso da base de conhecimentos existente e o desenvolvimento de novas estruturas de conhecimento que pudessem acomodar as exigências únicas do ensino à distância.

Além disso, a reorganização das estruturas curriculares no ensino remoto exigiu uma mudança na forma como o conhecimento é construído, disseminado e aplicado. Isto incluiu a adoção de novas abordagens pedagógicas, tais como a utilização de ambientes de aprendizagem melhorados pela tecnologia, e a integração de métodos

de ensino à distância nos currículos existentes.

Resumindo, a reestruturação das notas curriculares no ensino online exigiu uma revisão ampla dos princípios teóricos e práticos do ensino e da aprendizagem, além da incorporação de novas metodologias e tecnologias para suportar a implementação do ensino à distância.

Acentuando ainda mais a ruptura das práticas tradicionais da educação (Ortigão; Oliveira, 2017, p. 96). Dessa maneira, é fundamental a elaboração de práticas didático-pedagógicas que facilitem a aprendizagem significativa e estimulem a autonomia do aluno na produção de conhecimento, intermediado pelo professor.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção” (Freire, 1996, p. 47).

A mudança para o ensino remoto trouxe um distanciamento significativo entre o professor e o aluno, tornando cada vez mais difícil fornecer suporte individualizado e monitorar as dificuldades. No ensino presencial, o docente pode analisar e identificar possíveis dúvidas e oferecer oportunidades para que o alunado aprimorem seu aprendizado. Porém, no cenário atual, é essencial que os mestres adquiram uma compreensão mais profunda dos desafios colocados pelo ensino remoto, a fim de reduzir o seu impacto e encontrar novas formas de promover uma aprendizagem significativa. Isto requer um exame reflexivo das práticas de ensino e da sua aplicabilidade ao contexto do mundo real em que são aplicadas.

A avaliação não é uma disciplina exata e, muito provavelmente, nunca o poderá vir a ser. A avaliação que se faz nas salas de aula também não é uma questão técnica ou uma mera questão de construção e utilização de instrumentos, nem um exercício de encaixar conhecimentos, capacidades, atitudes ou motivações dos alunos numa qualquer categoria com o auxílio de uma qualquer taxonomia. A avaliação é um processo desenvolvido por e com seres humanos para seres humanos, que envolve valores morais e éticos, juízos de valor e problemas de natureza sócio cognitiva, sociocultural, antropológica, psicológica e também política. No entanto, também parece que, não sendo matéria exata, pode e deve basear-se em sólidas e significativas evidências e, neste sentido, não será uma simples questão de con-

vicção, crença ou persuasão. (Fernandes, 2006, p. 36).

A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, mensagens e comentários durante as aulas, bem como ferramentas tecnológicas, tem possibilitado a caracterização desses caminhos. Por meio desses processos é possível avaliar a aquisição de conhecimento dos alunos e identificar quais conteúdos exigem novas abordagens.

Utilizamos diferentes recursos tecnológicos neste estudo para tornar a aprendizagem mais fácil e melhorar a avaliação do progresso dos alunos, como ambientes virtuais que promovem atividades interativas e imersivas. A comunicação por mensagens e comentários também foi utilizada para facilitar a interação entre alunos e instrutores, além de dar retorno sobre o desempenho dos alunos.

A utilização destas ferramentas tecnológicas permitiu-nos recolher dados valiosos sobre os resultados de aprendizagem e identificar áreas onde novas abordagens podem ser necessárias. Ao analisar esses dados, pudemos tomar decisões informadas sobre como melhorar as experiências.

O uso de ambientes virtuais de aprendizagem, mensagens e comentários durante as aulas, juntamente com ferramentas tecnológicas, tem se mostrado um meio eficaz de avaliar os resultados e identificar áreas de melhoria. Essa abordagem tem o potencial de aprimorar a experiência e melhorar seu desempenho acadêmico geral.

De acordo com Pinto e Santos (2006, p. 54) ac razão de considerar que avaliar é medir está no fato de:

(...) a avaliação, em termos da sua prática dominante que é a de notação, consiste em atribuir números a coisas. Há assim uma parecença entre a avaliação enquanto processo de notação e a medida. Esta semelhança gera mesmo a ilusão de que se trata de uma mesma operação. Avaliar é medir. Esta ideia está de resto fortemente enraizada nas imagens sociais da avaliação.

Não obstante, ainda existem obstáculos que dificultam a adoção do modelo de avaliação descrito anteriormente. A mais significativa delas é a tradição existente, que se centra na mera construção dos sucessos e fracassos dos alunos e na sua classificação ou não para o ano seguinte. Neste contexto, a avaliação deve ser vista como uma

ferramenta para o sucesso tanto dos alunos como dos professores.

1.9 O que é avaliação escolar?

A avaliação acadêmica, também conhecida como avaliação do processo de ensino, visa avaliar o desempenho de alunos, professores e do ambiente escolar, incluindo métodos de ensino e eficácia geral.

Ao avaliar estes vários fatores, procura-se proporcionar uma compreensão holística do processo educativo e dos seus resultados, com o objetivo final de melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Segundo Souza (1991), “a função principal da avaliação é apoiar o professor, a equipe escolar e o próprio sistema no aperfeiçoamento do ensino. A avaliação desde que é utilizada com cautela, fornece informações que possibilitam tomar decisões sobre quais recursos educacionais devem ser organizados, quando se quer tornar o ensino com mais eficácia”.

De fato, é uma prática valiosa e educativa utilizar a avaliação como ferramenta para compreender o processo de aprendizagem dos alunos de um determinado curso, com o objetivo de modificar o desempenho do professor e outros fatores para se alinhar aos objetivos coletivos da escola.

O processo avaliativo parte do pressuposto de que o enfrentamento das dificuldades é parte inerente ao processo de aprendizagem. Portanto, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser entendido não como um veredicto definitivo que consumirá ou sobrecarregará o aluno, mas sim como uma análise da situação escolar atual, levando em consideração as condições de ensino oferecidas.

A avaliação exige a definição de objetivos e critérios claros antes da recolha de dados e a seleção dos procedimentos apropriados para os alcançar.

As interpretações e os usos das avaliações realizadas na sala de aula, que se tratam de dados quantitativos quer qualitativos, devem satisfazer os mesmos requisitos teóricos que os que são colocados na interpretação dos testes estandarizados, no que à validade diz respeito. (IBIDEM, p. 88).

Segundo Hoffmann (1993), avaliar é dinamizar oportunidades

de ação reflexão em um acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao educando em seu processo de aprendizagem reflexões acerca do mundo, formando seres críticos literários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 9393/96, de acordo com o art.34, inciso v, sobre avaliação escolar, reza que “a avaliação escolar é um processo pelo qual se observa, verifica, analisa, interpreta um determinado fenômeno (construção de conhecimento), situando concretamente quanto aos dados relevantes, objetivando uma tomada de decisão da produção humana”.

Luckesi (1998) argumenta que avaliar tem basicamente três passos:

- Conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de construção da realidade;
- Comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação);
- Tomar decisões que possibilitam atingir os resultados esperados.

De acordo com os parâmetros curriculares (2001):

Avaliar é uma ação pedagógica guiada pela atribuição de valor apurado e responsável que o professor realiza nas atividades dos alunos. Avaliar é também considerar o modo de ensinar os conteúdos que estão em jogo nas situações de aprendizagem.

1.9.1 Segundo a BNCC a avaliação

A recente revisão do Currículo Básico Nacional (BNCC) visa mudar o foco da avaliação dos alunos de uma abordagem exclusivamente avaliativa para um processo mais participativo e inclusivo. Uma das mudanças significativas no documento atualizado é a capacitação dos alunos como participantes ativos no seu processo de aprendizagem e ensino.

É essencial usar métodos de avaliação inovadores para envolver os alunos e promover sua agência, atingindo o objetivo. Embora a BNCC valorize a avaliação, existem abordagens alternativas, como o feedback de 360 graus, que possibilitam uma análise mais abrangente da aprendizagem, seja em contextos individuais ou grupais.

- Feedback 360°

Essa abordagem envolve solicitar feedback dos próprios alunos, de seus colegas e professores para obter uma compreensão mais holística de suas experiências de aprendizagem.

Para implementar este modelo de forma eficaz, é essencial:

1. Desenvolver um questionário bem estruturado que incentive a autorreflexão;
2. Instruir os alunos a avaliarem-se com base nas questões apresentadas;
3. Solicitar a apresentação das respostas;
4. Incentive a avaliação entre pares para avaliar as habilidades de colaboração e trabalho em equipe do aluno.

Adotando essa metodologia, é viável analisar o progresso do aluno durante um projeto ou período, além de observar sua interação e competências sociais com colegas. Essa alteração na avaliação segue a abordagem da BNCC, que valoriza a aprendizagem centrada no aluno e a participação ativa dos estudantes no processo de ensino.

- Portfólio

O arquivo do portfólio pessoal serve como repositório para documentar as produções dos alunos ao longo do tempo, permitindo avaliar o desenvolvimento de suas habilidades e o crescimento de competências. Este arquivo oferece a oportunidade de trabalhar em diversas tarefas, incluindo resenhas, narrativas, dissertações, desenhos, imagens, coleções de notícias e reflexões sobre informações.

Para otimizar a eficácia deste processo podem ser tomadas as seguintes medidas:

1. Estabelecer objetivos de aprendizagem para o período de tempo em questão;
2. Definir atividades contínuas;
3. Orientar os alunos no arquivamento de suas atividades no período;
4. Oferecer uma reflexão final sobre a melhoria de aptidões e competências.

- Rubrica

Além disso, uma rubrica pode ser utilizada para avaliar os parâmetros de aprendizagem e torná-los visíveis, determinando assim se os resultados de aprendizagem esperados estão a ser alcançados. Para aplicar a rubrica, devem ser seguidos os seguintes passos:

1. Definir expectativas de aprendizagem e padrões de desempenho;
2. Crie uma tabela com objetivos de aprendizagem;
3. Estabelecer níveis de aprendizagem para identificar o domínio dos alunos;
4. Orientar a reflexão dos alunos sobre o seu processo de aprendizagem.

As possibilidades de avaliação incluem:

1. Dimensões de esforço e dedicação;
2. Proficiência ou avanço nas etapas da atividade;
3. Habilidades e competências praticadas.

Ao seguir estes passos e utilizar uma rubrica, os educadores podem avaliar eficazmente a aprendizagem dos alunos e fornecer feedback para apoiar o seu crescimento e desenvolvimento.

Apesar da mudança para novas práticas pedagógicas, os professores devem continuar a melhorar as suas competências e aptidões para responder eficazmente às necessidades dos alunos neste novo contexto. Isto requer a adaptação à estrutura curricular revista e o aproveitamento da tecnologia para melhorar os métodos de ensino. Especificamente, o uso de software para gerenciamento de exames e avaliações pode otimizar o processo de avaliação, fornece feedback em tempo real aos alunos e facilitar experiências de aprendizagem personalizadas.

Além disso, é ressaltada a necessidade de desenvolver um perfil de liderança educativa nos estudantes, possibilitando-lhes ter participação ativa em sua própria aprendizagem. Além disso, a promoção de ambientes educacionais que incentiva a comunicação e a discussão pode enriquecer a experiência de aprendizagem e promover a inclusão.

Para atingir estes objetivos é fundamental estabelecer uma parceria entre os professores e a coordenação pedagógica para reavaliar

e aperfeiçoar as práticas docentes. Ao fazer isso, os mesmos podem acomodar melhor as necessidades dos alunos neste novo cenário educacional.

Os professores estão em constante desenvolvimento e ajuste para atender às crescentes exigências da educação, incorporando tecnologia e incentivando uma abordagem focada no aluno para aprimorar suas práticas de ensino e proporcionar uma experiência de aprendizado mais cativante e individualizada.

Com a diversidade de ideias propostas, fica mais fácil introduzir a avaliação formativa na sala de aula e promover uma aprendizagem constante por meio de atividades variadas. Isso ajuda a desenvolver habilidades, práticas planejadas específicas e identificar desafios. Assim, as avaliações formativas nas Normas Básicas do Sistema Nacional de Educação (BNCC) são aspectos fundamentais que contribuem para o desenvolvimento dos alunos. A tendência é para alunos mais autônomos e experientes profissionalmente no futuro, capazes de tomar decisões inteligentes.

Dentro deste cenário, a inserção da avaliação formativa em sala de aula possibilita uma abordagem mais flexível e dinâmica, incentivando os alunos a participarem ativamente de seu processo de aprendizagem. Isso ocorre por meio de atividades e avaliações alinhadas aos objetivos educacionais e competências da BNCC, permitindo aos professores identificar áreas que destacam de suporte e adaptar seu ensino conforme necessário.

Adicionalmente, a avaliação formativa da BNCC oferece um suporte para a evolução das habilidades, possibilitando acompanhar e avaliar seu avanço ao longo do tempo. Isso garante que os estudantes estejam progredindo corretamente na direção dos objetivos de aprendizagem e estejam preparados para atividades acadêmicas e profissionais futuros.

Inserir uma avaliação formativa na sala de aula é essencial para a BNCC, auxiliando no crescimento das habilidades dos alunos, preparando-os para sua futura carreira como profissionais especializados e independentes. Promovendo uma cultura de aprendizado e avaliação contínua, os professores garantem que os alunos estejam capacitados para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança.

É precisamente o reconhecimento do direito de todos a uma educação de qualidade que coloca no centro dos problemas do nosso tempo a necessidade de reinventar a escola de modo a oferecer e construir o currículo como um percurso diferenciado e significativo que, através de opções diferentes, possa tornar mais semelhante o nível de competências à saída do sistema escolar, competências de que todos precisarão igualmente, e de que dependerá o seu sucesso social e pessoal. (Roldão, 1999, p. 28)

1.9.2 Avaliação na Educação Infantil conforme a BNCC

A discussão do texto enfatiza como a avaliação é crucial para criar oportunidades de aprendizado para professores e alunos, analisando práticas educacionais e destacando a observação e reflexão como partes essenciais do processo de avaliação, que inclui tipos como diagnóstico, formativo e somativo.

Os diferentes tipos de avaliação têm objetivos distintos: a avaliação diagnóstica identifica lacunas de aprendizagem, a formativa monitoriza o progresso e a somativa avalia a aprendizagem no final de um curso.

O texto muda então o seu foco para os desafios colocados pela pandemia, que tornaram difícil para os educadores avaliarem de uma forma tradicional. Como resultado, os professores tiveram que adaptar as suas práticas de avaliação, ministrando aulas online, o que se revelou uma tarefa complexa devido à falta de envolvimento de algumas famílias.

Como cita Tomlinson:

Numa sala de aula diferenciada, o professor faz esforços consistentes para responder às necessidades de aprendizagem dos alunos. É guiado pelos princípios gerais de promover uma sala de aula onde há uma real preocupação com as necessidades de cada aluno. Para que tal aconteça modifica sistematicamente o conteúdo, o processo ou o produto em função da capacidade de resposta do aluno face a determinados tópicos, matérias ou competências, os seus interesses individuais ou os seus perfis de aprendizagem. Para o conseguir recorre a diversas estratégias de gestão e de ensino. (Tomlinson, 1999, p. 14)

Criação de grupos pedagógicos em aplicativos de mensagens, onde professores que lecionam a mesma disciplina desenvolvem conteúdos e estratégias conjuntamente; Criação de um canal de contato direto com os professores para que estes possam fazer perguntas sobre o uso de ferramentas para o ensino EAD; Identificação de docentes que possam apoiar na condução de atividades pedagógicas localmente, junto à comunidade escolar; Estabelecimento de atividades de monitoramento das atividades realizadas pelos estudantes. (WORLD BANK GROUP, 2020, s/p).

CAPÍTULO II

MARCO METODOLÓGICO

CAPÍTULO II

2. MARCO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida é de caráter bibliográfico qualitativo, cujo realizamos um levantamento e revisão de obras publicadas e autores que defendiam a temática, reunindo assim textos publicados para nos embasar e desenvolver nossa escrita. Após realizamos entrevista para colher algumas informações necessárias voltadas à pesquisa que não podem ser obtidas por meio de pesquisa bibliográfica ou de observação. A única forma de coletá-las é através de entrevistas.

2.1 A influência da avaliação escolar na aprendizagem

A importância da avaliação bem como os seus procedimentos, sofreram alterações significativas ao longo da história, sendo influenciados pelas tendências prevaletentes de ênfase no valor em cada época e pelos desenvolvimentos nas ciências e tecnologia. Nos dias de hoje, a verificação dos resultados da aprendizagem é considerada de extrema relevância.

A avaliação abrange diversos aspectos da vida humana, sendo essencial refletir criticamente sobre a prática, especialmente do ponto de vista dos alunos, para identificar avanços, resistências e dificuldades, e assim tomar decisões ponderadas para superar desafios. É mais do que simplesmente avaliar resultados de aprendizagem, é também uma maneira de conscientizar a ação educativa, sendo uma tabela para confirmar o estado dos elementos do ensino e aprendizagem.

A avaliação desempenha um papel significativo na educação, na medida em que se pode argumentar que é a própria alma do processo educativo. O educador que trabalha com o aluno de forma a desenvolver as suas atividades de forma inteligente, acreditando na existência de uma vitalidade interior que o direciona para a criatividade, será um agente de inovação e renovação.

É crucial notar que a educação tem conexão estreita com diversas dimensões, como biológica, psicológica (cognitiva e afetiva), social e espiritual, as quais estão interligadas e integradas.

Para melhorar a prática de avaliação, é preciso mudar a cultura

de memorização, classificação, seleção e exclusão que domina o sistema educacional. Isto requer uma mudança no sentido de uma abordagem mais holística e integradora à aprendizagem e à avaliação, que valorize a agência e a criatividade do aluno e promova o seu bemestar e desenvolvimento globais.

De acordo com Pinto e Santos (2006, p. 54) a razão de considerar que avaliar é medir está no fato de:

(...) a avaliação, em termos da sua prática dominante que é a de notação, consiste em atribuir números a coisas. Há assim uma parecença entre a avaliação enquanto processo de notação e a medida. Esta semelhança gera mesmo a ilusão de que se trata de uma mesma operação. Avaliar é medir.

Esta ideia está de resto fortemente enraizada nas imagens sociais da avaliação.

A avaliação no ensino é um tema complexo e sensível, com implicações sociais, éticas e psicológicas importantes. A falta de compreensão do processo pode levar a práticas avaliativas que influenciam positivamente ou qualidades o crescimento e desenvolvimento de alunos e professores. Há efeitos associados diretos e indiretos aos processos de avaliação no ensino.

Neste cenário, a avaliação pode influenciar diretamente o ensino e a aprendizagem. Os efeitos explícitos envolvem notas de motivação e desempenho, enquanto os efeitos sutis aparecem na percepção dos mestres e estudantes, autoeficácia, autoestima e ambiente de aprendizagem.

Além disso, a avaliação pode causar consequências éticas e sociais abrangentes, como perpetuar desigualdades e preconceitos, estigmatizar certos grupos e reforçar normas culturais predominantes. É crucial abordar a avaliação de maneira equilibrada e reflexiva, considerando as possíveis implicações e o contexto social atual.

A avaliação no ensino e na aprendizagem é um assunto intrincado que necessita de reflexão cuidadosa. Considerando os efeitos da avaliação, podemos desenvolver práticas para promover ambientes de aprendizagem inclusivos e práticos, além de considerar suas implicações éticas e sociais.

Os docentes parecem continuar a estar mais preocupados com o ensino de conteúdo específicos das disciplinas e menos com o funcionamento dos processos cognitivos e dos erros dos alunos. Ora o trabalho sobre o erro através de processos de interação formativa e da auto regulação parecem ser estratégias poderosas de aprendizagem, em que a avaliação se coloca de facto como um processo de assistência à aprendizagem. (Barreira; Pinto, 2005, p. 59).

De uma perspectiva integrativa, a prática da avaliação é um dos meios mais eficientes de moldar ou controlar comportamentos, atitudes e crenças entre os alunos, pois detém poder e importância significativos como mecanismo de inclusão ou exclusão social através dos quadros burocráticos e legais empregados em seu uso. No entanto, o processo de avaliação também pode ter um impacto profundo no próprio processo de aprendizagem.

Os métodos podem influenciar a consecução de objetivos pré-determinados, mas é importante reconhecer que a avaliação é mais motivada politicamente do que orientada educacionalmente, uma vez que muitas vezes dá prioridade à satisfação dos requisitos do sistema educativo, dos pais e da própria escola, em vez de promover aprendizado e desenvolvimento genuínos. Isto pode levar a um ambiente competitivo que perpetua uma sociedade capitalista, onde o foco principal está no lucro e não no sucesso dos alunos.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) / 9.394- dezembro de 1996, capítulo II:

O propósito de uma avaliação educacional é fornecer subsídios para que os responsáveis pela coordenação e desenvolvimento de ações educativas possam tomar decisões que permitam o aperfeiçoamento de processos e condições de ensino. Dependendo do nível de abrangência das ações educativas e do foco privilegiado em um processo avaliativo, pode-se classificar a avaliação educacional em várias dimensões.

Luckesi (2003) afirma que a avaliação é um recurso pedagógico útil e primordial para auxiliar cada educador e cada aprendiz na busca e na construção de si mesmo e dos seus melhores modos de ser na vida. Ela não pode ser vista como sendo o ditador da prática

educativa, que ameaça e submete a todos, mas sim afável, inclusiva, dinâmica e edificante, conforme apontam as ideias de Vigotsky.

O processo de aprendizagem deve ser olhado por uma ótica prospectiva, ou seja, não se deve focalizar o que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo. Em nossas práticas pedagógicas, sempre procuramos prever em que tal ou qual aprendizado poderá ser útil àquela criança, não somente no momento em que é ministrado, mas para além dele. É um processo de transformação constante na trajetória das crianças. As implicações desta relação entre ensino e aprendizagem para o ensino escolar estão no fato de que este ensino deve se concentrar no que a criança está aprendendo, e não no que já aprendeu. Vygotsky firma esta hipótese no seu conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) (Fiocruz, 2004, p.104).

A avaliação escolar é um constante desafio que exige mudanças por parte do professor. Mudanças requerem muito estudo, reflexão e ação. Por isso, obriga o educador a buscar pela inovação, exige uma mudança na postura deste profissional sobre a avaliação propriamente dita, mas também para qual a educação e a sociedade que o limita é por meio das metodologias.

2.1.1 Critérios de avaliação escolar

Os critérios de avaliação são fundamentais na área educacional, pois definem como expectativas de aprendizagem com base nos objetivos de conteúdo do ano e no nível de desenvolvimento dos estudantes.

A organização lógica e a estrutura interna do conteúdo, bem como as características únicas de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, são levadas em consideração na elaboração dos critérios de avaliação. Esses critérios servem de guia para o desenvolvimento de experiências educacionais que promovam o crescimento e a socialização.

Neste sentido, os critérios de avaliação são essenciais para o desenvolvimento e socialização, pois proporcionam uma reflexão

equilibrada dos diferentes tipos de competências e conhecimentos, bem como das três dimensões do conteúdo (cognitiva, afetiva e social).

Os critérios orientam a programação e as atividades de ensino para atender às necessidades e ao estágio de desenvolvimento dos alunos, sendo essenciais para uma experiência educacional completa e estimulante.

Uma atividade avaliativa pode auxiliar a aprendizagem se fornecer a informação usada como feedback pelos professores e pelos seus alunos para fazerem a auto avaliação e a avaliação de terceiros no sentido de adequarem as atividades de ensino e aprendizagem em que estão envolvidos. Esta avaliação será formativa se usar as evidências apuradas para adaptar a tarefa de ensinar às necessidades dos alunos. (Black; Harrison; Lee; Marshall; Wiliam, 2004, p. 2).

É fundamental reconhecer que os critérios de avaliação representam os resultados essenciais que os educandos devem atingir no final do ciclo e são acessíveis à maioria dos alunos sujeitos às condições de aprendizagem propostas. Contudo, estes critérios não podem ser tratados como objetivos, pois isso levaria a uma desvalorização injustificável da oferta docente e, conseqüentemente, a um impedimento à possibilidade de aquisição de aprendizagens essenciais.

O conteúdo da avaliação por área e ciclo, definido nos parâmetros curriculares nacionais, indica o tipo e o grau de aprendizagem que se espera dos alunos nas diferentes áreas de conteúdo, proporcionando amplitude suficiente para que cada escola desenvolva critérios reais de avaliação e, portanto, contribuir para a implementação eficaz das intenções educativas ao longo do ciclo.

Os critérios de avaliação devem permitir concretizações diversas através de diferentes indicadores, portanto, além da enunciação desses critérios, deve haver um breve comentário explicativo que contribua para a identificação dos indicadores nas produções a serem avaliadas, facilitando a interpretação e flexibilidade desses critérios de acordo com as características do aluno e os objetivos e conteúdos definidos.

Conforme (Bonner, 2012, p. 88):

As interpretações e os usos das avaliações realiza-

das na sala de aula, quer se tratem de dados quantitativos quer qualitativos, devem satisfazer os mesmos requisitos teóricos que os que são colocados na interpretação dos testes estandardizados, no que à validade diz respeito.

O alinhamento dos critérios estabelecidos nos parâmetros curriculares nacionais e dos indicadores específicos com o trabalho que cada escola pretende realizar não deve comprometer a prossecução de objetivos de ensino e aprendizagem de qualidade.

São raras descrições e análises dos ambientes de ensino, aprendizagem e avaliação existentes nas salas de aula. Não se identificaram fatores associados à melhoria das aprendizagens dos alunos ou que nos ajudem a compreender as dificuldades de, por exemplo, pôr em prática uma avaliação de natureza formativa. Aliás, a maioria das investigações analisadas não associa realmente a avaliação, e em particular a formativa, com as aprendizagens dos alunos. (Fernandes, 2009, p. 95).

Existem formas pelas quais podemos realizar uma avaliação, entre elas encontramos a avaliação somativa e formativa, as quais se distinguem em seus objetivos, assim apresentamos a comparação entre as mesmas no quadro abaixo:

AVALIAR	O QUE SE APRENDEU somativa	PARA APRENDER Formativa
OBJETIVO	Proporcionar um juízo de valor sobre o objeto avaliado.	Diagnosticar as necessidades do aluno logo que elas surgem. Apoiar o processo de aprendizagem do aluno
O QUE INFORMA	O que os alunos já aprenderam	Onde é necessário apoiar os alunos a aprender mais e melhor
QUEM INFORMA	Outros sobre os alunos	Os alunos sobre eles mesmos. Os professores sobre como os alunos estão a aprender. Outros alunos (co-avaliação).
FOCO	Metas – locais ou centrais. Projetos concluídos; programas aplicados; produtos; desempenhos	Apoiar a aprendizagem Fornecer informação a alunos e professores onde o erro a ter um papel fundamental
QUEM REALIZA	Políticos; Líderes escolares; Professores	Alunos e professores em conjunto e em simultâneo

PAPEL PROFES.	Administrar a avaliação de acordo com procedimentos definidos superiormente	Orientar o aluno, colaborar com o aluno para o ajudar a conduzir a sua aprendizagem
PAPEL ALUNO	Obter o melhor resultado Evitar falhas e erros	Compreender o sucesso. Tentar fazer melhor identificando e corrigindo os erros. Ser ele o próprio condutor da sua aprendizagem
COMO É USADA	Certificação, seriação e seleção- Determinando o sucesso ou insucesso. Relatórios oficiais. Atribui hierarquias.	Compreender o sucesso Diagnosticar necessidades Visualizar o progresso
QUANDO OCORRE	Num determinado momento depois de ter ocorrido a instrução (no final da unidade curricular, do período, do ano letivo) ou em	Durante o processo de aprendizagem e quando ainda é possível ultrapassar eventuais dificuldades que sejam identificadas no momento
	data previamente estipulada por outros.	
MOTIVAÇÃO	Recompensas e castigos	Acreditar que o sucesso está ao seu alcance. Os progressos são visíveis e são monitorizados. O esforço é recompensado
VANTAGENS	Mais fácil de realizar Menos trabalhosa	Aumenta a realização individual Responsabiliza o aluno pela sua aprendizagem e desempenho Leva a um maior envolvimento do aluno Dá informações precisas sobre a aprendizagem do aluno.

Conforme Fernandes e Freitas (2007,p.22):

A avaliação formativa é aquela em que o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus estudantes. O professor não avalia como propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu fim último. O professor entende que a avaliação é essencial para dar prosseguimento aos percursos de aprendizagem. Continuamente, ela faz parte do cotidiano das tarefas propostas, das observações atentas do professor, das práticas de sala de aula. Por fim, podemos dizer que a avaliação formativa é aquela que orienta os estudantes para a realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os localizar suas dificuldades e suas po-

tencialidades, redirecionando-os em seus percursos. A avaliação formativa, assim favorece os processos de auto avaliação, prática ainda não incorporada de maneira formal em nossas escolas.

Para garantir o sucesso dos objetivos educativos, é fundamental que haja concordância entre escolas e professores, além da aplicação de estratégias para fortalecê-los. A avaliação desempenha papel fundamental na prática educativa, ao oferecer retorno constante sobre a aprendizagem, direcionando as ações de docentes e discentes, e avaliando o domínio de conhecimentos e competências do currículo.

É essencial variar os métodos de avaliação para obter informações abrangentes sobre todos os aspectos da aprendizagem, o que é crucial como guia e regulador do processo educativo. A avaliação é considerada uma parte essencial do ensino e aprendizagem de acordo com as leis vigentes.

A avaliação tem como objetivo trazer o sucesso dos alunos, oferecendo feedback para melhorar seu desempenho; deve destacar áreas de aprendizagem a serem aprimoradas, aprimorando o conhecimento e habilidades do aluno; precisa se adaptar aos ritmos individuais de desenvolvimento e progresso; e deve ser compartilhado por todos na comunidade educacional, como professores, alunos e funcionários.

Adicionalmente, é importante que o processo de avaliação seja transparente, com critérios estabelecidos de forma clara e explícita, aprovados pelo conselho escolar, e que os professores os utilizem durante o ano letivo.

Avaliação da educação pré-escolar “Avaliar é um ato pedagógico que requer uma atitude e um saber específico que permitem desenvolver estratégias adequadas, tendo em conta os contextos de cada criança e do grupo no respeito pelo valor de uma pedagogia diferenciada”, (Documento orientador sobre a avaliação na educação pré-escolar ofício circular nº 5.0.0-083/2006).

A avaliação realizada com as crianças é uma atividade educativa, constituindo também uma base de avaliação para o educador. A sua reflexão, a partir dos efeitos que vai observando, possibilita-lhe estabelecer a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança. Neste sentido a avaliação é suporte de planeamento”, (in Orientações curriculares para a Educação pré-escolar).

O texto destaca a importância da avaliação na área educacional, especialmente na infância, realçando a aprendizagem ativa como crucial para o crescimento das crianças e a avaliação como um recurso fundamental para detectar obstáculos e fortalecer competências. Propõe-se um modelo com três tipos de avaliação: diagnóstica, formal e informal.

As diagnósticas são consideradas críticas nas fases iniciais da educação, pois fornecem aos educadores informações valiosas sobre as características, competências e interesses de aprendizagem da criança.

As avaliações informais, por outro lado, são contínuas e envolvem observação, registro, diálogo e interação contínuos entre todas as partes envolvidas no processo educacional.

As formais, que ocorrem após a avaliação contínua, servem como uma avaliação abrangente dos resultados de aprendizagem significativos da criança em áreas como desenvolvimento pessoal e social, expressão e comunicação e conhecimento do mundo.

Durante o Ensino Básico, a avaliação é fundamental para a regularidade da aprendizagem, orientar o percurso acadêmico e certificar as realizações do aluno, seguindo as diretrizes do Ministério da Educação e Ciência através do conselho pedagógico da escola.

A avaliação, incluída no processo de ensino e aprendizagem, verifica o currículo, identifica dificuldades de aprendizagem e orienta o processo educativo.

Os autores enfatizam a importância da avaliação tanto nos aspectos formativos quanto somativos da aprendizagem, a retenção dos conhecimentos e competências adquiridos no processo educativo deve ser a medida pedagógica final, depois de esgotadas todas as outras medidas destinadas a promover o sucesso acadêmico. Em conclusão, a avaliação é uma componente vital do processo educativo, pois permite aos educadores monitorizar e avaliar o progresso da aprendizagem dos seus alunos, identificar áreas de melhoria e ajustar os seus métodos de ensino em conformidade.

Garantir maior equidade social exige que se diferencie o currículo para aproximar todos dos resultados de aprendizagem pretendidos, já que o contrário – manter a igualdade de tratamentos uniformes para públicos diversos – mais não tem feito que acentuar perigosa e injustamente as mais

graves assimetrias sociais. (Roldão, 1999b, p. 39).

É crucial projetar cuidadosamente a coleta de informações e fornecer uma interpretação precisa das mesmas, eliminando quaisquer variações no contexto local e nas condições dos alunos. A avaliação formativa visa classificar os discentes ao final de cada etapa com base no seu nível de proficiência, seguindo uma abordagem justa e consistente.

2.1.2 Decisões associadas aos resultados de avaliação

A importância de alinhar as decisões pedagógicas com os resultados da avaliação não pode ser exagerada, uma vez que estas decisões não devem centrarse apenas na reorganização do ensino em sala de aula, mas antes abordar uma série de medidas educativas complementares que requerem apoio institucional. Estas podem incluir tutoria individualizada fora das aulas, apoio em grupo, sessões adicionais de aprendizagem e até o envolvimento de profissionais externos no debate e discussão de questões emergentes relacionadas com o ensino e a aprendizagem.

A falta de apoio institucional para estas iniciativas é um desafio significativo que deve ser enfrentado gradualmente, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento de alunos com necessidades de aprendizagem diversas.

Os docentes parecem continuar a estar mais preocupados com o ensino de conteúdos específicos das disciplinas e menos com o funcionamento dos processos cognitivos e dos erros dos alunos. Ora o trabalho sobre o erro através de processos de interação formativa e da auto regulação parecem ser estratégias poderosas de aprendizagem, em que a avaliação se coloca de facto como um processo de assistência à aprendizagem. (Barreira & Pinto, 2005, p. 59).

O processo de avaliação serve como meio de promoção da aprendizagem e do ensino, e a decisão de aprovar ou reprovado os alunos não deve ser baseada apenas na quantidade de material aprendido ou esquecido. Pelo contrário, é considerar os aspectos sociais e emo-

cionais da experiência de aprendizagem, com o objetivo de garantir a continuidade da educação sem falhas.

As altas taxas de repetência em nosso país têm sido alvo de muita discussão, pois indicam o fracasso do sistema público de ensino. Além disso, a natureza normativa do sistema de ensino também deve ser levada em conta, uma vez que às escolas é delegada socialmente a responsabilidade de promover o ensino e a aprendizagem de conteúdos específicos e de contribuir eficazmente para a formação dos seus cidadãos.

Para tanto, são utilizados diversos instrumentos para documentar e registrar as avaliações, resultando em certificados oficiais de proficiência. Como tal, o professor deve ter em conta estas decisões no dia a dia, de forma a prestar um testemunho oficial e social do progresso do aluno.

Durante os períodos de avaliações bimestrais, os professores podem aproveitar a oportunidade para sistematizar e organizar os seus procedimentos de avaliação à luz das necessidades psicopedagógicas. Embora o feedback qualitativo possa não ser suficiente para ter um impacto significativo na aprendizagem dos alunos, a utilização de notas numéricas pode servir como um importante ponto de referência para a comunicação sobre o progresso dos alunos.

À medida que as notas se tornaram representações sociais estabelecidas do desempenho acadêmico, podem constituir um complemento valioso para outros canais de comunicação sobre avaliação, servindo como meio de reforçar e validar os métodos de avaliação do professor.

São raras descrições e análises dos ambientes de ensino, aprendizagem e avaliação existentes nas salas de aula. Não se identificaram fatores associados à melhoria das aprendizagens dos alunos ou que nos ajudem a compreender as dificuldades de, por exemplo, pôr em prática uma avaliação de natureza formativa. Aliás, a maioria das investigações analisadas não associa realmente a avaliação, e em particular a formativa, com as aprendizagens dos alunos. (Fernandes, 2009, p. 95)

Fernandes (2013, p.30) veio alertar presentes e futuros investigadores e avaliadores para algumas questões críticas, que não podem ser ignoradas, numa área tão importante como é a Avaliação em Educação:

- A avaliação não é uma ciência exata nem uma mera técnica, e é necessário retirar desses factos as devidas ilações;
- A avaliação, em geral, não se reduz a uma medida, sendo uma prática social sofisticada que exige participação e interação social. Note-se que as medidas são indispensáveis para se obterem boas descrições das realidades educacionais, mas não são boas para descrever tudo porque não é possível, ou é extremamente difícil, medir tudo;
- A avaliação não produz, em geral, resultados exatos nem definitivos; porém, deverá ser credível, rigorosa e útil para todos os intervenientes no processo;
- A avaliação permite-nos discernir a qualidade de qualquer objeto, sendo muitas vezes desejável que esse discernimento seja feito com base na utilização complementar de avaliações baseadas em critérios e de avaliações baseadas na experiência e nas práticas das pessoas;
- A avaliação deve ser utilizada para melhorar a vida das pessoas, das organizações e das sociedades, sem que dela se deixem de retirar as devidas consequências que, normalmente, implicam a regulação e a autor regulação do ente avaliado.

O processo de avaliação deve ser conduzido com uma perspectiva dialética do conhecimento, mas os critérios e procedimentos de avaliação muitas vezes não se alinham com a realidade vivida no processo de construção do conhecimento, levando ao fracasso académico.

Dentro desse cenário, a expressão “perspectiva dialética” é empregada para explicar uma abordagem filosófica que enxerga o conhecimento como uma rede de conceitos e ideias em contínua evolução e conexão. Essa abordagem realça a natureza em constante movimento e geração da construção do conhecimento, na qual ideias e perspectivas novas surgem da interação de diversas experiências e entendimentos.

No entanto, a avaliação frequentemente não consegue compreender essa perspectiva complexa e detalhada da formação do conhecimento. Os critérios e métodos de avaliação não podem considerar experiências e contextos individuais de cada aluno, o que pode resultar em falta de relevância e validade. Como resultado, o fracasso aca-

dêmico pode ocorrer devido à falta de avaliação precisa e valorização do aprendizado.

Reexaminar critérios e procedimentos na avaliação é essencial para capturar a natureza dialética da construção do conhecimento. Incluir métodos holísticos como portfólio, revisão por pares e autoavaliação pode oferecer uma visão mais abrangente e precisa, apoiando o aluno na construção do conhecimento e evitando o risco de fracasso acadêmico.

Vasconcellos (2005, p.69) propõe que o papel que se espera da escola é que possa colaborar com a formação do cidadão pela mediação do conhecimento científico, estético, filosófico. Para o autor, os alunos desde cedo, precisariam ser orientados para dar um sentido ao estudo; [...] na tríplice articulação entre compreender o mundo em que vivemos, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário.

A educação deve possibilitar aos alunos compreender o mundo e se engajar na aprendizagem, impulsionando o desenvolvimento global através da mediação do conhecimento. A avaliação requer uma mudança na mentalidade do professor, focando no potencial dos alunos em vez da transmissão de conhecimento, o que implica em mudanças no ambiente da sala de aula.

Para isso, é fundamental considerar o que cada educando já sabe e as suas genuínas necessidades, em vez de se concentrar simplesmente nos conteúdos a transmitir. Isto requer olhar tanto para os aspectos práticos como teóricos do processo de ensino, integrando-os com a dinâmica do trabalho em sala de aula.

Ao superar a abordagem de aprendizagem desconectada e passiva, onde o professor avalia apenas o conhecimento, o processo de avaliação passará a acompanhar a construção da aprendizagem na perspectiva da superação do bom senso.

Desta forma, o papel do professor já não se limita a transmitir conhecimentos, mas sim a facilitar a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, promovendo o seu desenvolvimento global através da mediação do conhecimento e da aprendizagem. Esta mudança de perspectiva requer uma abordagem mais holística ao ensino e à aprendizagem, que valorize a agência e a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem. Com uma concepção dialética da

educação, supera-se o sujeito passivo da educação tradicional, quanto o sujeito ativo da educação nova, em direção ao sujeito interativo (VASCONCELLOS, 2005).

2.1.3 Avaliação como compromisso com a aprendizagem

Atualmente, estamos a refletir sobre uma mudança fundamental na natureza da avaliação, examinando a sua tradução em aplicações práticas na sala de aula a partir de uma perspectiva proposital. O objetivo deste estudo é explorar a intencionalidade que os professores atribuem à avaliação nas suas práticas cotidianas, com particular enfoque no envolvimento do sujeito no processo de avaliação.

Optamos por adotar um método prático que inclua os alunos, em vez de pressupor os resultados da avaliação, para melhor compreender o impacto dela na sala de aula. Ao examinar essa abordagem, visamos oferecer sugestões para os professores melhorarem a aprendizagem dos estudantes por meio da avaliação.

De acordo com Fernandes e Freitas (2007, p.19):

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se a reflexão sobre informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, medir não é avaliar, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação.

Fernandes (2013, p.30) veio alertar presentes e futuros investigadores e avaliadores para algumas questões críticas, que não podem ser ignoradas, numa área tão importante como é a Avaliação em Educação:

- A avaliação não é uma ciência exata nem uma mera técnica, e é necessário retirar desses factos as devidas ilações;
- A avaliação, em geral, não se reduz a uma medida, sendo uma prática social sofisticada que exige participação e interação social. Note-se que as medidas são indispensáveis para se obterem boas descrições das realidades educacionais, mas

não são boas para descrever tudo porque não é possível, ou é extremamente difícil, medir tudo;

- A avaliação não produz, em geral, resultados exatos nem definitivos; porém, deverá ser credível, rigorosa e útil para todos os intervenientes no processo;
- A avaliação permite-nos discernir a qualidade de qualquer objeto, sendo muitas vezes desejável que esse discernimento seja feito com base na utilização complementar de avaliações baseadas em critérios e de avaliações baseadas na experiência e nas práticas das pessoas;
- A avaliação deve ser utilizada para melhorar a vida das pessoas, das organizações e das sociedades, sem que dela se deixem de retirar as devidas consequências que, normalmente, implicam a regulação e a autorregulação do ente avaliado.

Do ponto de vista epistemológico, estamos atualmente mais interessados nas implicações éticas do compromisso de um indivíduo com a ação resultante da sua intenção. O aspecto operacional deste compromisso no contexto da avaliação da aprendizagem revela o grau de compreensão que o educador tem sobre o último propósito.

As práticas avaliativas, que devem resultar de uma interação baseada na confiança e na cumplicidade entre o professor e cada aluno e entre os alunos e os seus pares, possibilitam aos alunos equipar-se com as ferramentas que lhes permitirão fazer uma autoavaliação crítica e 127 objetiva a qual, por sua vez, está na gênese de competências de autor regulação. (Vieira, 2013, p. 118)

A avaliação no seu sentido amplo, apresenta-se como atividade associada à experiência cotidiana do ser humano. Essa avaliação que fazemos de forma sistemática inclui uma operação sobre adequação, eficácia e eficiência de ações e experiências, envolvendo sentimentos, podendo ser verbalizada ou não e apoia-se em pressupostos explicitados em maior ou menor grau de complexidade (Sant'anna, 1986).

Na área da avaliação educacional, constatou-se que alunos e professores foram examinados sob várias óticas. A avaliação do aprendizado e evolução do aluno é frequentemente utilizada para monitorar o desenvolvimento cognitivo do estudante. No entanto, a avaliação

do aprendizado ainda é vista como parte do planejamento curricular.

As avaliações educacionais e as avaliações curriculares representam fortes tendências que moldaram o panorama da avaliação educacional. Portanto, podem ser enquadrados nas suas abordagens reconhecidas na literatura especializada: quantitativa e qualitativa.

A abordagem quantitativa está fundamentada em princípios epistemológicos, éticos e metodológicos que apresentam forte influência positiva. Sua característica básica é a defesa do princípio da objetividade, com tratamento estático dos dados e quantificação das observações.

A ênfase neste tipo de avaliação está quase inteiramente centrada no produto ou resultados, com foco no sucesso do professor ou do programa. Neste contexto, a medição requer a operacionalização exaustiva das variáveis e a consideração dos aspectos únicos observáveis do comportamento, uma vez que vê a educação como um processo técnico.

Por outro lado, a abordagem qualitativa destaca a experiência subjetiva do estudante e o progresso no aprendizado. O objetivo é compreender a complexidade do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem, e não apenas o resultado final, seguindo os princípios da fenomenologia e da teoria fundamentada.

A avaliação da aprendizagem e a avaliação curricular são realizadas de formas distintas em instituições educativas: a quantitativa se concentra nos resultados e a qualitativa analisa a experiência do aluno. Ambas possuem vantagens e desvantagens, a escolha entre elas é determinada pelos objetivos e contexto da avaliação.

Mobilizar o professor para observar melhor o erro do aluno é instigá-lo a uma prática reflexiva, em que possa desenvolver a sua criatividade, seu espírito crítico e cooperativo, no diálogo com todos os agentes escolares, rompendo com o individualismo e a rotina e, ao mesmo tempo, criando os laços de confiança necessários à sua autonomia docente. (Pinto, 2000, p. 173)

Em uma avaliação quantitativa, a principal preocupação é verificar até que ponto os objetivos predeterminados foram alcançados. Esta abordagem é caracterizada por modelos comportamentais e análise de sistemas, que focam na tomada de decisões. Contudo, a ava-

liação quantitativa requer uma metodologia que seja sensível às diferenças, aos acontecimentos inesperados, às mudanças e ao progresso. É aqui que entram em jogo os métodos de investigação etnográfica, uma vez que proporcionam uma abordagem abrangente e matizada à avaliação.

O foco deste processo está na descrição e interpretação das mudanças e do contexto, em vez de depender apenas de dados quantitativos. A avaliação centra-se num processo gradual e seletivo que evolui através de sucessivas descobertas e transformações do contexto.

O objetivo da avaliação quantitativa é obter uma compreensão abrangente da situação em estudo, tendo em conta as interpretações e aspirações dos envolvidos. Portanto, o documento ou relatório que registra o conteúdo da avaliação quantitativa deve incluir as perspectivas dos diferentes grupos que participam das experiências.

Se queremos alunos que assumam o comando da sua aprendizagem, temos que confiar na sua capacidade para o fazer. Tal e qual como fazemos quando temos uma criança a aprender a andar, temos que a deixar ir pelos seus meios, sermos encorajadores, ajudá-la quando ela cai e celebrar as pequenas vitórias no caminho para que construa uma aprendizagem independente. (Vatterott, 2014, p. 42)

Assim, podemos afirmar que a reflexão sobre a trajetória da avaliação educacional através dos seus pontos focais levanta uma questão analítica complementar que complementa a relação existente entre teoria e prática de avaliação até agora considerada.

Neste argumento, a análise da evolução da avaliação educacional gera uma nova área de estudo que amplia o conhecimento existente sobre a teoria e prática da avaliação. Essa nova visão resultado da reflexão sobre o desenvolvimento da avaliação e seus elementos centrais, oferece uma perspectiva original da relação entre teoria e prática da avaliação. Essa abordagem revolucionária possibilita uma análise mais detalhada da interação entre esses dois elementos, trazendo uma compreensão mais abrangente do campo.

Mais do que uma vinculação com uma nota, a auto avaliação deverá permitir ao aluno uma reflexão sobre o que aprende e, fundamentalmente, sobre a sua postura perante essa aprendizagem, de que forma se envolve na mesma, que competências adquire. Tra-

ta-se, na realidade, de uma cor responsabilização do aluno com a sua própria aprendizagem. (Vieira, 2013, p. 118).

A avaliação no seu sentido amplo, apresenta-se como atividade associada à experiência cotidiana do ser humano. Essa avaliação que fazemos de forma sistemática inclui uma operação sobre adequação, eficácia e eficiência de ações e experiências, envolvendo sentimentos, podendo ser verbalizada ou não e apoia-se em pressupostos explicitados em maior ou menor grau de complexidade (Sant' Anna, 1986).

Investigar melhorias na avaliação dentro de uma instituição de ensino envolve contemplar o objetivo da avaliação e as funções que ela desempenha. Ao se engajar nessa consideração prévia e fundamental com os professores, observa-se que a avaliação serve para mensurar o nível de aprendizagem alcançado pelos alunos e para potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação é vista como instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliado é o aluno e somente ele de forma isolada e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas durante o processo. Professores, alunos e pais, devem entender avaliação como meio de informar sobre os progressos realizados e êxitos alcançados no âmbito acadêmico (Ballester et al., 2003; Zabala, 1998).

Os professores têm grande influência na maneira como os alunos entendem o conceito de avaliação, atualmente como mediadores essenciais. Se este conceito não for desenvolvido por eles, os estudantes podem ter uma compreensão errônea da avaliação.

Neste contexto, o termo “conceito” refere-se ao conceito complexo e multifacetado de avaliação, que abrange vários aspectos da aprendizagem e do desempenho. Os docentes são responsáveis por elucidar este conceito, proporcionando-lhes uma compreensão clara e precisa do que implica a avaliação.

Contudo, se os mesmos não conseguirem construir este conceito de uma forma ponderada e deliberada, os estudantes poderão desenvolver conceitos errados sobre a avaliação. Isto pode levar à confusão e a má interpretação do termo, o que pode ter consequências de longo alcance para o desempenho acadêmico dos alunos e para a compreensão geral do assunto.

É fundamental que os professores tratem com cuidado a construção do conceito de avaliação, considerando os vários elementos

que afetam a compreensão dos estudantes sobre esse tema complexo, auxiliando assim no desenvolvimento de uma compreensão sólida e correta da avaliação, com possíveis efeitos positivos no desempenho escolar e na experiência de aprendizagem.

Segundo Castro e Carvalho (2006), os professores devem adotar uma postura em relação aos resultados da avaliação atribuindo aos alunos ou ao ensino os respectivos resultados, sejam eles negativos ou positivos, e isso dependerá integralmente de suas concepções pedagógicas.

2.1.4 Relação avaliação-medida

Medir a rigor, quer dizer determinar a extensão, as dimensões, a quantidade, o grau ou a capacidade de uma coisa ou objeto. É uma atribuição de valores, seguindo determinadas regras previamente estabelecidas em qualquer caso o resultado de uma medida é sempre expresso em números e não por descrição, havendo para isso, um sistema de unidades convencionais de uso mais ou menos universal que facilita a interpretação dos resultados (Sant' Anna, 1986).

Para avaliar ou medir algo, é fundamental estabelecer um padrão ou ponto de referência. Contudo, uma avaliação minuciosa requer muito mais do que apenas um ponto de referência, pois a avaliação em si envolve uma série complexa de interpretações do comportamento do aluno.

Há inúmeras estratégias que podem ser utilizadas no processo de avaliação, como por exemplo, a observação direta, os exercícios, as provas, a realização de pesquisas, a elaboração de relatórios, entre tantas outras (Carvalho Pereira, 2005).

Não obstante, a avaliação tem caráter prospectivo, pois busca acompanhar o desenvolvimento ao longo do tempo para possibilitar uma apreciação final das futuras ações educativas. Especificamente, a avaliação pode informar decisões relativas ao reforço, recuperação ou revisão das práticas de ensino.

Um dos desafios da gestão escolar e da prática pedagógica reside em documentar, descrever e analisar o desenvolvimento do aluno em seu itinerário formativo, com o objetivo de permitir que os docentes e a equipe escolar planejem a continuidade de suas atividades docentes: o que deve ser reforçado, o que não deve ser repetido, entre

outros aspectos.

2.1.5 Procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação escolar

No dia a dia da sala de aula surgem inúmeras instâncias de avaliação, pois recebemos das instituições de ensino superior trabalhos avaliados ou registros de aulas que nos obrigam a avaliar notas ou conceitos das atividades desenvolvidas pelos alunos.

Frequentemente, ponderamos qual ferramenta utilizar nesta ou naquela avaliação. Que aspecto devemos considerar nesta ou naquela avaliação? Como podemos garantir que os alunos transcrevam o que aprenderam durante a aula para o papel? Estas e outras questões nos incomodam quando nos deparamos com uma folha de papel em branco ou um diário.

À luz dessas considerações, pretendemos apresentar, neste estudo, algumas ferramentas que nos têm auxiliado na aplicação de avaliações, com o objetivo de diagnosticar e superar dificuldades, detectar e corrigir potenciais falhas no processo de ensino-aprendizagem, bem como incentivar e valorizar respostas corretas para motivar os alunos a continuarem suas atividades acadêmicas.

Não pretendemos esgotar o tema nem pretender abordar todas as questões inerentes à escolha dos instrumentos de avaliação. Nosso objetivo é sistematizar e, conseqüentemente, facilitar o trabalho de professores já ocupados na elaboração de avaliações de desempenho dos alunos.

Com base nessas considerações, descrevemos as ferramentas mais comuns utilizadas para avaliar o desempenho dos alunos. Destacamos que alguns instrumentos possuem caráter mais formal. Ao apresentar suas características, esclarecemos se são formais ou informais.

1. Relatório;
2. Portfólio;
3. Vantagens;
4. Desvantagens;
5. O livro da turma;

6. Auto avaliação.

- Relatório

Compartilhamos informalmente informações, fornecemos resultados, dados ou experiências que permitem às partes interessadas construir atividades e alcançar os resultados desejados; pode ser utilizado em vários contextos acadêmicos, incluindo estudos de pesquisa, investigações e processos de tomada de decisão.

- Portfólio

De acordo com Souza (1991), é um instrumento que compreende o registro de todos os trabalhos realizados pelos estudantes, durante um curso ou disciplina. Inclui entre outros elementos registros de visitas, resumos de texto, projetos e relatórios de pesquisa, anotações de experiências etc, contém ensaios reflexivos que permitem aos alunos a discussão de como a experiência no curso ou disciplina mudou sua vida, possibilitando ao aluno refletir sobre seu próprio aprendizado e avaliá-lo, além de demonstração.

- Vantagens

Os professores se engajam no desenvolvimento profissional contínuo, melhorando sua própria capacidade de avaliar os alunos. Isto envolve participar ativamente na criação e manutenção de portfólios pessoais, aprender a rever e organizar o trabalho dos seus alunos de forma sistemática e proporcionar aos professores a oportunidade de examinar toda a experiência curricular, identificando áreas que necessitam de melhorias.

- Desvantagens

O processo de avaliação do portfólio exige um tempo significativo dos professores envolvidos, pois eles devem analisar coletivamente os trabalhos de seus alunos. Esta abordagem inovadora afasta-se dos métodos tradicionais de avaliação, onde o professor determina sozinho o destino do aluno.

- O livro da turma

As crianças documentam ativamente as suas experiências de grupo através de diversas formas de linguagem (fotos, poemas, textos, desenhos, canções, mapas, etc.). Essas formas linguísticas funcionam como uma memória coletiva que registra e preserva aspectos significativos da vida do seu grupo social.

Os livros da turma contêm narrativas das experiências e resultados de aprendizagem das crianças, incluindo os problemas que resolveram, os dramas que viveram e o conhecimento que adquiriram. Esta memória coletiva serve como repositório do desenvolvimento e crescimento social das crianças.

- Auto avaliação

À medida que as crianças pequenas, como parte do seu desenvolvimento cognitivo, se envolvem em práticas reflexivas que não são motivadas apenas por repreensões ou castigos morais, mas sim com a intenção de facilitar a observação das suas ações, a recontagem das suas experiências e o reprocessamento linguístico das suas ações, aprendizado.

Através desse método, as crianças podem examinar suas ações internamente, comunicar seus pensamentos e emoções e fortalecer suas habilidades e conhecimentos. Esse processo é essencial para o crescimento cognitivo, pois auxilia na participação de processos metacognitivos, na construção de responsabilidade e consciência de si mesmos, e na criação de uma base para futuras aprendizagens e resoluções de problemas.

- Entrevista

Apresentamos dois tipos de entrevistas: uma destinada a facilitar a compreensão do professor e o apoio ao desempenho acadêmico da criança, e outra destinada a coletar informações que possam fornecer insights sobre um problema específico a partir da perspectiva do participante.

Para Libâneo (1994), é uma técnica simples e direta de conhecer e ajudar a criança no desempenho escolar [...] objetivamos ampliar

os dados que o professor já trata de um problema específico detectado nas observações, esclarecer dúvidas quanto a determinadas atitudes e hábitos da criança, requer um relacionamento amigável do professor com a criança.

Neste caso, o professor utiliza este instrumento de coleta de dados para gerar informações sobre determinado problema na perspectiva do participante. De acordo com Souza (1991), é destinada a obter dados de natureza complexa com atitudes, interesses e valores, comportamentos, sentimentos e emoções, julgamentos e opiniões.

O processo de coleta de dados pode ser estruturado ou não estruturado, de forma individual ou coletiva, utilizando técnicas como gravação de áudio e posterior transcrição.

Nesse sentido, Souza (1991), relaciona as vantagens e desvantagens seguintes:

Vantagens

- Permitir esclarecimento de dúvidas;
- Não há dispersão de informações;
- Possibilita aprofundamento do tema;
- Permite verificar as reações das pessoas;
- Se coletiva permite obtenção de consenso.

Desvantagens

- O pesquisador deve ter domínio do assunto;
 - Inibição do entrevistado;
 - Pode ser evasiva.
-
- Prova escrita dissertativa

A prova de dissertação é caracterizada pela ausência de questões de múltipla escolha, em vez disso, os candidatos são obrigados a escrever parágrafos curtos com suas próprias palavras, respondendo às instruções fornecidas. Não existe um formato fixo para essas respostas, pois cada teste pode ter requisitos diferentes quanto à extensão das respostas.

Embora algumas perguntas exijam apenas uma única linha de resposta, outras podem permitir uma discussão mais detalhada e

abrangente, abrangendo uma página inteira.

Os examinadores normalmente esperam respostas sucintas e objetivas no primeiro caso, enquanto o segundo dá ao candidato a oportunidade de elaborar detalhadamente o tema, demonstrando seu conhecimento e compreensão do assunto.

Caldeira afirma que:

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (Caldeira 2000, p. 122)

A constatação das limitações enfrentadas pelos alunos leva os professores a procurar estratégias e métodos para enfrentá-las, redirecionando e reorientando a sua abordagem pedagógica e conduzindo tanto o professor como o aluno a novas experiências de aprendizagem.

O magistério não é uma tarefa fácil e a avaliação é uma das funções mais difíceis exercida pelo professor. Para avaliar este deve estar preparado para tanto, pois “a tarefa do professor ao avaliar exige competência, discernimento, equilíbrio, além, é claro, de conhecimentos técnicos”. (Antunes, 2002, p.10)

O processo avaliativo deve ser contínuo ocorrendo nos mais diferentes momentos do trabalho. Uma das funções da avaliação é determinar quanto e em que níveis estão sendo atingidos os objetivos, para isso são necessários instrumentos e procedimentos de verificação adequados. (Libâneo, 1994, p. 203- 204). Assim, o autor descreve não tipos de avaliação, mas os meios mais comuns para que se verifique o rendimento escolar.

- Prova escrita dissertativa: conjunto de questões ou temas que devem ser respondidos pelos alunos com suas próprias palavras.
- Prova escrita de questões objetivas: em sua elaboração, ao invés de respostas abertas, pede-se que o aluno escolha uma resposta entre alternativas possíveis de respostas.
- Questões certo-errado (C ou E): o aluno escolhe a resposta entre duas ou mais alternativas.

- Questões de lacunas (para completar): compostas de frases incompletas, deixando um espaço em branco (lacuna) para ser preenchido com uma só resposta certa. Podem apresentar mais de um espaço em branco, no meio ou no final da afirmação.
- Questões de correspondência: duas listas de termos ou frases. Na coluna da esquerda coloca-se conceitos, nomes próprios ou frases, cada um com uma numeração. Na coluna da direita coloca-se respostas fora de ordem que devem ser assinaladas de acordo com a coluna da esquerda.
- Questões de múltipla escolha: composta por uma pergunta, seguida de várias alternativas de respostas. Podem ser de três tipos: apenas uma alternativa correta; a resposta correta é amais completa (nesse caso, algumas alternativas são parcialmente corretas); há mais de uma alternativa correta.
- Questões do tipo teste de respostas curtas ou de evocação simples: classificada por alguns autores como provas objetivas, também são respondidos na forma de dissertação, resolução de problemas ou simplesmente de recordação de respostas automatizadas. São os testes escolares comuns.
- Questões de interpretação de texto: perguntas feitas com base num trecho escrito ou numa frase.
- Questões de ordenação: apresenta uma série de dados fora de forma e o aluno deve ordená-los na sequência correta.
- Questões de identificação: questões para identificar partes, por exemplo, da flor, do corpo humano (num gráfico), localização de capitais ou acidentes geográficos.

Um problema frequentemente observado na avaliação do conhecimento e compreensão dos alunos é a questão da clareza das perguntas, o que pode levar à confusão e à má interpretação entre os alunos.

Isto foi confirmado por vários casos de professores que enfrentaram desafios ao tentar entender as respostas de seus alunos em avaliações. Por exemplo, um professor de idiomas fez a pergunta “O que é um substantivo?” durante um exame e recebi uma variedade de opiniões pessoais não relacionadas ao tema. Este exemplo destaca a necessidade de perguntas cuidadosamente elaboradas que estimulem as habilidades cognitivas desejadas dos alunos.

Formular questões claras e explícitas é crucial para desafiar os

alunos a usarem habilidades de pensamento superiores, como comparação, relação, descrição, descrição e argumentação, entre outras. Por meio de perguntas elaboradas, é possível estimular a preferência de conceitos, relacionamento entre eles e a defesa de argumentos lógicos pelos educandos.

Também é fundamental evitar elaborar perguntas muito simples ou ligadas diretamente ao material ensinado. Preferencialmente, as questões devem ser elaboradas de modo a responder às habilidades cognitivas e áreas de conhecimento avaliadas, de modo a permitir que os professores avaliem a capacidade dos alunos de pensar criticamente e aplicarem conhecimentos em diferentes situações.

A clareza das perguntas é um fator crucial na avaliação do conhecimento e compreensão. Ao formular perguntas claras, explícitas e alinhadas com as competências cognitivas que estão a ser avaliadas, os professores podem criar uma avaliação mais precisa e significativa das capacidades.

É crucial reconhecer que simplesmente pedir que gerem questões que não foram estudadas em sala de aula é inútil, pois este exercício não irá suscitar os processos cognitivos desejados. Em vez de recorrer a sugestões simplistas e pouco informativas, como “perguntas banana ou gaveta”, ou aquelas que nem os próprios professores conseguem responder adequadamente, é essencial fornecer aos alunos tópicos significativos e instigantes para as suas dissertações.

A dissertação permite aos educadores entender os valores, interesses, percepções e opiniões dos alunos, algo não possível com métodos tradicionais. Logo, a escolha de cuidados com temas e questões é crucial para uma compreensão mais aprofundada e um ambiente de aprendizagem interativo.

A importância das questões de dissertação cuidadosamente elaboradas não pode ser exagerada, pois permite que os professores mergulhem nas mentes dos seus alunos e obtenham uma compreensão mais abrangente das suas experiências.

Ao fornecer aos alunos tópicos e perguntas instigantes, os professores podem promover um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz que promova o pensamento crítico, a criatividade e o crescimento intelectual.

Segundo Gasparin:

O novo processo de ensino preconiza uma nova

seqüência de ação docentediscente: avaliação do professor; aprendizagem do professor; avaliação dos alunos; ensino do professor; aprendizagem do aluno e reaprendizagem do professor; avaliação do professor e dos alunos. Esta fase é o que podemos denominar de prática social inicial do conteúdo e da avaliação. (Gasparin 2014, p.1976)

Nessa linha de pensamento, Libâneo (1994), apresenta algumas recomendações importantes para formular e corrigir as provas escritas:

- Fazer uma lista de reconhecimento e habilidade de acordo com objetivos e selecionar o que será pedido na prova;
- Levar em conta o tempo disponível, considerando o novel de preparação da maioria dos alunos;
- Prepara um guia para correção, indicando as respostas que podem ser consideradas corretas para cada questão;
- Atribuir a cada questão um peso (de 1 a 10), quando desejar valorizar mais uma questão que outra;
- Preferentemente, corrigir pergunta por pergunta e não prova por prova, a fim de que as respostas possam ser comparadas entre si, tendo em vista o padrão de desempenho esperado;
- Quando a prova pedir dissertação sobre um só tema em que há “respostas certas” e o aluno se expresse espontaneamente, o modo correto de correção é ler todas as provas, classificando-as em três montes: boas suficientes e insuficientes, em seguida após uma leitura mais corrida conferese a primeira observação e dá-se a avaliação.

2.1.6 Prova escrita de questões objetivas

O tipo de avaliação em questão é comumente empregado por educadores, onde os alunos são obrigados a selecionar uma entre várias respostas possíveis.

Examinemos as vantagens e desvantagens deste método de avaliação.

Vantagens:

1. Abordagem ampla da avaliação de conhecimentos e ha-

bilidades: essa avaliação analisa de forma ampla as habilidades dos alunos, os quais devem selecionar uma opção mais abrangente dentre várias escolhas;

2. Aumento da quantidade de perguntas: ao oferecer múltiplas opções, esse método possibilita a elaboração de um maior número de questões abrangendo temas variados;

3. Agilidade na Correção: este tipo de avaliação permite uma correção mais rápida, uma vez que as respostas podem ser avaliadas de forma ágil e detalhada.

Desvantagens:

1. Requer técnica apropriada: A criação deste tipo de avaliação requer uma técnica específica, que pode ser um desafio para alguns educadores dominarem;

2. Necessita de recursos escolares: Este método de avaliação requer vários materiais, como estênceis, papel, mimeógrafo, computador, impressora e disquetes, o que pode gerar custos para as escolas;

3. Encoraja a improvisação: A estrutura aberta deste formato de avaliação pode resultar em improvisações, levando a respostas que não refletem o conhecimento ou compreensão real;

4. Possibilidade de suposições: A estrutura aberta deste formato de avaliação também pode levar a suposições, visto que os alunos podem escolher respostas com base em probabilidades, e não no conhecimento ou compreensão efetiva.

Mesmo tendo vantagens, é importante que os educadores considerem as limitações desse método de avaliação ao planejado e realizar avaliações. Ao conhecer os pontos positivos e negativos, os educadores decidem de forma informada sobre usar esse método em suas práticas de ensino.

2.1.7 Questões, certo ou errado (C ou E), verdadeiro ou falso (V ou F)

Na área acadêmica, os professores podem apresentar aos estudantes, questões de múltipla escolha, que desativam a seleção da resposta correta entre várias opções. Cada pergunta do teste inclui uma declaração que pode ser verdadeira ou falsa, correta ou incorreta.

Para garantir a eficácia deste tipo de questionamento, é fundamental observar algumas orientações. Primeiramente, é essencial não fazer declarações isoladas para evitar interpretações erradas pelos alunos. Posteriormente, é aconselhável não utilizar palavras como “geralmente”, “às vezes”, “porque” e “frequentemente”, visto que podem levar a respostas incorretas. Ao adotar essas recomendações, os professores fornecem avaliações precisas sobre o entendimento dos alunos.

2.1.8 Questões de lacunas

As questões apresentadas são caracterizadas por frases incompletas, com espaços em branco destinados a serem preenchidos com uma única resposta correta. Estas questões podem conter mais de um espaço em branco. É fundamental evitar lapsos gramaticais no início das frases ou nos espaços a serem preenchidos com preposições apropriadas.

2.1.9 Questões de correspondência

Neste exercício, apresentamos duas listas de termos ou frases, sendo que a primeira lista contém conceitos, nomes próprios ou frases, cada um rotulado com um número. Na segunda lista, as respostas aos itens numerados da primeira lista são fornecidas em ordem aleatória, exigindo que o aluno enumere as respostas sequencialmente.

2.2 Questões de interpretação de texto

Questionamentos são realizados após a leitura de um texto, a fim de garantir a compreensão dos alunos. Se os textos não estiverem em conformidade com a faixa etária dos estudantes, a validade da avaliação da aprendizagem pode ser prejudicada.

2.2.1 Questões de identificação

Essas perguntas visam identificar partes específicas do corpo, localizar capitais e características geográficas.

2.2.2 Questões de ordenação

Neste tipo de questão, os alunos são apresentados a um conjunto de dados aleatórios e devem ordená-los na sequência correta, enfatiza a importância de evitar questões que possam confundir os alunos ou que não sejam relevantes para a tarefa em questão.

2.2.3 Questões de múltipla escolha

Estas questões são compostas por uma questão principal e diversas respostas possíveis. Libâneo (1994) classifica essas questões em três categorias: apenas uma resposta está correta; a resposta correta é a mais complexa (onde algumas alternativas estão parcialmente corretas); e há várias respostas corretas. O autor destaca a necessidade de variar a posição da resposta correta em cada questão e evitar a repetição de palavras-chave nas alternativas.

2.2.4 Análise da produção

O autor sugere analisar as produções dos alunos em grupo ou individualmente, comparando-as com atividades anteriores, avaliando os aspectos que agradam e os que podem ser melhorados.

2.2.5 Agenda escolar como ferramenta

A autora sugere utilizar a “Agenda Escolar” como ferramenta para unir observações de pais e professores e trazê-las para a sala de aula, criando um diário compartilhado que perde sua informalidade e caráter burocrático, semelhante ao Diário italiano em duas vozes.

Apresenta-se os diferentes tipos de perguntas utilizadas na atividade “Agenda Escolar”, destacando suas finalidades e a importância da construção criteriosa das perguntas para garantir uma aprendizagem eficaz, sugerindo ainda utilizar a atividade como ferramenta para promover a colaboração entre pais e professores e trazer o processo de aprendizagem para o dia a dia dos alunos.

2.2.6 Debates

De acordo com a secção 2.2.6, os momentos de discussão e debate entre as crianças podem ocorrer tanto em pequenos como em grandes grupos, centrando-se em temas relacionados com a aprendizagem. Essas sessões podem ser gravadas, transcritas e rerepresentadas às crianças para dar continuidade e análise pelo professor. Esta abordagem permite uma compreensão mais profunda do desenvolvimento e progresso do grupo.

2.2.7 Planilhas

Além disso, a secção 2.2.7 destaca a importância da consciência reflexiva do professor no ambiente educativo. Embora observações momentâneas de situações diárias sejam cruciais, o uso de um gráfico de dupla entrada, como uma planilha, oferece uma abordagem mais aprofundada e investigativa.

O foco intencional do professor num grupo específico de crianças e nos seus objetivos permite uma análise mais detalhada do seu desenvolvimento e progresso. Neste contexto, o uso de uma planilha serve como uma ferramenta para o professor registrar e analisar sistematicamente as observações, metas e progresso de desenvolvimento das crianças.

Ao cruzar esses elementos, o professor pode obter uma compreensão mais abrangente da dinâmica do grupo e identificar áreas de melhoria. Esta abordagem permite ao professor fornecer um ensino mais direcionado e eficaz, contribuindo, em última análise, para o crescimento cognitivo, social e emocional das crianças.

De acordo com Sousa (1991), a observação deve ser utilizada para gerar informações detalhadas e aprofundadas que complementam e ampliam a coleta e a compreensão dos dados obtidos através de outros instrumentos de avaliação.

Classifica-se quanto:

Vantagens:

- A estratégia utilizada estruturada ou sistemática (dirigida). Não estruturada ocasional, simples (livre);

- A participação do observado- participante ou interativa (invasiva). Não participante (não invasiva);
- Ao número de observador- individual (único observador) coletiva ou em equipe (um grupo observa- um ou diferentes focos: com ou mais instrumentos; ao mesmo tempo ou em tempo diferente);
- Ao local de realização- trabalho de campo. Observação do fato tal como ocorre, preparação das situações observadas, laboratórios;
- As situações são previamente planejadas e elevadas artificialmente a ocorrer vantagens;
- Método direto de estudar fenômenos variados;
- Objetiva, permite registro fiel e mais exato dos dados enquanto ocorre;
- Não requer cooperação de quem é observado;
- Passível de comprovação, pela repetição ou comparação;
- Passível de verificação e controle (isola a observação).

Desvantagens:

- Possibilidade de criação, deliberada de impressões favoráveis ou desfavoráveis;
- Está sujeita a subjetividade do professor e, portanto, erro de percepção;
- Possibilita a mera opinião do professor em vez de uma avaliação fundamentada.

2.2.8 Conselho de classe

A reunião do conselho de classe é um momento essencial para que os profissionais responsáveis pela educação das crianças debatam o desenvolvimento educacional e o avanço individual de cada uma. Os quadros usados nesses encontros são instrumentos de autoavaliação, possibilitando que os alunos avaliem seu próprio desempenho e ofereçam sugestões úteis.

No entanto, a implementação da Lei 5.692/71 e o conceito educacional subjacente, que estruturou o sistema educacional, criaram

um clima político desafiador, caracterizado pelo autoritarismo e pela exclusão de segmentos representativos da sociedade.

Os profissionais da escola deixaram de confiar no conselho como um ambiente para promover uma gestão democrática. O conselho não conseguiu cumprir seu propósito de facilitar decisões coletivas, levando à diminuição da relevância das discussões sobre questões educacionais.

O Conselho de Classe, como uma instância coletiva de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, reflete essas concepções, assim como as limitações e contradições próprias a elas, já que o posicionamento dos profissionais é que dará seu contorno político. No contexto (...), o Conselho de Classe não conseguirá desempenhar seu papel original de mobilizar a avaliação escolar no intuito de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola, e especialmente, de congregar esforços no sentido de alterar o rumo dos acontecimentos, por meio de um projeto pedagógico que visa ao sucesso de todos. (Dalben, 2004, p. 38).

A visão tradicional de educação, que segregava segmentos sociais, sofreu uma ruptura com a promulgação da Lei nº 9.394/96, que foi desenvolvida num contexto onde a política estava focada em questões sociais.

2.2.9 Anedotário

É fundamental que os professores designem um espaço específico para cada criança registrar suas experiências e observações em um anedótico personalizado. Uma vez por semana, o educador pode rever o anedótico para garantir que todas foram incluídas em observações personalizadas, que podem envolver expressões linguísticas, cenas descritivas e envolvimento em projetos.

O anedotário torna-se mais informativo quando apoiado em imagens, como fotografias de momentos de aula, desenhos ou objetos tridimensionais, que podem ser compartilhados com outros profissionais ou utilizados como base para discussões entre todos os educadores envolvidos no cuidado das crianças. Ao fazer isso, o anedotário

pode fornecer um relato abrangente e detalhado das experiências e do desenvolvimento de cada criança.

2.3 Diário de Classe

Nesta seção, é discutido a importância da manutenção de um diário docente, que serve como registro do planejamento e das reflexões do educador sobre suas atividades em sala de aula, interações com os pais e reuniões de equipe. Este diário fornece uma ferramenta valiosa para a autorreflexão e ajuda o professor a avaliar e melhorar as suas práticas de ensino.

2.3.1 Trabalho livre

Neste tema é explorado o conceito de “trabalho livre” e o seu potencial para aumentar o envolvimento e a motivação dos alunos. Quando os mesmos têm a liberdade de escolher o seu tema de investigação ou tipo de projeto, tendem a demonstrar maior investimento pessoal e entusiasmo no seu trabalho, levando a realizações acadêmicas e crescimento pessoal mais significativos.

2.3.2 Trabalho em grupo

Além disso, é discutido os benefícios dos “trabalhos em grupo”, que envolvem a colaboração de todos os alunos de uma determinada equipe. Esse tipo de trabalho promove a socialização, a liderança e o relacionamento interpessoal, bem como a correção e interação de ideias entre os membros do grupo.

2.3.3 Notas quantitativas ou conceitos qualitativos

Finalmente, observa-se que a decisão de utilizar métodos de tomada de notas quantitativas ou qualitativas dependerá de uma variedade de fatores, incluindo a filosofia de educação do professor, as suas crenças pessoais, e o quadro filosófico dinâmico da escola onde trabalha.

2.3.4 Fichas de Controle

O ponto 2.3.4 destaca a utilização de fichas de controle, que são concebidas para recolher um grande número de observações durante um longo período de tempo. Estas fichas fornecem subsídio para discussão operacional do comportamento e pretendem ser cumulativas, permitindo o registro de diversos comportamentos e suas correspondentes pontuações.

2.3.5 Listas de checagem

O ponto 2.3.5 centra-se na utilização de listas de verificação, que são listas de comportamentos específicos que são observados e registados à medida que ocorrem. Estas listas de verificação podem ser utilizadas pelos professores para monitorizar o progresso dos alunos e fornecer feedback, com a opção de utilizar folhas individuais ou um quadro para toda a turma para documentar as observações.

2.3.6 O auxílio da avaliação para a aprendizagem

Enfatiza-se a importância da avaliação no processo de aprendizagem e desenvolvimento na secção 2.3.6. Conduzir entrevistas regulares com os estudantes é essencial para compreender seu progresso, direcionando as abordagens de ensino e melhoria do desempenho escolar. A avaliação contínua ajuda os educadores a detectar áreas de destaque e de melhoria, contribuindo para a qualidade do ensino. Essa rotina de avaliação frequentemente facilita a concretização dos objetivos educacionais e resultados em métodos de ensino mais eficazes.

É fundamental que as instituições de ensino mantenham um processo constante de aplicação de avaliações, análise de resultados, identificação de pontos fortes e reconhecimento de possíveis lacunas de aprendizagem, coleta de diferentes tipos de avaliações e seus benefícios.

A realização de avaliações é crucial na área da educação, já que permite analisar o progresso dos estudantes e identificar aspectos a serem melhorados. Com isso, os professores fornecem controle do desenvolvimento dos alunos, considerando tanto os pontos fortes, quanto fracos e ajustando as metodologias de ensino conforme preciso.

Diversos tipos de avaliações podem ser utilizados em ambientes educacionais, como as formativas, que informam o ensino e dão feedback, e as somativas, que avaliam a aprendizagem no final. Outras avaliações são intercalares, que oferecem feedback contínuo, e como referência, que medem o progresso ao longo do tempo.

Cada tipo de avaliação possui vantagens únicas, como oferecer retorno imediato, analisar desempenho e orientar ações educativas. Por exemplo, as avaliações formativas auxiliam os docentes a detectar áreas que exigem suporte extra, enquanto as somativas oferecem uma avaliação completa do aprendizado ao término de uma aula ou curso.

Para garantir avaliações, os educadores devem entender os diferentes tipos e benefícios das mesmas, implicando em desenvolvimento profissional e formação contínua para garantir competência na criação e implementação de avaliações de qualidade.

Realizar testes, interpretar resultados e identificar pontos positivos e áreas de melhoria são processos essenciais nas escolas. Entendendo os diversos tipos de testes e seus benefícios, os professores podem dar feedback útil e ajustar suas abordagens para atender às necessidades dos alunos. Evoluir e se aprimorar profissionalmente são cruciais para garantir que os educadores possam avaliar de forma eficaz.

O ato de estudar, de ensinar, de aprender, de conhecer é difícil, sobretudo exigente, mas prazeroso (...). É preciso, pois que os educandos descubram e sintam alegria nele embutida, que dele faz parte e que está sempre disposta a tomar todos quantos a ele se entreguem. (Freire, 1993, p.83)

Os diferentes tipos de avaliações apresentam informações diversas sobre o desempenho dos estudantes. Cada formato de avaliação tem metas e características educacionais específicas. É fundamental compreender e aplicar o tipo de avaliação adequado para cada etapa do processo educativo.

Diferentes tipos de avaliações nas escolas incluem diagnósticos, formativos, comparativos e somativos. Mesmo compartilhando alguns instrumentos, é crucial entender suas diferentes finalidades para garantir a eficácia do processo de avaliação.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LI-Baneo, 1994, p.195).

Luckesi classifica provas e exames como algo que: [...] têm por finalidade, no caso da aprendizagem escolar, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo [...] e classificá-lo em termos de aprovação/reprovação [...].

Desse modo, provas/exames separam os “eleitos” dos “não-eleitos”. Assim sendo, essa prática exclui uma parte dos alunos e admite, como “aceitos”, uma outra” (Luckesi, 2005. p. 169). Segundo Perrenoud (2012, p. 25) “as competências não podem ser construídas sem avaliação, porém esta não pode assumir a forma de testes com papel e lápis ou dos exames universitários clássicos”.

Libâneo (2006) ainda ressalta que ao atribuímos notas aos alunos estamos com propósito de controlá-los e classificá-los e não temos nesse momento uma função educativa. Assim, percebe-se que atualmente avaliar no sentido de classificar alunos não beneficia em nada o processo de ensino e aprendizagem.

Pavanello e Nogueira (2006, p. 36) relatam que: [...] a avaliação tem, tradicionalmente, se centrado nos conhecimentos específicos e na contagem de erros. É uma avaliação somativa, que não só seleciona os estudantes, mas os compara entre si e os destina a um determinado lugar numérico em função das notas obtidas. Morais e Moura (2009) reforça-se a ideia da significação da avaliação, como atividade de ensino e aprendizagem, que deve ser uma orientação e indicação do conhecimento adquirido, para analisar e sintetizar as atividades do professor e do aluno.

Logo, entender o significado da avaliação dentro do processo de ensino e aprendizagem, torna-se importante para os currículos e planejamentos dos professores. De acordo com Luckesi (2011) “o professor, na medida em que está atento ao andamento dos seus alunos, poderá, através da avaliação da aprendizagem, verificar o quanto o seu trabalho está sendo eficiente e que desvios está tendo” (Luckesi, 2011, p. 117).

2.3.7 O quê são e qual a importância das avaliações externas?

A relevância das avaliações externas no ambiente educacional é fundamental. Eles, conhecidos como avaliações em grande escala, são realizados fora da escola para avaliar de forma abrangente a qualidade da educação.

Exemplos dessas avaliações incluem Enem, Prova Brasil, Pisa, Ana e Saeb, entre outros. Estas avaliações são cruciais para monitorizar e desenvolver políticas educativas, pois fornecem uma visão ampla do desempenho educativo, mesmo que não acompanhem os alunos individualmente.

Os avaliadores externos devem ser encarados como uma forma de ponderação constante sobre a prática educacional. Os resultados obtidos nessas avaliações precisam ser examinados e convertidos em ações práticas nas escolas, aprimorando os métodos de ensino.

Basicamente, as avaliações externas são uma importante ferramenta para avaliar a qualidade do ensino e da aprendizagem, possibilitando a criação de políticas e práticas embasadas em evidências para melhorar o sistema educacional de forma contínua.

É precisamente o reconhecimento do direito de todos a uma educação de qualidade que coloca no centro dos problemas do nosso tempo a necessidade de reinventar a escola de modo a oferecer e construir o currículo como um percurso diferenciado e significativo que, através de opções diferentes, possa tornar mais semelhante o nível de competências à saída do sistema escolar, competências de que todos precisarão igualmente, e de que dependerá o seu sucesso social e pessoal. (Roldão, 1999a, p. 28)

“A avaliação necessita integrar-se ao processo de transformação de ensino- aprendizagem e contribuir, desse modo, para o processo de transformação do educando”, Viana (2005). Entretanto, a avaliação é um elemento crucial na experiência de aprendizagem que deve ser destacado, pois tem um impacto significativo no aprendizado dos alunos.

Logo, é essencial que tanto os educadores quanto os estudantes participem de reflexões para analisar a eficácia de seus métodos de avaliação, o que resultará em uma compreensão mais ampla de como

isso afeta o desempenho dos alunos.

2.3.8 Avaliação Educacional e Projeto Político Pedagógico

O foco na avaliação educacional e nos projetos político-pedagógicos está em ascensão na educação do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços educacionais. Mesmo não sendo considerada uma ferramenta de controle burocrático, mas sim uma forma de avaliar a eficácia dos processos educativos, a resistência à sua implementação persiste, tornando-a uma prática inconsistente.

A avaliação é uma prática constante em nossa rotina, na qual analisamos os aspectos positivos e negativos de nossas escolhas. Atribuímos valores para avaliar processos, ações, objetos, indivíduos, organizações ou desempenho de estudantes. Fica claro neste texto que há necessidade de valorização e de mudanças necessárias a serem feitas.

Desse modo, Duarte (2006 apud Marsiglia *et al.* 2017 p.111) afirma:

Portanto, reiteramos a necessidade de a escola transmitir, por meio do currículo escolar, conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos que tenham se tornado patrimônio universal do gênero humano, mesmo sem perder de vista sua validade histórica, sendo este o conhecimento que possibilita a objetivação do ser humano de uma forma cada vez mais livre e universal.

A avaliação na educação é fundamental, pois avalia a qualidade do ensino e reflete os serviços da instituição, podendo variar em formas como o diálogo construtivo ou métodos autoritários, dependendo da filosofia educacional e dos objetivos da instituição.

A avaliação da aprendizagem e institucional estão conectadas, apesar de suas diferenças. Enquanto a primeira avaliação do desempenho acadêmico, a segunda foca na instituição. O desempenho do aluno é afetado pelas condições institucionais, então as avaliações são interdependentes.

Em ambos os casos a avaliação, numa perspectiva dialógica (ROMÃO, 1998), destina-se à emancipação das pessoas e não à sua

punição, à inclusão e não à exclusão ou, como diz Cipriano C. Luckesi (1998:180) “à melhoria do ciclo de vida”.

Por isso, o ato de avaliar é, por si, “um ato amoroso” (Idem, *ibidem*). Nos últimos anos a avaliação institucional vem ganhando importância também no ensino básico. Em alguns casos ela foi erigida pelos Sistemas Educacionais como prioridade e tornou-se parte de uma política de Estado explícita (BITAR, 1998).

Para melhorar a supervisão e o apoio técnico prestado às escolas, otimizar a afetação de recursos e avaliar o impacto das inovações introduzidas, como a formação contínua de professores e a implementação de ciclos, uma área fértil de discussão neste momento é a conceptualização e desenvolvimento da avaliação.

Tornou-se claro nesta discussão que “a avaliação não é simplesmente medir”. Este é um bom ponto de partida. Não é mais possível confundir avaliação educacional com medição de desempenho acadêmico. O primeiro é considerado um momento inicial e não uma condição essencial. No processo de avaliação devem ser consideradas diversas variáveis e fatores, não diretamente relacionados à escola.

Assim, é crucial ter um referencial filosófico para garantir o sucesso do processo de avaliação. Sem essa orientação, a avaliação pode se tornar uma atividade rotineira e burocrática. Essa teoria é essencial para definir o modelo de avaliação, bem como os objetivos, planejamento e métodos a serem adotados.

Portanto, estabelecer um referencial filosófico para orientar o processo de avaliação é fundamental para o seu sucesso. Se essa orientação não for definida, o processo de avaliação pode se tornar uma atividade rotineira e burocrática sem sentido. Essa teoria fornece a base para a definição tanto do modelo de avaliação quanto dos objetivos, planejamento e métodos a serem utilizados.

No âmbito da avaliação, o termo “modelo” é comumente utilizado para descrever uma abordagem ou método específico, embora para alguns ele possa representar um conceito mais abrangente englobando diversas estratégias e técnicas.

Aqui, empregamos o termo “modelo” para definir uma abordagem específica de avaliação que inclui certas estratégias e métodos, reservando o termo “concepção” para os conceitos e categorias mais gerais da teoria ou paradigma de avaliação. Por exemplo, podemos falar de uma concepção de avaliação “emancipativa” (dialética) ou

“burocrática” (punitiva e formal). Ao adotar um paradigma de avaliação dialógico (comunicativo, intersubjetivo) ou instrumental (dominador), podemos abordar o conceito de avaliação sob diferentes perspectivas.

Conforme, Freitas (2014, p.1096-1097):

O papel das avaliações informais é decisivo no progresso das crianças. Podese mesmo dizer que ao ser reprovado pela avaliação formal (seja interna ou externa) o aluno foi reprovado, antes, na relação de ensino a qual é perpassada pela avaliação informal. Este processo cria, em sala de aula, um histórico de juízos de valores que são definidores das possibilidades do progresso dos alunos, pois afetam as estratégias metodológicas seguidas pelo professor e a forma de envolvimento dos estudantes. São estes processos que conformam culturalmente o aluno ou promovemos seu afastamento. Pela avaliação informal o professor cria nas relações de ensino uma imagem da criança. E produz uma autoimagem também na criança. Auto imagem é um poderoso instrumento de motivação ou desmotivação, na dependência de seu conteúdo, e tem relação com a própria identidade cultural do estudante.

A avaliação é sempre relativa a algo, requer um ponto de referência ou um projeto político-pedagógico e está orientada para alcançar um horizonte institucional específico. A mesma serve como mecanismo de acompanhamento e correção da implementação de determinado modelo de universidade ou escola, bem como de projeto político-pedagógico.

A análise do desempenho de uma organização exige condições iniciais para uma avaliação positiva ou negativa. Educadores buscam uma abordagem não punitiva, burocrática ou exclusivamente quantitativa na avaliação institucional.

A preocupação central (principalmente entre os educadores) é que a avaliação não seja de natureza punitiva, burocrática ou apenas quantitativa. Para redirecionar o rumo de uma instituição de ensino, a avaliação deve referir-se a um padrão institucional específico a ser alcançado, ser multifacetada, contínua e orientada para o processo. Deve visar os pontos mais fracos do corpo institucional e fornecer orientações sobre como superá-los, a fim de melhorar o seu desempe-

no social e cumprir os seus compromissos.

Um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento. Entendida nesse sentido, a avaliação mediadora é um processo espontâneo, sem ser espontaneísta. Ou seja, é espontâneo, enquanto amplia o olhar sobre a criança em suas manifestações diversas e singulares do dia-a-dia. Mas não é um processo espontaneísta, porque se fundamenta em premissas teóricas consistentes sobre o desenvolvimento infantil e na definição de objetivos significativos para a ação pedagógica, que constituem o embasamento à observação e análise cotidiana pelo professor das descobertas e manifestações das crianças. (Hoffmann 2002, p. 31).

Luckesi (1998) nos alerta sobre o perigo de continuar exercendo o mesmo tipo de avaliação que era exercida nas décadas passadas, que levava em consideração a promoção em vez da verdadeira aprendizagem.

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra (...). O nosso exercício pedagógico é atravessado por mais uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem. (Luckesi, 1998, p.18).

De fato, a utilização contínua de notas como principal ferramenta de avaliação é um desafio na educação do Brasil, devido a diversos obstáculos enfrentados pelos educadores, como salas lotadas e disparidades de aprendizado.

A necessidade de melhorar a qualidade do ensino levou ao debate sobre Avaliação Educacional e Projeto Pedagógico no país. No entanto, enfrenta resistências e ainda não está consolidado como uma prática consistente.

A avaliação é um ato realizado constantemente em nosso dia a dia, pois avaliamos os prós e os contras de diversas decisões. Ao avaliar processos, ações, objetos, pessoas, instituições ou o desempenho, estamos atribuindo valores. Fica clara a necessidade de valorização e as mudanças que devem ser feitas.

A questão da avaliação na educação do Brasil é complicada e diversificada, exigindo uma abordagem ampla que não se limita ao uso de anotações e notas. Métodos avançados, como a observação por meios alternativos, são fundamentais para uma avaliação mais precisa e identificação de áreas a serem aprimoradas.

É crucial enxergar o processo de avaliação como um instrumento fundamental para melhorar a qualidade do ensino, e não apenas como uma maneira de fiscalização. Isso exige uma mudança na abordagem dos professores em relação à avaliação, deixando de lado a ênfase na aprovação e optando por uma abordagem mais cooperativa e positiva.

A avaliação da aprendizagem é um aspecto crucial do processo educativo e é essencial para enfrentar os desafios e resistências enfrentados na sua implementação. Ao valorizar e adotar uma abordagem mais abrangente e construtiva, a educação brasileira pode caminhar em direção a um sistema mais eficaz e eficiente, o que acabará por levar a melhores resultados.

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no conteúdo do ensino transmitido, nos métodos e nas técnicas de transmissão e nos critérios de julgamento, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais: por outras palavras, tratando todos os alunos, por mais desiguais que sejam de facto, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar na verdade, a sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (Bourdieu, 1966, p. 336)

Assim, entendemos que a avaliação é fundamental na educação, pois avalia o ensino e os serviços prestados pela instituição, abordando aspectos como aprendizagem e institucional. Esses pontos podem ser discutidos de maneira construtiva ou se tornarem autoritários e repressivos, dependendo da visão educacional e dos objetivos desejados.

A avaliação da aprendizagem não pode ser dissociada da necessária avaliação institucional, ainda que tenham naturezas distintas: enquanto a primeira centra-se no desempenho académico do aluno, a segunda diz respeito mais especificamente ao desempenho global da

instituição.

As condições institucionais e o projeto pedagógico da escola têm grande impacto no desempenho do aluno. Por conseguinte, a avaliação é parte integrante do processo educativo, sendo necessário analisar tanto os resultados de aprendizagem dos alunos quanto o funcionamento da instituição para garantir uma avaliação abrangente da qualidade educativa.

Meira (2016, p.694) faz a seguinte observação em relação a estrutura de ensino e ao funcionamento da escola:

Tanto, a estrutura do ensino nas esferas federal, estadual e municipal, quanto o funcionamento das escolas passaram por grandes mudanças ao longo da história. Sucessivas leis, diretrizes e projetos afetaram de diferentes formas a denominação e a organização dos níveis de ensino, a seriação, as formas de avaliação e progressão dos alunos, as metodologias de ensino, a distribuição dos conteúdos ao longo das séries ou anos escolares, os processos de formação inicial e continuada dos docentes, a carga horária a ser cumprida nas escolas (anual e diária), o período de escolarização obrigatória, o tratamento dispensado às crianças com deficiências, entre muitas ou-traspostos relevantes.

Nos últimos anos a avaliação institucional vem ganhando importância também no ensino básico. Em alguns casos ela foi erigida pelos Sistemas Educacionais como prioridade e tornou-se parte de uma política de Estado explícita (Bitar, 1998), para a melhoria da supervisão e apoio técnico às escolas, para a melhor alocação de recursos, bem como para verificar o impacto de inovações introduzidas, como por exemplo, a formação continuada do magistério e a implantação de ciclos.

2.3.9 A avaliação escolar em tempos de pandemia

A OMS declarou em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da

COVID-19 em todos os Continentes a caracteriza como pandemia. Para contê-la, a OMS recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento

social (Conselho Nacional de Educação, 2020).

As iniciativas recentes no Brasil que visam promover o isolamento e distanciamento social, como o ensino remoto, resultaram na implementação de aulas remotas em todos os níveis de ensino. Desse cenário Martins e Almeida (2020, p. 221) dizem que “[...] no momento atual é a transposição didática emergencial da educação presencial tradicional para as redes”.

Segundo os dados, os principais aspectos envolvidos sobre o ensino remoto envolveram a participação da família dos alunos durante as aulas. Uma pesquisa mostrou que 57,1% dos estudantes valorizaram a presença da família no processo de aprendizagem em casa, enquanto 37,7% disseram alguma contribuição por parte de seus familiares e 7,1% afirmaram não ter recebido auxílio familiar.

A nova forma de ensino foi estudada em 92,9% dos alunos experimentando individualmente, incluindo novas responsabilidades familiares e impacto no desempenho acadêmico. Cerca de metade teve que parar os estudos para ajudar financeira ou emocionalmente suas famílias, enquanto o uso das TICs possibilitava a continuidade das atividades.

Se os alunos não aprendem todos da mesma forma, nem têm todos as mesmas dificuldades nas mesmas tarefas, é necessário para quem ensina ... não só lidar com estas diferenças intrínsecas aos aprendentes como tê-las em conta no desenvolvimento das tarefas de ensino/aprendizagem. Isto implica necessariamente pensar em situações, instrumentos e procedimentos para ajudar quem tem dificuldades no processo de aprendizagem. (Pinto, 2007, pp. 59-60)

Toda essa mudança segundo Martins e Almeida (2020) não se fez rapidamente nem do dia para a noite. Para 85,7% dos alunos as avaliações escolares pouco ajudaram ou não nesse momento. Ainda no âmbito das avaliações escolares e familiares, 35,7% dos alunos afirmam que a família não os auxilia em nada nas avaliações, para a metade a sua família pouco ajuda nas avaliações escolares e para 14,3% a família o auxilia muito em suas avaliações.

Nos dias atuais, é notável que os estudantes utilizam cada vez mais recursos tecnológicos e colegas como suporte durante este período. Isso é confirmado por pesquisas que mostram que 93% deles

recorrem à Internet para diversas atividades e 43% também buscam ajuda dos colegas. Diante desse cenário, surge a necessidade de analisar se os métodos tradicionais de avaliação ainda têm relevância no ensino e aprendizagem nas séries do terceiro e quarto ano do ensino fundamental.

As tradições de avaliação e a abordagem transformadora resultaram em mudanças no sistema de avaliação do ensino fundamental, melhorando a qualidade do ensino e da aprendizagem. O estudo buscou identificar os métodos de avaliação e seu impacto nos resultados dos alunos.

Numa sala de aula diferenciada, o professor faz esforços consistentes para responder às necessidades de aprendizagem dos alunos. É guiado pelos princípios gerais de promover uma sala de aula onde há uma real preocupação com as necessidades de cada aluno. Para que tal aconteça modifica sistematicamente o conteúdo, o processo ou o produto em função da capacidade de resposta do aluno face a determinados tópicos, matérias ou competências, os seus interesses individuais ou os seus perfis de aprendizagem. Para o conseguir recorre a diversas estratégias de gestão e de ensino. (Tomlinson, 1999, p. 14)

No entanto, é preciso esclarecer que quando avaliamos a aprendizagem do aluno, também é avaliado o ensino que lhe é oferecido, e quando não ocorre à aprendizagem significa que o ensino não atingiu seu objetivo (SARAIVA 2005).

Vilattore (2008) defende uma avaliação seja parte do processo ensino/aprendizagem, composta de múltiplas ferramentas de avaliação de forma a incluir e complementar. O processo avaliativo é uma oportunidade que se tem para a reflexão da prática docente sobre o processo de aprendizagem, além de identificar o desempenho e rendimento por parte do aluno (BOTH, 2011).

Em consonância, Saraiva (2005) explica que quando a avaliação é realizada em todo o processo de aprendizagem, alcançando todas as dimensões, contribui para que sejam realizados os ajustes para o sucesso da tarefa educativa.

Both (2011) entende que a avaliação juntamente com o ensino torna real a aprendizagem, pois o foco da avaliação consiste em que condições é dominado, relacionado e aplicado os conteúdos e conhecimentos. Sendo assim, pode-se concluir que a importância da avaliação para aprendizagem consiste em um suporte rico de informação

quanto ao nível de conhecimentos e habilidades adquiridos, e quanto à metodologia de ensino adequada, de forma a permitir reajuste para atingir o objetivo que é o aluno aprender.

A avaliação do ensino-aprendizagem na escola é constante, progressiva e organizada para identificar a situação de aprendizagem de cada aluno em relação ao currículo. Deve ser uma prática investigativa que analisa a interação entre ensino e aprendizagem, procurando identificar o conhecimento adquirido e as dificuldades de aprendizagem de forma dialogada.

Ao considerar os erros como um indicador fundamental de como o estudante relaciona o seu conhecimento existente com o novo conhecimento, esta abordagem promove uma compreensão mais profunda do conhecimento solidificado e a interação necessária no processo construtivo e reconstrutivo da aprendizagem.

Os professores, tal como os alunos, vão à escola para aprender. Para que isso ocorra novas perspectivas e compreensões são desenvolvidas entre professores e alunos, sobre si mesmos e uns com os outros, sobre a natureza da aprendizagem e do ensino. (Pedder; James, 2013, p. 40)

Neste contexto, o erro não indica falta de conhecimento, mas indica progresso na aprendizagem. Respostas certas ou erradas são etapas importantes para adquirir conhecimento, mostrando uma base existente e oferecendo novas oportunidades de aprendizagem e decisão. Essencialmente, o erro desempenha um papel fundamental na aprendizagem ao ajudar as pessoas a avaliarem sua compreensão atual, encontrar áreas para melhorar e iniciar um novo ciclo de aprendizagem e desenvolvimento.

Apoiados em muitas investigações realizadas a nível mundial, Hargreaves e Fulan (2014, p. 200) concluíram:

O que temos encontrado nos melhores exemplos a uma escala global são educadores, alunos e comunidades que trabalham e lutam juntos para alcançar resultados ótimos e um alto rendimento. Existem forças e barreiras que obstaculizam o caminho e temos encontrado muitas: escassa mobilidade entre capacidade individual e coletiva, interesses pessoais de divisão e autoproteção, culturas tóxicas de individualismo e isolamento, dinâmicas de cole-

gialidade artificial e sistemas de compensação com táticas tipo “divide e vencerás”, medidas políticas de curto prazo e pura inércia.

Em linhas gerais, a avaliação no âmbito acadêmico pode ser definida como uma maneira de coletar dados sobre o desenvolvimento e obstáculos de cada estudante, constituindo um suporte constante e duradouro ao ensino, direcionando os educadores na elaboração de estratégias e auxiliando os discentes no progresso bem -conseguiu de sua formação educacional.

Os métodos de avaliação prevaletentes são testes, apresentações, trabalhos práticos e atividades em grupo. Notas e conceitos são fundamentais para avançar nos estudos em etapas distintas do ensino.

Precisamos de professores que não sejam meros funcionários ou técnicos, mas que se possam assumir como intelectuais, como profissionais reflexivos, como observadores qualificados das realidades em que estão inseridos. Precisamos de professores capazes de reinventar e recriar o currículo. Professores capazes de compreender o ensino, as aprendizagens e a avaliação como construções sociais complexas, como processos decisivos na formação e na educação dos jovens. Professores que sejam portadores de uma nova profissionalidade, impulsionadora de outras formas de trabalhar e de estar em escolas mais autônomas e mais responsáveis. (Fernandes, 2011, p. 82).

Nos últimos anos, houve um intenso debate no Brasil sobre a função da avaliação na educação, visto que parece ter perdido suas abordagens pedagógicas e metodológicas, sendo agora mais externas para o controle.

A discussão sobre avaliação tem sido dividida entre a avaliação externa, obrigatória no sistema educacional do Brasil e centrada em aspectos administrativos padronizados, e a avaliação interna, feita na sala de aula e incentivando os professores a fazerem melhorias qualitativas em seu ensino.

Não é bom que os professores trabalhem sozinhos. Nem tão pouco que as escolas trabalhem isoladamente mesmo que promovam a colaboração interna. Os professores melhoram quando colaboram e

aprendem com outros docentes. As escolas também melhoram quando colaboram e aprendem com outras escolas. (Hargreaves; Fulan, 2014, p. 190).

A avaliação no ensino-aprendizagem é um tema delicado devido às suas implicações sociais, éticas e psicológicas, podendo impactar positivamente ou níveis no crescimento do aluno.

Segundo Cipriano Luckesi, em “Avaliação da aprendizagem escolar”, a avaliação escolar, assim como as outras práticas do professor, seria dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica, tenha o professor consciência disto ou não.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, inova em relação à anterior, por tratar a frequência e a avaliação do rendimento escolar em planos distintos. Prevê-se que deve haver avaliação “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

A mudança no significado de “avaliação” na educação brasileira pode ser atribuída a determinadas regulamentações que redefiniram a finalidade da avaliação, visando agora promover “a possibilidade de avanço em cursos e notas por meio da verificação da aprendizagem”. (grifo nosso)

O termo “avaliação escolar” geralmente se refere à avaliação da aprendizagem, educação ou ensino. No entanto, com as novas políticas educacionais no Brasil desde 1996, a avaliação é vista como uma das “interfaces” da avaliação escolar, priorizando o aspecto coletivo em vez do individual.

O termo tem ganhado cada vez mais uso no Brasil para descrever análises em larga escala conduzidas pelo estado para avaliar o sistema de ensino público como um todo.

Contudo, a definição ainda gera debate entre as pessoas, já que historicamente foi vista como um meio de influência a maneira como os indivíduos se adaptam a determinadas características, situações ou situações. O foco não está na avaliação em si, mas sim em como ela é empregada, pois é imprescindível para qualquer ação planejada.

Nesta situação, é importante entender que a avaliação na educação não é algo recente, mas sim uma ferramenta que se adapta às

novas exigências ao longo dos anos. A mudança para uma abordagem coletiva na avaliação busca priorizar o bemestar e o sucesso da comunidade educativa como um todo, em vez de focar apenas nas aulas individualmente, promovendo uma avaliação holística que valoriza a colaboração e o crescimento coletivo.

A forma como a avaliação se organiza e se desenvolve nas salas de aula, nas escolas ou nos sistemas educativos não é independente das concepções que se sustentam acerca da aprendizagem. Pelo contrário, há quase uma relação de causa-efeito entre o que pensamos, ou o que sabemos, acerca das formas como os alunos aprendem e as formas como avaliamos as suas aprendizagens. (Fernandes, 2005, pp. 24-25).

A avaliação em questão serve como uma ferramenta crítica para avaliar o cumprimento pela escola do seu papel na oferta de uma educação de qualidade. Como tal, é uma componente essencial do trabalho do professor e um aspecto vital do processo de planeamento da escola. No entanto, não deve ser visto ou utilizado como meio de intimidar ou punir o aluno ou o professor. Em vez disso, o objetivo deveria ser concentrar esforços na superação de desafios e na melhoria da experiência educacional.

A avaliação não pode deixar de fazer parte do processo de ensino e pode favorecer as aprendizagens, uma vez que abre a possibilidade de problematizar, gerar conflitos e promover ressignificações por parte dos alunos, ao analisar as suas produções. (Boggino, 2009, p. 82)

A avaliação não pode ser excluída do processo de ensino e pode, na verdade, facilitar a aprendizagem, pois oferece oportunidade para que os alunos desenvolvam o pensamento crítico, gerem conflitos e reinterpretem suas produções. (Boggino, 2009, p. 82)

Segundo Boggino, a avaliação tem o potencial de aprimorar a experiência de aprendizagem ao motivar os alunos a refletir sobre seu trabalho e questionar seus pressupostos.

Mediante a avaliação, os estudantes são incentivados a se envolver na solução de problemas e na reflexão crítica, o que pode resultar em um entendimento mais aprofundado do conteúdo e de sua

própria forma de aprender.

Avaliar os alunos pode promover responsabilidade e liberdade, permitindo que assumam o controle do seu aprendizado e se motivem a melhorar. A integração da avaliação no ensino cria um ambiente de aprendizagem ativo focado no desenvolvimento dos alunos.

O trabalho educativo que interessa à educação é aquele que visa intencionalmente o ser humano. Assim, de acordo com a citação citada, é possível inferir que o trabalho educativo deve ser fundamentado na identificação de conhecimentos universais e culturais que promovam avanços significativos na educação da humanidade.

Neste contexto, a ideia de “sabedoria universal” refere-se a conhecimentos e princípios valorizados por todas as pessoas, independentemente de sua cultura ou localização, incluindo valores de justiça, igualdade e direitos humanos fundamentais para uma sociedade justa e equitativa.

Por outro lado, “conhecimento cultural” refere-se às crenças, valores e práticas específicas que são exclusivas de uma determinada cultura ou sociedade. Isto inclui os costumes, tradições e rituais que moldam a identidade de um grupo e proporcionam um sentimento de pertença e ligação à herança de alguém.

Através da integração do conhecimento universal e cultural, a educação pode oferecer aos indivíduos uma visão ampla e variada do mundo, resultando em uma sociedade mais instruída e empática, que valoriza a diversidade de culturas e perspectivas.

O trabalho educativo que interessa à educação é aquele que visa intencionalmente o ser humano e lhe proporciona uma compreensão profunda do conhecimento universal e cultural. Isto pode levar a uma sociedade mais informada e empática, onde os indivíduos sejam capazes de apreciar e respeitar a diversidade de culturas e perspectivas existentes.

CAPÍTULO III

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, vimos que cada forma de avaliação possui um papel único na aprendizagem, mostrando semelhanças e diferenças. Elas podem identificar dificuldades de aprendizagem, influenciando as práticas dos professores para ajudar tanto estudantes quanto docentes a entender melhor o processo de aprendizagem.

As avaliações visam classificar e compreender as condições de aprendizagem e desenvolvimento. Notamos um distanciamento entre as diversas modalidades avaliativas, funcionando inicialmente como uma ferramenta de classificação onde os alunos são aprovados ou reprovados apenas com base no seu nível de desempenho.

A avaliação do desempenho é o único meio de classificação.

Conforme discussão anterior, uma nota é estática e não determina a qualidade da aprendizagem nem leva à melhoria do processo de aprendizagem. Portanto, podemos observar que quando um educador busca revisar sua didática e a forma como ela chega ao aluno, ele rompe com o tradicionalismo presente no sistema educacional, rompendo com a ideia de que o professor é o centro do processo de ensino e o estudante é o centro do processo de ensino, um mero repositório de conhecimento.

Para a realização deste trabalho, foi aplicado um questionário a oito professores de escolas públicas municipais de Umbuzeiro-PB, todos do sexo feminino e com idade entre 30 e mais de 50 anos, conforme pode ser observado na Tabela 1. Além disso, alunos do 6º ano ao também foram pesquisados 8, de ambos os sexos e com idades variadas entre 10 e 14 anos.

3.1 Faixa etária dos professores entrevistados

Tabela 1

Faixa etária	Número de professores
30 a 35 anos	03
36 a 41 anos	02
41 a 50 anos	02
Mais de 50 anos	01

(Severina Cruz, 2022)

Assim podemos notar que os professores entrevistados têm em sua maioria entre 30 a 35 anos de idade.

3.2 Faixa etária dos alunos entrevistados

Tabela 2

Faixa etária	Números de alunos
10 a 11 anos	18
12 a 14 anos	12

(Severina Cruz, 2022)

Por meio dessa tabela podemos perceber que a maioria dos alunos entrevistados tem faixa etária entre 10 e 14 anos de idade.

3.3 Nível de escolaridade dos professores entrevistados

Tabela 3

Grau de escolaridade	
Especialização	03
Graduação	05

(SEVERINA CRUZ, 2022)

De acordo com a tabela acima, o nível de escolaridade dos professores se classifica com 5 com curso superior em graduação e 3 com especialização.

3.4 Nível de escolaridade dos alunos entrevistados

Tabela 4

Grau de escolaridade	Número de alunos
6ª ano	10
7ª ano	10
8ª ano	10

(SEVERINA CRUZ, 2022)

Na ocasião entrevistamos alunos do 6º ao 8º ano do ensino fundamental II. A entrevista foi bastante satisfatória.

3.5 Questionário aplicado aos professores

Questão 1: O quê é avaliação para você?

Segundo os docentes entrevistados, a avaliação é essencial para monitorar progressos e obstáculos na aprendizagem, sendo uma responsabilidade constante e crucial para os professores, atuando como um monitoramento contínuo do ensino e aprendizagem. A avaliação transcende testes e tarefas, abrangendo uma diversidade de ferramentas quantitativas e qualitativas, integrando-se a um processo global de ensino e aprendizagem.

Ao longo da jornada educacional, os estudantes enfrentam diferentes fases, incluindo a avaliação. Essa etapa estabelece a conexão entre os métodos de ensino dos professores e as maneiras como os alunos sabem aprender, considerando suas experiências e estilos individuais de aprendizagem. Em resumo, a avaliação tem como função unir o ensino à aprendizagem.

Esta perspectiva da avaliação destaca o seu papel como um processo formativo e contínuo, e não apenas somativo. Ao avaliar regularmente o progresso dos alunos, os educadores podem identificar áreas de pontos fortes e fracos, ajustar as suas estratégias de ensino em conformidade e fornecer apoio direcionado para garantir que os alunos sejam capazes de atingir o seu pleno potencial.

Sendo assim, a avaliação desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem ao favorecer a partilha de saberes e habilidades entre docentes e discentes.

Questão 2: Você concorda que a avaliação seja um instrumento a serviço da aprendizagem? Por quê?

Segundo os professores da amostra, a avaliação é percebida como uma ferramenta ao serviço da aprendizagem. Fornece informações sobre se a escola está cumprindo seu papel de oferecer uma educação de qualidade, portanto, é um aspecto crucial do trabalho do professor, pois permite avaliar o sistema educacional, as práticas docentes e o conhecimento dos alunos.

Esta avaliação é essencial para obter uma compreensão mais profunda do nosso desempenho como educadores e para identificar áreas de melhoria, o que é particularmente relevante à luz da importância de melhorar a qualidade do ensino.

A avaliação é essencial para que os professores façam autorreflexão e pensamento crítico, reavaliando métodos e estratégias de ensino, identificando pontos fortes e fracos, pode melhorar suas práticas e a qualidade da educação. É uma forma de responsabilizar os educadores pelo seu trabalho, garantindo que alcancem os resultados desejados e identifiquem áreas para melhorias, em meio à crescente ênfase na responsabilização na educação.

Resumindo, a avaliação é fundamental tanto no ensino quanto na aprendizagem, uma vez que demonstre a eficácia das práticas educacionais e oriente o desenvolvimento de novas estratégias para melhorar a qualidade do ensino.

Ao priorizar a avaliação e a melhoria contínua, os educadores podem trabalhar no sentido de alcançar o objetivo final de proporcionar uma educação de alta qualidade que prepare os alunos para o sucesso nas suas atividades acadêmicas e

profissionais.

Méndez afirma:

(...) a avaliação torna-se importante no momento da informação prática aos professores sobre a qualidade das aprendizagens que os alunos estão realizando. Ao mesmo tempo, oferece uma boa oportunidade para melhorar tanto o processo de aprendizagem (...) quanto às ações futuras de ensino mediante a reflexão, a autocrítica e a autocorreção a partir da prática escolar. (Mendes: 2002, p. 74).

O trecho citado destaca o papel da avaliação como mediadora do processo de ensino-aprendizagem, pois possibilita aos alunos refletirem sobre suas experiências a partir de dados empíricos obtidos nesse processo. Se um professor perceber que os seus métodos de ensino não beneficiam todos, pode refletir e adaptar as suas práticas para criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e equitativo.

Questão 3: Quais são os tipos de avaliação que você conhece? Fale sobre eles.

Os tipos de avaliação utilizados pelos professores da amostra são:

1. A avaliação investigativa envolve o planejamento e implementação do professor alinhado com as características dos seus alunos, permitindo uma abordagem de avaliação mais personalizada;

2. A avaliação diagnóstica envolve a descrição, classificação e determinação do valor de um determinado aspecto do comportamento do aluno, com o objetivo de diagnosticar e determinar o grau de domínio do aluno nos requisitos estabelecidos para o início de uma unidade letiva;

3. A avaliação formativa visa identificar as principais deficiências da aprendizagem inicial, necessárias ao aluno para prosseguir a aprendizagem;

4. A avaliação somativa, também conhecida como avaliação classificatória ou tradicional, avalia a qualidade do objeto avaliado dentro de um período pedagógico pré-determinado e fornece uma perspectiva sobre a avaliação, formativa, que acompanha o processo de ensino;

5. A avaliação mediadora exige a observação individual de cada aluno, com foco no processo de construção do conhecimento, interpretando a subjetividade, refletindo e investigando com dedicação para identificar as razões das soluções apresentadas em termos de etapas evolutivas do pensamento na área do conhecimento e do aluno e experiências de vida;

6. A avaliação cooperativa incentiva os alunos a recolher provas concretas do seu trabalho e proporciona condições para que os analisem em conjunto, melhorando o resultado da avaliação para uma vida grupal e social mais democrática e harmoniosa.

Em todos os tipos de avaliação, o professor desempenha um papel crucial ao adaptar seu planejamento e implementação de acordo com as características das aulas para uma abordagem de avaliação mais personalizada.

A utilização de diversas formas de avaliação permite aos educadores adquirir um entendimento completo do progresso e crescimento dos estudantes, possibilitando a tomada de decisões embasadas para aprimorar suas abordagens pedagógicas.

Questão 4: Na sua concepção, a avaliação tem influência positiva ou negativa na aprendizagem dos alunos?

De acordo com os professores da amostra, a avaliação influencia positiva e aspectos o aprendizado dos alunos. A avaliação tem sido historicamente vista como um julgamento para julgar práticas sociais, não como uma ferramenta para melhorar os resultados educacionais. Isso resultou em uma prática educacional prejudicial, já que a avaliação é fundamental para a aprendizagem, mas não deve ser utilizada para avaliar os resultados.

A consciência e a reflexão são fundamentais para superar esse equívoco, já que a avaliação faz parte do ensino-aprendizagem e deve ser encarada como uma ferramenta de questionamento, não de julgamento.

Para que a avaliação seja valorizada no ensino-aprendizagem, é preciso compreender as dificuldades enfrentadas. Os profissionais devem usar a avaliação para desenvolver o potencial dos alunos, corrigir e orientar. É fundamental corrigir os desvios enquanto a planta ainda é tenra e maleável e orientar os estudantes para uma existência plenamente humana.

Nessa perspectiva segue o enfoque da professora Hoffmann:

O sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento, a transformação. Os pesquisadores muitas vezes se satisfazem com a descoberta do mundo, mas a tarefa do avaliador é a de torna-la melhor. O que implica num processo de interação educador e educando, num engajamento pessoal a que nenhum educador pode se furtar sob pena de ver completamente descaracterizada a avaliação em seu sentido dinâmico. (Hoffmann, 1998, p. 110).

Diante disso, os professores devem assumir o papel de verdadeiros filósofos, engajando-se na introspecção e na reflexão sobre suas ações efetivas na busca pela valorização do trabalho educativo, que, muitas vezes, se mecaniza e adquire um caráter heterogêneo, com o papel do educador e a atividade do educando desempenhando um papel fundamental na interação.

Neste sentido, é essencial que os professores participem da análise filosófica de suas práticas de ensino, avaliando seu impacto na aprendizagem. Isso possibilita a identificação de melhorias e a implementação de estratégias mais eficazes para facilitar a compreensão do conteúdo.

Além do mais, esse pensamento pode auxiliar na compreensão da relevância do envolvimento dos alunos na educação, visto ser crucial para um ambiente educativo ativo e motivador. Dessa forma, os professores podem ajustar suas metodologias pedagógicas, atendendo às necessidades dos estudantes e garantindo uma experiência de aprendizado personalizada e eficiente.

É essencial que os professores sejam compensadores para melhorar a qualidade do ensino, aprofundando sua compreensão através da reflexão e autoanálise, e criando estratégias mais eficazes para estimular o aprendizado.

Quando os alunos demonstram interesse pela aprendizagem, os professores podem tornar o ambiente de ensino mais dinâmico e cativante, resultando em uma educação mais eficaz e gratificante.

Questão 5: Quais os critérios de avaliação escolar que você conhece?

Segundo os professores, os critérios de avaliação são usados para analisar a aprendizagem dos estudantes, com o intuito de verificar se alcançaram os objetivos desejados, exigindo uma compreensão clara por parte do educador sobre o que deseja avaliar, incluindo o objetivo e os aspectos fundamentais a sendo considerados.

Esses aspectos envolvem a avaliação da aprendizagem a partir dos objetivos definidos pelo professor no plano de curso, assim como a avaliação da eficácia da instrução do professor com base nas respostas dos alunos. Em resumo, os critérios de avaliação orientam tanto os alunos quanto os educadores na avaliação completa.

A avaliação é um sistema intencional e discriminatório de verificação que tem por objetivo tornar a aprendizagem mais efetiva. Concluímos que esta, como processo, objetiva, melhorar a aprendizagem: a validade deste posicionamento, embora parcial, é significativa quanto à ênfase dada à avaliação como processo educativo. (Santana, 1998, p.36).

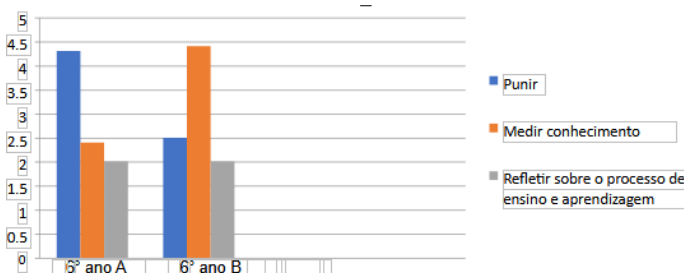
Questão 6: No seu ponto de vista, quais as decisões associadas com a aprendizagem dos alunos que o professor deve ter na hora de avaliar?

Segundo os professores, a importância das decisões pedagógicas resultantes dos resultados da avaliação vai além de meros ajustes à prática diária da sala de aula, e deve também abranger uma série de medidas educativas complementares que requerem apoio institucional. Estas podem incluir acompanhamento individualizado fora das aulas, grupos de apoio entre pares, sessões adicionais de tutoria e outras medidas que cada escola pode adaptar às suas necessidades, bem como pedidos de profissionais externos para discussões sobre questões emergentes relacionadas com o trabalho da escola.

3.6 Questionário aplicado aos alunos

• 6º ano

1. O que é avaliação em sua opinião?



De acordo com o gráfico acima, a maioria dos alunos das turmas dos 5º anos veem a avaliação como um meio de punição, sendo no 6º ano que a maioria compreende como uma forma de medir conhecimento e outro percentual no 8º ano, considera como uma forma de reflexão no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme observações de Luckesi (2003, p.65):

Para que a avaliação educacional assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação.

O estudante é o foco principal da atenção educacional, com o professor servindo como mediador entre o aluno e o conhecimento. O papel do professor é estimular o desejo do aluno de ir além do que aprendeu, compreendendo como aprende, como aborda as tarefas e como pode ser orientado para caminhos novos e mais viáveis.

Este processo de avaliação é abrangente e crítico, pois envolve a reflexão sobre a própria prática para captar o seu progresso. O processo de avaliação, seja na forma de nota numérica ou de menção, é uma exigência institucional que transforma o desempenho em valores numéricos, mesmo que não houvesse notas, ainda haveria necessidade de avaliação para apoiar o crescimento e desenvolvimento.

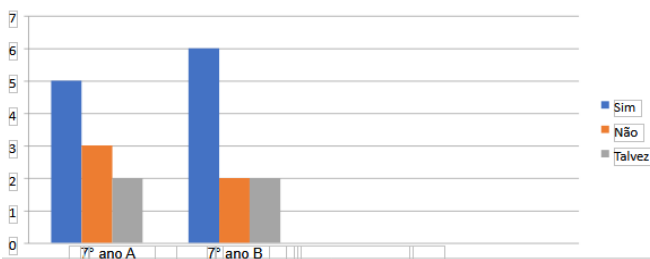
A questão específica da avaliação escolar é garantir o funcionamento eficiente do sistema de ensino, com todos os alunos presentes e avançando de forma adequada em cada etapa de acordo com sua idade, até completarem a educação obrigatória.

Em um cenário ideal, o sistema escolar funcionaria perfeitamente e todos os alunos estariam nas respectivas turmas adequadas à idade, progredindo continuamente de um ano para o outro até completarem a escolaridade obrigatória.

No entanto, o processo de avaliação é essencial para identificar áreas de melhoria e para fornecer apoio aos alunos na superação dos seus desafios e na realização do seu pleno potencial.

• 7º ano

1. Você concorda que a avaliação é um instrumento que está relacionado a aprendizagem?



Nesta pergunta foi questionado aos alunos se eles consideram que a avaliação é um instrumento que está relacionado a aprendizagem, logo percebemos de forma visível que as opiniões estão divididas e a maioria dos alunos do 5º ano D em sua maioria responderam que talvez.

Existem diversas modalidades da avaliação que podem ser aplicadas na escola, dependendo do que se quer verificar. As formas que parece ser mais utilizada hoje nas escolas, são a prova escrita, os trabalhos em grupo, a auto avaliação, em que alguns professores convidam seus alunos para falar de seu próprio desempenho. No entanto, vamos nos concentrar na prova escrita, já que essa parece ser o principal instrumento de avaliação nas escolas, de acordo com Vasconcelos (1995, p. 37):

A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, “branco”, medo, angústia, insônia, ansiedade, decepção, introjeção de autoimagem negativa. Uma escola que precisa recorrer à pressão da nota logo nas series iniciais, em certamente, uma triste escola e não está educando, é uma escola fracassada.

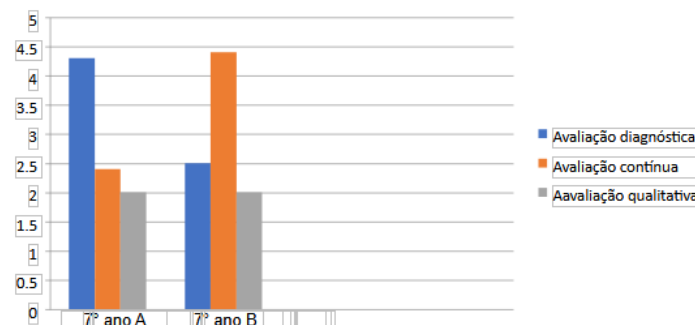
As restrições existentes às avaliações são inúmeras e muitas vezes resultam em testes individualizados, onde o espaço físico é temporariamente modificado. No entanto, essas restrições não levam em consideração as necessidades individuais dos alunos, que podem não ter se preparado adequadamente para a avaliação por diversos motivos, como doença, nervosismo ou falta de tempo de estudo.

Apesar dessas limitações, há outras questões pertinentes a serem consideradas. Por exemplo, se todos fossem submetidos a avaliações sob as mesmas condições ideais de saúde e preparação, o método de avaliação tradicional proporcionaria uma reflexão mais precisa dos seus resultados de aprendizagem.

No entanto, o processo de avaliação também pode servir como uma oportunidade para professores e alunos reverem e reforçarem a sua compreensão dos tópicos abordados no curso, bem como identificar áreas que requerem maior desenvolvimento.

É fundamental reconhecer que a aprendizagem é um processo gradual e que os alunos devem ser colocados em situações que promovam a transformação e o crescimento constantes, permitindo-lhes aprender de forma satisfatória e positiva.

2. Que tipo de avaliação os seus professores costumam realizar em sala de aula?



Por meio do gráfico notamos que a avaliação mais utilizada no 5º ano é a qualitativa, sendo a diagnóstica no 2º lugar e em seguida a qualitativa em 3º lugar.

O diagnóstico se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medidas os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar as dificuldades encontradas. (Sant'Anna, 1998, p.33).

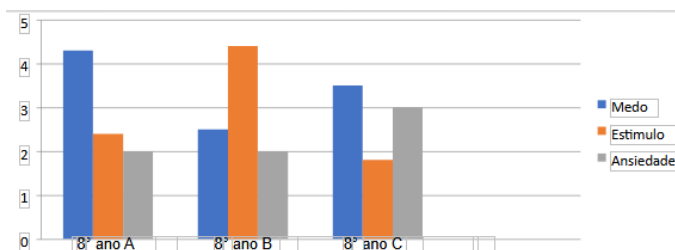
Luckesi (2003) afirma que a avaliação é um recurso pedagógico útil e primordial para auxiliar cada educador e aprendente na busca e na construção de si mesmos e dos seus melhores modos de ser na vida. Ela não pode ser vista como sendo o ditador da prática educativa, que ameaça e submete a todos, mas sim afável, inclusiva, dinâmica e edificante, conforme apontam as ideias de Vigotsky.

O processo de aprendizagem deve ser olhado por uma ótica prospectiva, ou seja, não se deve focalizar o que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo. Em nossas práticas pedagógicas, sempre procuramos prever em que tal ou qual aprendizado poderá ser útil àquela criança, não somente no momento em que é ministrado, mas para além dele. É um processo de transformação constante na trajetória das crianças. As implicações desta relação entre ensino e aprendizagem para o ensino escolar estão no fato de que este ensino deve se concentrar no que a criança está aprendendo, e não no que já aprendeu. Vigotsky firma esta hipótese no seu conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) (Fiocruz, 2004, p.104).

A avaliação escolar é um constante desafio que exige mudanças por parte do professor. Mudanças requerem muito estudo, reflexão e ação.

• 8° ano

1. Em sua opinião, o que a avaliação pode causar?



Notamos que no 5° ano a avaliação causa medo no 5° ano A e C, seguido de estímulo no 5° ano B, e em seguida ansiedade, após no 6° ano ela é estimulante para os alunos, por último os alunos do 5° ano D se demonstram ansiosos diante das avaliações que lhes são propostas.

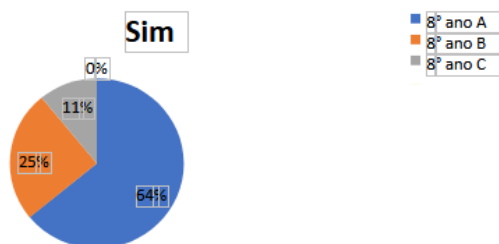
Hoje afirma-se que a avaliação não deve ser usada como objeto de punir classificar ou excluir. Normalmente associa-se mais a uma avaliação somativa a estes objetivos excludentes.

A prática da avaliação acontece de diversas formas. Deve ser por um princípio que a nossa sociedade adotou que tudo tem que ser avaliado, principalmente na educação escolar.

Se compreendermos que as pessoas (alunos) aprendem de diversas formas no mundo em que vivemos muito heterogêneo e que junto a isso há diferentes tipos de vivências pessoais e experiências interiores, e com tudo isso entendemos que a escola tem o papel de suma importância que deve ser de promover o crescimento, o desenvolvimento das habilidades para que o indivíduo realize descobertas na vida social de perpetuar e contribuir com a cultura.

Segundo Cervi (2008, p. 75), “entende-se a avaliação como uma função inerente ao trabalho escolar, pois o ensino corresponde a um processo intencional de influência cultural em que o progresso de quem deve aprender constitui o alvo privilegiado do empenho de todo sistema”.

3. Você acha que os professores realizam a avaliação com objetivo de medir a aprendizagem dos seus alunos?



Os alunos do 5º ano A em sua maioria consideram em sua opinião que os seus professores realizam as avaliações com o objetivo de medir a aprendizagem dos alunos.

De acordo com Sant'Anna (2013) avaliação é o processo pelo qual se comprovam as modificações do comportamento e rendimento tanto do educando, quanto do professor e do sistema, buscando confirmar se a construção do conhecimento de fato se processou.

Destacando a avaliação da aprendizagem como um processo de ação educativa consciente, é fundamental reconhecer que as suas funções evoluíram ao longo do tempo, variando em função do contexto histórico, do modelo social e do tipo de educação adotado. Assim, compreender a forma como o ato de avaliar se integra ao sistema educacional brasileiro requer um percurso histórico.

Neste contexto, a avaliação da aprendizagem serve como meio de sensibilização, ou de tomada de consciência das próprias ações, no âmbito educativo. Este processo foi moldado pelos distintos contextos históricos, sociais e culturais em que foi implementado, levando ao desenvolvimento de diversas funções e abordagens.

Realizar uma análise histórica da avaliação da aprendizagem no sistema educacional brasileiro é essencial para uma compreensão completa, levando em conta a evolução e as várias funções ao longo do tempo e contextos, permitindo compreender a influência dos fatores históricos, sociais e culturais nas práticas de avaliação nenhum país.

A avaliação da aprendizagem sofreu mudanças significativas ao longo do tempo, refletindo tendências sociais e culturais no Brasil, e desempenha diversas funções no contexto educacional brasileiro. O processo é multifacetado e sonoro, proporcionando uma compreensão mais profunda das práticas avaliativas.

Nessa perspectiva Luckesi (2003) enfatiza que a:

A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuitas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII). (Luckeis, 2003, p. 16).

A finalidade de toda avaliação formativa é verificar o avanço intelectual, social e moral dos estudantes. A educação visa fomentar o desenvolvimento físico e mental, juntamente com a habilidade de pensar de forma independente e criativa, através de práticas teóricas e práticas.

Para Méndez:

(...) a avaliação torna-se importante no momento da informação prática aos professores sobre a qualidade das aprendizagens que os alunos estão realizando. Ao mesmo tempo, oferece uma boa oportunidade para melhorar tanto o processo de aprendizagem (...) quanto às ações futuras de ensino mediante a reflexão, a autocrítica e a autocorreção a partir da prática escolar. (méndez, 2002, p. 74).

Através desta investigação, obtemos uma compreensão e definição da avaliação no processo de ensino e aprendizagem, bem como das modalidades atuais de avaliação e das funções que desempenham no processo educativo.

Contudo, é crucial entender que a avaliação não serve apenas para classificação, mas sim para auxiliar o professor na escolha de técnicas de ensino adequadas de acordo com as necessidades dos estudantes, conforme indicado por este estudo.

A avaliação é fundamental no ensino, porém não pode ser o único fator que influencia o desempenho dos alunos. É essencial uti-

liza-la como um instrumento de diagnóstico para orientar as decisões de ensino e garantir o progresso na direção dos objetivos de aprendizagem.

3.7 A avaliação nas leis educacionais brasileiras

A partir do início da década de 1930 surgiram leis para apoiar e orientar a avaliação do desempenho educativo, com o Ministério da Educação e Saúde e reforço adicional no ano seguinte, com a primeira reforma do sistema educativo, que marcou uma mudança na finalidade da avaliação de acordo com as mudanças sociais e, particularmente, com as exigências da economia e da formação do cidadão necessário ao desempenho de funções na sociedade.

Em qualquer situação no Brasil, é importante seguir as leis e regulamentos para o benefício de todos, incluindo a área educacional com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, criada em 1961 e atualizada em 1996.

Dentro da LDB, existem normas e regulamentos para a educação pública, que é um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente da condição social ou racial. Junto com a LDB, o processo de avaliação deverá ser realizado com o corpo docente e pedagógico lotado nas condições de cada sala de aula.

Os princípios norteadores da avaliação da aprendizagem, identificados na legislação em vigor, são: a continuidade, a compatibilidade com o trabalho realizado e a necessidade de uma análise abrangente do desempenho do aluno.

A avaliação é fundamental para a educação, seguindo princípios enraizados na legislação, os educadores garantem que ela promova o desenvolvimento dos alunos.

A recomendação de que haja acompanhamento constante do desempenho do aluno é assim expressa no Parecer do CFE nº 102/62:

Não se trata de prescrição de provas e exames, mas de verificação da aprendizagem de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o curso de forma que se mantenha razoável e segura aferição do aproveitamento do aluno.

Além da utilização do termo “verificação” em vez de “avalia-

ção” para transmitir a ideia de mensuração, é importante destacar que a previsão de momentos especiais para provas e exames está sendo mantida.

Embora isso possa ser entendido como uma garantia para a ocorrência de avaliações formativas ao final dos trimestres, o que não é compreensível é a não consideração das datas de provas e exames como relevantes para o processo de ensino-aprendizagem, sem sequer mencionar essas datas, como dias de escola, o que é expresso na Lei nº 4024/61, art. 38, inciso I, da seguinte forma:

I - Duração mínima do período escolar:

a) Cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

A tentativa da legislação anterior de uniformizar os padrões de avaliação dos alunos através de mecanismos de comprovação uniformes está ausente do quadro legal atual, uma vez que este último permite o desenvolvimento de exames únicos, adaptados a cada sistema educativo ou município, para serem aplicados em todas as unidades escolares. Isto implica que o processo de avaliação deve ser compatível com o trabalho desenvolvido pelo professor na sua respectiva disciplina.

Conforme diz o Parecer do CFE nº 102/62, oitavo parágrafo, a lei procurou evitar a excessiva impessoalidade dos exames elaborados por especialistas sem vivência do processo escolar. O texto do primeiro e do segundo parágrafos do art. 39 da Lei nº 4.024/61 é o seguinte:

§1º - Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§2º - Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada por professores do próprio estabelecimento e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente.

Quanto ao princípio de se analisar os resultados do desempenho do aluno de modo compreensivo, levando-se em consideração possíveis variáveis que determinaram a nota final obtida, há no Parecer do CFE nº 207/66 a seguinte manifestação:

Nenhum educador digno deste nome sacrifica a realidade do fato pedagógico a uma presunção legal. Talvez se visse forçado a fazê-lo em outras épocas, coagido por leis mais rígidas. Dentro da L.D.B., não. Compete ao professor, que tem no exame “autoridade de julgamento” tudo ponderar: a situação inicial do aluno, os “resultados alcançados durante o ano letivo”, sua facilidade ou dificuldade de raciocínio e expressão no momento das provas, os resultados do exame. E depois de tudo ponderado, cabe não à máquina calculadora da Secretaria, mas ao mesmo professor, antes, aos professores (pois se trata de uma banca), dar o juízo definitivo sobre o rendimento escolar do aluno.

Assim, a decisão sobre a aprovação ou retenção de um aluno não se baseia apenas no total de pontos obtidos no final do ano letivo, mas considera também o nível de desenvolvimento apresentado pelo aluno. O responsável pela avaliação do desempenho do aluno é o professor, embora, no “julgamento” final, seja consultada uma comissão examinadora, conforme especificado no artigo 39.

3.8 A avaliação segundo a LDB

A partir de normas e regras construídas na LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), busca-se um modelo para as instituições públicas brasileiras, ou seja, uma avaliação contínua e cumulativa, com a obrigatoriedade da recuperação, caso necessário, e também, segundo o Art. 13, a responsabilidade dos professores diante do trabalho de avaliar, como cita o mesmo artigo: “III - zelar pela aprendizagem

dos alunos;” (LDB, 1996), dando a incumbência ao docente a preocupação e o trabalho de cumprir com sua missão em sala de aula.

Assim, o professor é de total importância na hora de elaborar uma avaliação para a turma o qual ensina. No Art. 13 vai além do “zelar pela aprendizagem do aluno”. Por meio de uma avaliação, o docente necessita ver qual a melhor forma de avaliar o aluno e como isso deve ser feito, sem que atinja seu psicológico e que de fato, mostre o que o aluno aprendeu diante das aulas e conteúdos ministrados.

No item V deste mesmo artigo, é destacado que “estabele-

cer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (LDB, 1996). Ou seja, para alunos onde o rendimento é baixo ou insuficiente, o docente deve elaborar outra estratégia para descobrir a capacidade do aluno, sempre mediante a um diagnóstico prévio, tanto na avaliação quanto na recuperação.

Segundo Weisz (2002, p. 94), a chave para a construção do conhecimento é o diálogo. Sem ele, o professor e o aluno representam apenas máquinas, onde cada um desempenha seu papel, sem comunicação mútua, sem a discussão de ideias e a troca de experiências. Essa troca de experiências e a conversação entre ambos também desempenha um papel importante na hora da avaliação. Quanto mais o aluno conhece o professor, mais ele cria confiança no mesmo e percebe que a avaliação não é um bicho de sete cabeças. Já quando o professor conhece o aluno, o mesmo verá habilidades e características que talvez o aluno não demonstre em sala de aula e na hora da prova.

Este sistema de Weisz aborda o diálogo entre os envolvidos na sala de aula torna-se necessário, já que o sistema de avaliação brasileiro requer que sejam atribuídas aos alunos notas precisas e objetivas. Quanto maior for a amizade entre aluno e professor, mais fácil será na hora de atribuir a nota ou média para o discente.

Em suma, o processo de avaliação, segundo a LDB, é detectar os problemas, diagnosticar para então criar medidas para a superação desses problemas. Não visa rotular, apesar de que na realidade, haja problemas com rótulos e classificação. No ensino médio, a visão da LDB é mais objetiva, e as metodologias focam no mercado de trabalho, como mostra o Art. 36, primeiro parágrafo da LDB 9.394; 96:

§ 1o. - Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I. Domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II. Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III. Domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania.

A LDB contempla também no Art. 24 os seguintes atos:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental

e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

O resultado de aprendizagem proposto para os alunos neste contexto procura fomentar uma compreensão abrangente do mundo globalizado que habitam, promovendo simultaneamente o desenvolvimento de uma ponte entre o conhecimento e a sociedade.

O objetivo final da Lei do Sistema de Ensino (LDB) é estruturar e organizar os princípios delineados no texto constitucional para atender situações do mundo real que envolvem questões diversas, incluindo o funcionamento das redes escolares, a formação de especialistas e professores, matrícula e desempenho dos alunos, alocação de recursos financeiros, técnicos e humanos para o desenvolvimento educacional, participação do setor público e gestão dos sistemas educacionais.

Reconhecendo a diversidade das realidades brasileiras, a LDB serve como uma lei indicativa, e não resolutive, no enfrentamento dos desafios diários enfrentados pelo sistema educacional. Portanto, ofe-

rece um panorama amplo das questões educacionais, sendo os detalhes do funcionamento do sistema abordados por meio de decretos, pareceres, resoluções e portarias.

Neste contexto, a LDB procura promover uma compreensão mais abrangente da educação, para além da mera aquisição de conhecimento, promovendo uma ligação entre os resultados da aprendizagem e o contexto social e económico mais amplo.

Ao fazê-lo, a lei pretende cultivar uma nova geração de pensadores e atores que estejam equipados para navegar nas complexidades do mundo globalizado e contribuir para o seu desenvolvimento contínuo.

Partindo desses pressupostos, a LDB não pode deixar de discutir o que diz respeito à avaliação. Em seu Art. 13, diz que os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planeamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Frente a isso, a Lei vem possibilitar novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino-aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24.

A verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar:

- Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com

prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

De acordo com o primeiro critério, a avaliação contínua e cumulativa visa avaliar e medir os processos de aprendizagem, incluindo aspectos cognitivos, afetivos e sociais, bem como a aprendizagem significativa e funcional que pode ser aplicada em vários con-

textos e atualizada conforme necessário para facilitar a aprendizagem contínua. Porém, observa-se que a questão proposta pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é totalmente distorcida na pedagogia prática, onde os professores utilizam a avaliação como instrumento quantitativo.

Um caso é quando um professor dá uma nota de 8,0 em um teste, 10,0 em uma prova escrita e 2,0 em uma atividade qualitativa, somando 20 pontos. Ao calcular a mediana, que é 10,0, divide-se a soma por 2. Isso impede uma análise qualitativa do desempenho do aluno, focando apenas na avaliação quantitativa, o que pode inflar a nota final.

Suponha que o Aluno X tenha nota 4,0 na prova, 5,0 na prova escrita e 1,0 na atividade qualitativa, totalizando 10 pontos. A divisão desses pontos por 2 resulta em uma mediana de 5,0, mas para que esse aluno seja considerado “apto” ou “não apto”, a avaliação considera principalmente os resultados de testes e exames realizados em um determinado momento para medir o grau em que se encontra. quais resultados de aprendizagem foram adquiridos pelo aluno.

Em muitas situações, a classificação como “apto” ou “não apto” é determinada apenas pelas avaliações de testes e exames realizados em um momento específico, sem levar em conta o progresso geral do aluno e suas capacidades de crescimento e desenvolvimento.

A média então é realizada a partir da quantidade e não da qualidade, não garantindo o mínimo de conhecimento (Luckesi, 1995). Essa prática torna a avaliação nas mãos do professor um instrumento disciplinador de condutas sociais, utilizando-a como controle e critério para aprovação dos alunos, buscando controlar e disciplinar, retirando deles espontaneidade, criticidade e criatividade, transformando-os em “cordeiros” de um sistema autoritário e antipedagógico.

Para Luckesi (1998), a maioria das escolas com o ensino regular infelizmente utiliza a avaliação como instrumento de classificação, como produto final e não um processo de aprendizagem, medindo a capacidade e mostrando se o aluno realmente aprendeu ou não o conteúdo proposto pelo professor por meio de uma nota; de qualquer forma, impossibilita o aluno de progredir ou desenvolver-se.

Segundo Hoffmann (1996), essa é uma postura de avaliação puramente tradicional, uma vez que classifica o aluno ao final de um período em reprovado ou aprovado, o oposto a um significado de comprometimento do professor para o crescimento do seu aprendizado.

Confirma Esteban (1996, p. 15):

A avaliação escolar, nessa perspectiva excludente, seleciona as pessoas, suas culturas e seus processos de conhecimento, desvalorizando saberes; fortalece a hierarquia que está posta contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem com ausência de conhecimento.

A prática de avaliar os alunos, em vez de servir como meio de avaliar seu progresso na construção do conhecimento, funciona como um ponto final no processo educacional. Nesse cenário, a avaliação é empregada como ferramenta para categorizar ou selecionar os alunos como “fortes” ou “fracos”.

O indivíduo que não atende às expectativas do processo educativo muitas vezes internaliza a crença de que é incapaz de crescer ou avançar, de acordo com seu próprio potencial.

3.9 Os PCN's e sua concepção de avaliação

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) desempenham papel crucial na garantia de um currículo que supere as necessidades da instituição, com o auxílio de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) que visam adequar os conteúdos à realidade social dos alunos.

Segundo Santiago (2000), o currículo passa por diversas transformações devido à exclusão de disciplinas durante o seu desenvolvimento, resultando em alterações no mesmo. Portanto, os métodos de avaliação tendem a concentrar-se em abordagens tradicionais.

Os PCN surgem com o objetivo primordial de transformar a triste realidade de avaliar os alunos por um único meio, sem levar em conta a sociedade em que vivem e suas condições de aprendizagem. Argumentam que a avaliação só pode ser bem sucedida quando é contínua e processual, em vez de uma medição única do conhecimento. Em outras palavras, a avaliação não consiste apenas em dar notas a uma única tarefa ou conceito, mas sim a um processo contínuo que abrange toda a jornada de aprendizagem.

Sob essa perspectiva, a avaliação vai além de um único instru-

mento ou nota, abrangendo todas as experiências de aprendizagem. O objetivo é entender melhor a aprendizagem dos alunos e promover uma avaliação mais completa e inclusiva. Os PCN's buscam um sistema equitativo e eficaz, considerando as complexidades do processo de aprendizagem e as diferentes necessidades dos alunos.

Notas e conceitos são superficiais e genéricos em relação à qualidade das tarefas e manifestações dos alunos. Embora considerados mais precisos e menos arbitrários pela maioria dos educadores e leigos, que pressionam no sentido da conservação dessa forma de expressão do desempenho escolar, eles representam um forte entrave ao entendimento dos percursos individuais de aprendizagem, porque generalizam e padronizam aspectos muito diferentes de tais percursos, reforçando, justamente o poder arbitrário das decisões de avaliação e incorrendo em prejuízos sérios quanto à intervenção do professor. (Hoffmann, 2006, p.17)

Segundo a posição de Jussara Hoffmann, os Critérios e Normas de Desempenho (PCNs) direcionam o processo avaliativo para uma avaliação mais abrangente e matizada das competências dos alunos. O conjunto de ações, trabalhos, discussões e tarefas realizadas em sala de aula servem de base para avaliar as competências do aluno, levando em consideração sua real situação de aprendizagem.

Para professores e funcionários educativos, os PCN's trazem orientações e recomendações, como avaliar os alunos de forma objetiva e clara, de forma sistemática, observando o processo de aprendizagem através da utilização de materiais de avaliação, criando formas alternativas de avaliação, como avaliações orais para os alunos que se destacam no conhecimento do conteúdo, mas têm dificuldade para escrever e evitam métodos de avaliação restritivos.

Ao seguir as diretrizes dos PCN's, as chances de sucesso nas avaliações aumentam tanto cognitivamente quanto psicologicamente, pois os alunos se sentem mais confiantes e motivados. Isso difere da avaliação tradicional, que pode gerar ansiedade e atrapalhar o desenvolvimento máximo dos alunos, ao invés de ser vista como uma oportunidade de aprendizado e crescimento.

Libâneo apresenta um pensamento diversificado, no qual ele pontua:

Uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar. A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (Libâneo, 1994, p. 195).

Também cita Demo:

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (Demo, 1999, p.01).

Já para Luckesi:

A avaliação da aprendizagem nesse contexto é um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que o inclui entre os bem sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino aprendizagem (o sucesso não vem de graça). A construção, para efetivamente ser construção, necessita incluir, seja do ponto de vista individual, integrando a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, seja do ponto de vista coletivo,

integrando o educando num grupo de iguais, o todo da sociedade (Luckesi. 2006, p.175).

Para os autores, assim como para o que está posto nos PCN's, a avaliação sem soma, não deve ser classificatória. Para Both (2007), é uma forma de mostrar e acompanhar a aprendizagem dos alunos e o trabalho docente, buscando melhorar o desempenho de ambos e transformar a situação e vivência social do aluno, com base na aprendizagem significativa.

No contexto da avaliação educacional, o modelo proposto baseado em Critérios de Desempenho para Não Negociáveis (PCNs) oferece uma oportunidade significativa de crescimento e superação de barreiras de longa data relacionado ao significado de "avaliação".

Cada aluno é único e é crucial reconhecer e abordar as diversas necessidades e desafios que eles enfrentam no processo de aprendizagem. Para o coordenador pedagógico e os professores, a inclusão e a adaptabilidade são fundamentais para fornecer avaliações justas.

O professor tem um papel crucial na avaliação dos alunos, auxiliando no progresso e superando obstáculos. A equipe pedagógica deve supervisionar os professores durante todo o ano letivo para garantir um ambiente de aprendizagem positivo e inclusivo, promovendo uma cultura de melhoria constante.

Nesta proposta, pretendemos fornecer uma estrutura abrangente de avaliação que priorize as necessidades de cada aluno e promova uma cultura de colaboração e respeito mútuo entre todas as partes interessadas. Ao aproveitar os PCNs, podemos criar um modelo de avaliação mais inclusivo e eficaz que apoia o crescimento e o desenvolvimento de cada aluno, como fala Lomanico:

O coordenador pedagógico é o elemento do quadro do magistério em que pertence a um sistema de supervisão de ensino estadual, de estrutura hierárquica definida legalmente, desempenha funções de assessoramento ao diretor da escola a quem está subordinada. Sua situação funcional é definida legalmente, para exercer suas atribuições dispõe de autoridade por delegação e pela competência. (LOManico, 2005, p. 105)

Destaca Christov:

A atividade profissional dos educandos é algo que se refaz mediante processos educacionais formais e informais variados, amalgamado sem dicotomia entre vida e trabalho, entre trabalho e lazer. Com as contradições certamente, mas, afinal, mantendo as inter-relações múltiplas no mesmo homem, por isso, o termo educação continuada tem a significação fundamental do conceito de que a educação consiste em auxiliar profissionais a participar ativamente do mundo que os cerca, incorporando tal vivência no conjunto dos saberes de sua profissão. (Christov, 2003, p.10)

Assim, é imprescindível o trabalho da equipe pedagógica no âmbito das avaliações. Porém, a realidade educacional brasileira é totalmente diferente, já que hoje, o pedagogo é visto como o “apagador de incêndios”, como fala Lima e Santos:

[...] “bombril” (mil e uma utilidades), a de “bombeiro” (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de “salvador da escola” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das “emergências” que lá ocorrem, isto é, como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola. (Lima; Santos, 2007, p. 79)

Para finalizar, Behrens (2005, p. 51) diz que “o elemento principal não é o professor, nem o aluno, mas a organização racional dos meios. O planejamento e o controle asseguram a produtividade do processo”. A relação positiva entre professor, aluno, equipe docente e métodos de avaliação é crucial para o sucesso acadêmico e a garantia de um ensino de qualidade.

O trabalho realizado com a comunidade escolar deve focar prioritariamente em resultados de aprendizagem significativos, como constam na LDB e nos PCNs, mas também é fundamental priorizar o desenvolvimento de competências afetivas e emocionais nos alunos. Estas competências são necessárias para que os alunos se sintam con-

fiantes e não nervosos ou intimidados durante as avaliações, pois são um aspecto crucial do processo de aprendizagem.

As concepções em torno da avaliação escolar ainda são tema de debate e discussão, pois há vários fatores a considerar. Os parâmetros curriculares estabelecidos pelo sistema nacional servem de base para a avaliação, mas é importante reconhecer que existem outros meios de avaliação para além dos quadros legais.

Os professores e as escolas devem envolver-se em discussões para encontrar as formas mais adequadas de avaliar os alunos, tendo em conta as suas necessidades individuais e as diversas condições de aprendizagem.

Outro aspecto importante é a forma como as avaliações são realizadas, pois cada método tem sua contribuição única para o processo educacional. Em uma sociedade com tanta diversidade, é fundamental compreender que a avaliação deve ser adaptada a cada nova condição de aprendizagem e não pode ser padronizada.

Nivelar os alunos e tratá-los de forma igual não é adequado, pois cada aluno tem um estilo de aprendizagem único; é essencial adotar uma abordagem de avaliação que leve em consideração as diferenças individuais.

Os indivíduos estão sujeitos a mudanças e novas adaptações, e os conflitos e contradições que surgem ao longo do tempo devem ser abordados de forma reflexiva em busca da reconciliação, pois é fundamental ter certeza de suas ações e conquistas ao interagir com pessoas dotadas de emoções, dúvidas e conhecimentos.

Apresenta-se um extenso processo de avaliação, envolvendo uma reflexão crítica sobre a prática para identificar avanços, resistências e dificuldades para tomar decisões informadas sobre como superar obstáculos que dificultam a aprendizagem dos alunos.

A avaliação diagnóstica e mediadora é necessária para acompanhar o desenvolvimento do aluno e fornecer suporte em possíveis dificuldades.

A avaliação necessita de adaptações constantes de acordo com novas informações e mudanças nas situações, levando em consideração o contexto cultural e social dos alunos, para ser feito sem julgamento e compreensão com singularidade de cada experiência de aprendizagem. É um processo dinâmico que necessita de ajustes constantes de acordo com novas informações e mudanças nas situações,

levando em consideração o contexto cultural e social dos alunos para serem feitos de forma não julgada, respeitando a singularidade de cada experiência de aprendizagem.

O trabalho acima visa chamar a atenção para as diversas formas de avaliação e o seu impacto na vida dos alunos, bem como o impacto emocional que podem acarretar. Destaca também o objetivo de demonstrar que ainda há muito a ser feito para que a educação seja autônoma, libertadora e promova o crescimento dos alunos, dos professores e de todo o sistema educacional.

O ensino é um processo em constante mudança, no qual os professores podem impactar suas salas de aula e além, desafiando métodos e avaliações tradicionais para melhorar o sistema educativo. Embora os métodos atuais de avaliação possam parecer estáticos e inflexíveis, podem ser refinados e melhorados para melhor satisfazer as necessidades dos alunos. Ao reconhecer o potencial de crescimento e desenvolvimento, os educadores podem trabalhar no sentido de criar um sistema educativo mais autônomo, libertador e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou investigar e discutir quais os impactos das avaliações externas na educação. Após nos aprofundarmos na pesquisa, concluímos ao longo da pesquisa que a educação escolar na perspectiva crítica não deveria desenvolver-se de forma imediatista e espontaneísta, mas sim de maneira planejada e articulada com os diversos instrumentos de avaliação. Nesta perspectiva, o ensino pautado na socialização dos conhecimentos voltados à promoção do desenvolvimento dos sujeitos.

Entretanto, os processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento não ocorrem de uma hora para outra, de forma assistemática e espontânea, necessitando de um planejamento, e correspondentes instrumentos de avaliação, intencionais a partir de objetivos claros. Afinal, defendemos a prática pedagógica na perspectiva da luta pela garantia de igualdade de condições a todos os estudantes, tendo em vista um conhecimento sistematizado.

Ressaltamos que estas práticas avaliativas aplicadas a nosso ver não permitem um desenvolvimento significativo nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que, estas rotinas que são realizadas no cotidiano escolar direcionam-se ao treinamento de estudantes, o nivelamento dos conhecimentos citados, uma prática pedagógica moldada e um ensino voltado exclusivamente às competências e habilidades exigidos nas avaliações externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alegre. RS. Educação e Realidade, 1993. ar.pdf - acesso em 08 de agosto de 2011. **Avaliação de aprendizagem em meio à pandemia do Corona vírus no Brasil.**

Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste, 5, e24090e24090. <https://unoesc.emnuvens.com.br/apeusmo/article/view/25090/14758>. Boletim de Educação Matemática, 22(33), 7-116. <https://www.redalyc.org/pdf/2912/291221900006.pdf>

Brasil (2017). **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular.

Brasília, DF. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC>

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Senado Federal. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

Ciber cultura, 4(2), 215-224. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redoc/article/view/51026/34672>

Conselho Nacional de Educação (2020a). Ministério da Educação. Parecer nº 19, de 08 de dezembro de 2020. **Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020**. Diário Oficial.

Conselho Nacional de Educação (2020b). Ministério da Educação. Parecer nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar**. Contribuições da teoria da atividade. Araraquara: Junqueira & Marin, 2004.

CRECHE FIOCRUZ. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. Decreto Legislativo n. 6, de março de 2020 (2020). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 de março de 2020.

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.) **Escola, Currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Cultura, memória e currículo, v. 5).

Fachinetto, S., Scantamburlo, E. L. R., Zangalli, L. C., & Kohnlein, J. T. C. (2020).

Furlan, M. I. C. (2007). **Avaliação da aprendizagem escolar: convergências e divergências**. Annablume.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1984.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática. 2000.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação no processo de ensino – aprendizagem**. Ática, 2^a ed. 1991.

HOFFMANN, J. (1993) **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade.

HOFFMANN, J. (2001). **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Ed. Mediação.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito & Desafio**. Porto alegre: mediação, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e desafio. Uma Perspectiva Construtiva**.

LEONTIEV, Aléxis. **Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental**. In: Libâneo, J. C. (1983). Tendências pedagógicas na prática escolar.

LUCKESI, C. C. (2005). **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. (17 ed.). Cortez.

- LUCKESI, C. C. (2011). **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** (22. ed.). Cortez.
- LUCKESI, C. C. (2014). **Sobre notas escolares: distorções e possibilidades.** São Paulo: Cortez.
- LUCKESI, José Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2003.
- LURIA, A. R. *et al.* **Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2003.
- Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Martins, V., & Almeida, J. (2020). **Educação em Tempos de Pandemia no Brasil: Saberes fazeres escolares em exposição nas redes.**
- MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. **Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir.**
- Moraes, S. P. G. de, & Moura, M. O. de (2009). **Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem em Matemática: contribuições da teoria histórico cultural.**
- Pavanello, R. M., & Nogueira, C. M. I. (2006). **Avaliação em Matemática: algumas considerações.** Estudos em avaliação educacional, 17(33), 29-42.
- Perrenoud, P; Thurler, M. G. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Artmed Editora, 2009.
- Pestana, D. M. A., & Coqui, A. D. (2021). Novos contextos pedem novas posturas: a avaliação em tempos de pandemia. **Revista Amor Mundi**, 2(1), 41-49. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento.** In: PIAGET, J.,

GRÉCO, P. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. Processo de avaliação escolar. São Paulo, Libertad, 1998.

Produção Didático-Pedagógica apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional. NRE. 2011, 24f.

Rampazzo, S. D. R., & Jesus, A. D. (2011). Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso no processo de ensino e aprendizagem. Londrina. **Revista da Associação Nacional de Educação- ANDE**, 3, 11-19.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos**.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino:**

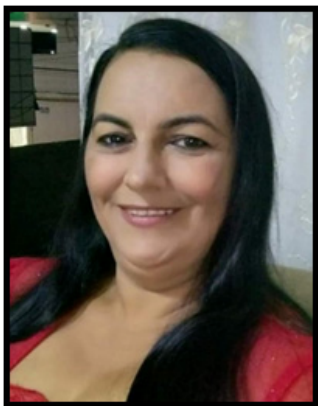
SOUZA, Clarilza, P. de, (Org) **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas SP. Papyrus, 1995 (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

VASCONCELOS, Celso dos S. **Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar**. São Paulo, Libertad, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem: Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.


Zabala, A. (1998). **A prática educativa: como ensinar**. Artmed, 224. cap. 8.


SOBRE A AUTORA



Eu, Severina do Rego Cruz, de nacionalidade brasileira, nasci em Surubim-PE, atualmente divorciada, mãe, avó, filha de agricultores, Professora da Educação Infantil, concursada pela Prefeitura Municipal de Umbuzeiro-PB, ao qual exerço a minha função com maestria na Escola Municipal Esmeraldina Caldas Lins, localizada no Sítio Picadas, local pertencente a Umbuzeiro -PB.

Em minha trajetória de vida, sempre tive como objetivo o estudo e com isso, me formei em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em seguida me especializei pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e hoje sou atual mestranda pela Facult Interamericana de Ciências Sociais. Diante de todas as situações em minha vida, tenho muita gratidão a Deus por todas as oportunidades, ao qual Ele me proporciona e por concluí-las com êxito.



O papel da 
avaliação escolar
na aprendizagem

O Papel da Avaliação Escolar na Aprendizagem explora a importância das práticas avaliativas no processo educacional, destacando seu impacto na aprendizagem dos alunos. A obra analisa diferentes abordagens de avaliação, desde os testes tradicionais até as formas alternativas, como autoavaliação e avaliações formativas. Com base em teorias educacionais e estudos de caso, o livro propõe reflexões sobre como a avaliação pode ser um instrumento para promover o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes, sem se limitar a um simples julgamento de seu desempenho. Além disso, discute como uma avaliação bem conduzida pode transformar a sala de aula, tornando o aprendizado mais significativo e inclusivo.



EDITORA
ANTROPUS